



31 de março de 2015

Demonstrações Contábeis Completas
em IFRS

Relatório de revisão sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Itaú Unibanco Holding S.A.

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas empresas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas empresas controladas em 31 de março de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de três meses findo nessa data, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Revisamos também a demonstração consolidada do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar para fins de IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 4 de maio de 2015

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balço Patrimonial Consolidado

(Em milhões de Reais)

Ativo	Nota	31/03/2015	31/12/2014
Disponibilidades	4	18.687	17.527
Depósitos Compulsórios no Banco Central	5	63.235	63.106
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6	25.903	23.081
Aplicações no Mercado Aberto	6	201.307	208.918
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	7a	138.260	132.944
Dados em Garantia		11.111	37.366
Demais Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		127.149	95.578
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	7b	426	733
Derivativos	8 e 9	24.634	14.156
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	10	83.527	78.360
Dados em Garantia		12.340	22.250
Demais Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		71.187	56.110
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	11	37.702	34.434
Dados em Garantia		8.142	6.102
Demais Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		29.560	28.332
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, Líquida	12	444.699	430.039
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		468.763	452.431
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(24.064)	(22.392)
Outros Ativos Financeiros	20a	54.301	53.649
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	4.115	4.090
Ágio	3a e d	1.999	1.961
Imobilizado, Líquido	15	8.659	8.711
Ativos Intangíveis, Líquido	16	6.214	6.134
Ativos Fiscais		41.275	35.243
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		1.995	3.329
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	27b	37.418	31.129
Outros		1.862	785
Bens Destinados à Venda	36	306	196
Outros Ativos	20a	14.190	13.921
Total do Ativo		1.169.439	1.127.203

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balço Patrimonial Consolidado
(Em milhões de Reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/03/2015	31/12/2014
Depósitos	17	298.652	294.773
Captações no Mercado Aberto	19a	293.867	288.683
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	18	359	520
Derivativos	8 e 9	30.931	17.350
Recursos de Mercados Interbancários	19a	131.108	122.586
Recursos de Mercados Institucionais	19b	79.810	73.242
Outros Passivos Financeiros	20b	67.441	71.492
Provisão de Seguros e Previdência Privada	30c II	113.790	109.778
Passivos de Planos de Capitalização		3.077	3.010
Provisões	32	17.524	17.027
Obrigações Fiscais		3.432	4.465
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		1.622	2.835
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidas	27b II	327	201
Outras		1.483	1.429
Outros Passivos	20b	27.388	23.660
Total do Passivo		1.067.379	1.026.586
Capital Social	21a	75.000	75.000
Ações em Tesouraria	21a	(1.667)	(1.328)
Capital Adicional Integralizado	21c	1.412	1.508
Reservas Integralizadas	21d	9.165	8.210
Reservas a Integralizar	21e	16.458	16.301
Resultado Abrangente Acumulado		(3)	(431)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		100.365	99.260
Participações de Acionistas não Controladores		1.695	1.357
Total do Patrimônio Líquido		102.060	100.617
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.169.439	1.127.203

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado
Períodos Findos em

(Em milhões de Reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)

	Nota	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014
Produto Bancário		20.078	22.579
Receita de Juros e Rendimentos	23a	34.967	27.470
Despesa de Juros e Rendimentos	23b	(15.793)	(14.185)
Receita de Dividendos		2	12
Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos	23c	1.665	105
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior		(9.839)	1.101
Receita de Prestação de Serviços	24	7.110	6.201
Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização		1.626	1.660
Receitas de Prêmios de Seguros e Previdência Privada	30b III	5.343	5.041
Resseguros de Prêmios	30b III	(19)	(312)
Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada		(3.833)	(3.200)
Receita de Operações de Capitalização		135	131
Outras Receitas	25	340	215
Perdas com Créditos e Sinistros		(5.050)	(4.005)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12b	(5.746)	(4.606)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		1.064	1.088
Despesas com Sinistros		(371)	(646)
Recuperação de Sinistros com Resseguros		3	159
Produto Bancário Líquido de Perdas com Créditos e Sinistros		15.028	18.574
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		(12.155)	(11.380)
Despesas Gerais e Administrativas	26	(11.000)	(10.087)
Despesas Tributárias		(1.286)	(1.368)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	131	75
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	27	2.873	7.194
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(4.207)	(3.049)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		7.117	456
Lucro Líquido		5.783	4.601
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	28	5.673	4.551
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas não Controladores		110	50
Lucro por Ação - Básico	28		
Ordinárias		1,04	0,83
Preferenciais		1,04	0,83
Lucro por Ação - Diluído	28		
Ordinárias		1,03	0,83
Preferenciais		1,03	0,83
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica	28		
Ordinárias		2.770.034.003	2.770.034.003
Preferenciais		2.698.663.248	2.691.770.276
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Diluída	28		
Ordinárias		2.770.034.003	2.770.034.003
Preferenciais		2.721.214.929	2.710.085.238

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente
Períodos Findos em
(Em milhões de Reais)

	Nota	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014
Lucro Líquido		5.783	4.601
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(258)	219
Variação de Valor Justo		(953)	283
Efeito Fiscal		314	(106)
(Ganhos) / Perdas Transferidos ao Resultado por Alienação	23c	636	69
Efeito Fiscal		(255)	(27)
Hedge		(1.108)	380
Hedge de Fluxo de Caixa	9	110	35
Variação de Valor Justo		219	67
Efeito Fiscal		(109)	(32)
Hedge de Investimentos Líquidos no Exterior	9	(1.218)	345
Variação de Valor Justo		(2.393)	573
Efeito Fiscal		1.175	(228)
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego ^(*)		9	19
Remensurações	29	22	31
Efeito Fiscal		(13)	(12)
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		1.785	(509)
Total do Resultado Abrangente		6.211	4.710
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas não Controladores		110	50
Resultado Abrangente Atribuível ao Acionista Controlador		6.101	4.660

() Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.*

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
 Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido (Notas 21 e 22)
 Períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014
 (Em milhões de Reais)

	Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores							Outros Resultados Abrangentes				Total Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Total Patrimônio Líquido - Acionistas não Controladores	Total
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Capital Adicional Integralizado	Reservas Integralizadas	Reservas a Integralizar	Lucros Acumulados	Disponíveis para Venda (1)	Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	Ganhos e Perdas e Hedge (2)				
Saldos em 01/01/2014	60.000	(1.854)	984	13.468	12.138	-	(1.183)	(379)	1.283	(1.234)	83.223	969	84.192	
Transações com os Acionistas	-	286	(24)	-	-	(899)	-	-	-	-	(637)	(13)	(650)	
Ações em Tesouraria - Outorga de Opções de Ações Exercidas	-	286	(24)	-	-	-	-	-	-	-	262	-	262	
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	-	286	(76)	-	-	-	-	-	-	-	210	-	210	
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	52	-	-	-	-	-	-	-	52	-	52	
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(12)	(12)	
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Reserva Especial de Lucros (Nota 21b)	-	-	-	-	-	(899)	(1)	-	-	-	(899)	(1)	(900)	
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2014 - Exercício 2013 - Reserva Especial de Lucros	-	-	-	(2.597)	-	-	-	-	-	-	(2.597)	-	(2.597)	
Reorganizações Societárias (Nota 3b)	-	-	-	(160)	-	-	-	-	-	-	(160)	-	(160)	
Outros	-	-	-	(8)	-	-	-	-	-	-	(8)	-	(8)	
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	4.551	219	19	(509)	380	4.660	50	4.710	
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	4.551	-	-	-	-	4.551	50	4.601	
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	219	19	(509)	380	109	-	109	
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva Legal	-	-	-	168	-	(168)	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva Estatutária	-	-	-	2.291	1.193	(3.484)	-	-	-	-	-	-	-	
Saldos em 31/03/2014	60.000	(1.568)	960	13.162	13.331	-	(964)	(360)	774	(854)	84.481	1.006	85.487	
Mutação do Período	-	286	(24)	(306)	1.193	-	219	19	(509)	380	1.258	37	1.295	
Saldos em 01/01/2015	75.000	(1.328)	1.508	8.210	16.301	-	(600)	(177)	1.723	(1.377)	99.260	1.357	100.617	
Transações com os Acionistas	-	(339)	(96)	-	-	(1.509)	-	-	-	-	(1.944)	228	(1.716)	
Ações em Tesouraria - Outorga de Opções de Ações	-	(339)	37	-	-	-	-	-	-	-	(302)	-	(302)	
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	-	229	42	-	-	-	-	-	-	-	271	-	271	
Aquisições de Ações em Tesouraria (Nota 21a)	-	(568)	-	-	-	-	-	-	-	-	(568)	-	(568)	
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	(5)	-	-	-	-	-	-	-	(5)	-	(5)	
Pagamento Baseado em Ações - Remuneração Variável	-	-	(133)	-	-	-	-	-	-	-	(133)	-	(133)	
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 2.4a I e 3c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	276	276	
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Reserva Especial de Lucros (Nota 21b)	-	-	-	-	-	(1.509)	-	-	-	-	(1.509)	(48)	(1.557)	
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2015 - Exercício 2014 - Reserva Especial de Lucros	-	-	-	(2.940)	-	-	-	-	-	-	(2.940)	-	(2.940)	
Reorganizações Societárias (Nota 3b)	-	-	-	(160)	-	-	-	-	-	-	(160)	-	(160)	
Outros	-	-	-	9	39	-	-	-	-	-	48	-	48	
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	5.673	(258)	9	1.785	(1.108)	6.101	110	6.211	
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	5.673	-	-	-	-	5.673	110	5.783	
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	(258)	9	1.785	(1.108)	428	-	428	
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva Legal	-	-	-	278	-	(278)	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva Estatutária	-	-	-	3.768	118	(3.886)	-	-	-	-	-	-	-	
Saldos em 31/03/2015	75.000	(1.667)	1.412	9.165	16.458	-	(858)	(168)	3.508	(2.485)	100.365	1.695	102.060	
Mutação do Período	-	(339)	(96)	(955)	157	-	(258)	9	1.785	(1.108)	1.105	338	1.443	

(1) Inclui participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto relativo a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

(2) Inclui Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior.

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa
(Em Milhões de Reais)

	Nota	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014
Lucro Líquido Ajustado		7.668	22.571
Lucro Líquido		5.783	4.601
Ajustes ao Lucro Líquido:		1.885	17.970
Opções de Outorgas Reconhecidas e Pagamento Baseado em Ações - Remuneração Variável		(138)	52
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(4.387)	1.287
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12b	5.746	4.606
Despesa de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada		4.855	8.395
Variação das Provisões de Seguros e Previdência		3.833	3.200
Resultado de Operações de Capitalização		(135)	(131)
Depreciações e Amortizações	15 e 16	667	615
Despesa de Atualização/Encargos de Provisão de Passivos Contingentes e Obrigações Legais		342	258
Provisão de Passivos Contingentes e Obrigações Legais		833	950
Receita de Atualização/Encargos de Depósitos em Garantia		(82)	(102)
Tributos Diferidos	27a	(422)	(456)
Resultado de Participações sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		(131)	(75)
(Ganho) Perda em Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	23c	636	69
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(6.630)	(667)
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		(2.985)	(106)
(Ganho) Perda na Alienação de Bens Destinados a Venda	25 e 26	15	6
(Ganho) Perda na Alienação de Investimentos	25 e 26	4	2
(Ganho) Perda na Alienação do Imobilizado	25 e 26	3	8
Outros		(140)	60
Variação de Ativos e Obrigações (*)		(46.020)	16.610
(Aumento) Redução em Ativos		(48.569)	18.679
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		1.005	(767)
Aplicações no Mercado Aberto		(34.860)	5.606
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		473	(2.682)
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		(5.041)	25.215
Derivativos (Ativos / Passivos)		4.062	1.002
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado		459	25
Operações de Crédito		(11.319)	(5.503)
Outros Ativos Financeiros		476	(2.565)
Outros Ativos Fiscais		(5.503)	791
Outros Ativos		1.679	(2.443)
(Redução) Aumento em Passivos		2.549	(2.069)
Depósitos		(4.437)	7.049
Captações no Mercado Aberto		5.071	(7.800)
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação		(305)	84
Recursos de Mercados Interbancários		7.809	(1.240)
Outros Passivos Financeiros		(6.289)	(5.443)
Provisão de Seguros e Previdência		179	(800)
Passivos de Planos de Capitalização		202	165
Provisões		(360)	(165)
Obrigações Fiscais		1.978	2.746
Outros Passivos		1.839	6.638
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(3.138)	(3.303)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais		(38.352)	39.181
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos Recebidos de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		105	2
Recursos da Venda de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		3.243	37.546
Recursos do Resgate de Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento		626	203
Alienação de Bens Destinados a Venda		28	10
Alienação de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		(4)	(2)
Caixa e Equivalentes de Caixa Líquido de Ativos e Passivos decorrentes da Aquisição da BMG Seguradora	3e	-	(88)
Alienação de Imobilizado de Uso	15	14	7
Distrato de Contratos do Intangível	16	6	-
Aquisição de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		(2.573)	(27.820)
Aquisição de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		(909)	(21)
Aquisição de Imobilizado de Uso	15	(339)	(567)
Aquisição de Intangível	16	(247)	(257)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento		(50)	9.013
Captação em Mercados Institucionais		637	-
Resgate em Mercados Institucionais		(945)	(9.038)
(Aquisição)/Alienação de Participação de Acionistas não Controladores		276	(12)
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas		271	210
Aquisições de Ações para Tesouraria		(568)	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Acionistas não Controladores		(48)	(1)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(4.457)	(3.830)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento		(4.834)	(12.671)
Aumento / (Diminuição) em Caixa e Equivalentes de Caixa	2.4c e 4	(43.237)	35.524
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	125.318	55.790
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		4.387	(1.287)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	86.468	90.027
Informações Complementares sobre o Fluxo de Caixa			
Juros Recebidos		28.041	30.743
Juros Pagos		12.630	14.286
Transações não Monetárias			
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Declarados e Ainda não Pagos		1.464	841

(*) Inclui os valores dos juros recebidos e pagos conforme demonstrado acima

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Valor Adicionado

(Em Milhões de Reais)

	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014
Receitas	31.189	33.246
Juros, Rendimentos e outras	26.795	28.688
Prestação de Serviços	7.110	6.201
Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	1.626	1.660
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.682)	(3.518)
Outras	340	215
Despesas	(18.262)	(16.674)
Juros, Rendimentos e outras	(15.793)	(14.185)
Outras	(2.469)	(2.489)
Insumos Adquiridos de Terceiros	(3.299)	(3.271)
Materiais, Energia e Outros	(180)	(160)
Serviços de Terceiros	(883)	(933)
Outras	(2.236)	(2.178)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(923)	(916)
Propaganda, Promoções e Publicações	(218)	(193)
Instalações	(227)	(214)
Transportes	(101)	(106)
Segurança	(165)	(153)
Viagens	(48)	(42)
Outras	(554)	(554)
Valor Adicionado Bruto	9.628	13.301
Depreciação e Amortização	(610)	(615)
Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade	9.018	12.686
Valor Adicionado Recebido em Transferência	131	75
Valor Adicionado Total a Distribuir	9.149	12.761
Distribuição do Valor Adicionado	9.149	12.761
Pessoal	4.165	3.499
Remuneração Direta	3.361	2.796
Benefícios	612	537
F.G.T.S. - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	192	166
Impostos, Taxas e Contribuições	(1.122)	4.379
Federais	(1.381)	4.154
Estaduais	11	2
Municipais	248	223
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis	323	282
Remuneração de Capitais Próprios	5.783	4.601
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	1.557	900
Lucros Retidos/(Prejuízo) do Período	4.116	3.651
Participação dos não-controladores nos Lucros Retidos	110	50

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas Em 31 de Março de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 para Contas Patrimoniais e De 01/01 a 31/03 de 2015 e 2014 para Contas de Resultado

(Em milhões de reais, exceto informações por ação)

Nota 1 – Informações Gerais

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING) é uma companhia aberta, constituída e existente segundo as leis brasileiras. A matriz do ITAÚ UNIBANCO HOLDING está localizada na Praça Alfredo Egidio de Souza Aranha, nº 100, na cidade de São Paulo, Brasil.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING fornece uma ampla gama de produtos e serviços financeiros a clientes pessoas físicas e jurídicas no Brasil e no exterior, sendo esses clientes relacionados ou não ao Brasil, por meio de suas agências, subsidiárias e afiliadas internacionais. No Brasil, atendemos aos clientes de varejo por intermédio da rede de agências do Itaú Unibanco S.A. ("Itaú Unibanco") e de atacado pelo Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA"); no exterior, por intermédio de agências em Nova Iorque, Grand Cayman, Tóquio e Nassau e de subsidiárias, principalmente na Argentina, Chile, Estados Unidos (Nova Iorque e Miami), Europa (Lisboa, Londres, Luxemburgo e Suíça), Ilhas Cayman, Paraguai, Uruguai e Colômbia.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma holding financeira controlada pela Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR"), uma empresa de participações que detém 51% de suas ações ordinárias e que é controlada conjuntamente pela (i) Itaúsa Investimentos Itaú S.A. ("Itaúsa"), uma empresa de participações controlada pelos membros da família Egidio de Souza Aranha, e pela (ii) Companhia E. Johnston de Participações ("E. Johnston"), uma empresa de participações controlada pela família Moreira Salles. A Itaúsa também detém diretamente 38,7% das ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Conforme descrito na Nota 34, as operações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são divididas em três segmentos operacionais e reportáveis: (1) Banco de Varejo, que engloba os clientes de varejo, clientes de alta renda (Itaú Uniclass e Personalité) e o segmento empresas (micro e pequenas empresas); (2) Banco de Atacado, que compreende os produtos e serviços de atacado para empresas de médio e grande porte, bem como as atividades de banco de investimento, além das atividades das unidades da América Latina e (3) Atividades com Mercado + Corporação que gerencia fundamentalmente o resultado financeiro associado ao excesso de capital, de dívida subordinada e do carregamento do saldo líquido dos créditos e passivos tributários do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 04 de Maio de 2015.

Nota 2 – Políticas Contábeis Significativas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas estão descritas abaixo.

2.1. Base de Preparação

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução nº 3.786 do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) que, a partir de 31 de Dezembro de 2010, requer a elaboração de Demonstrações Contábeis Consolidadas anuais, de acordo com as práticas contábeis internacionais (“IFRS”), conforme aprovado pelo “*International Accounting Standard Board*” (“IASB”).

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram preparadas seguindo-se as práticas contábeis descritas nesta nota explicativa.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram preparadas de acordo com a IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário com a opção de apresentar as Demonstrações Financeiras Consolidadas Completas em vez das Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas.

Na preparação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utilizou os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos nos IFRS e nas interpretações do “*International Financial Reporting Interpretation Committee*” (“IFRIC”) descritos nesta nota explicativa. Portanto, estas Demonstrações Contábeis Consolidadas estão totalmente em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo IASB e as interpretações emitidas pelo IFRIC.

A Demonstração Consolidada do Fluxo de Caixa demonstra as mudanças, no Caixa e Equivalentes de Caixa, surgidas, durante o período, de atividades operacionais, de investimento e de financiamento. O Caixa e Equivalentes de Caixa incluem investimentos altamente líquidos (Nota 2.4c).

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são determinados usando-se o método indireto. O lucro líquido consolidado é ajustado por itens não monetários, como ganhos e perdas de mensuração, movimentação de provisões e variações nos saldos de recebíveis e obrigações. Todas as receitas e despesas oriundas de transações não monetárias, atribuíveis às atividades de investimento e de financiamento são eliminadas. Os juros recebidos ou pagos são classificados como fluxos de caixa operacionais.

2.2. Novos Pronunciamentos e Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Período Findo em 31 de Março de 2015

- IAS 19 (R1) – Benefícios a empregados – a entidade deve considerar a contribuição dos empregados e de terceiros na contabilização de planos de benefícios definidos. Não há impactos dessa alteração, uma vez que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING já considera estes procedimentos.

b) Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis Consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Pronunciamento que visa substituir o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui: (a) um modelo lógico para classificação e mensuração; (b) um modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de hedge. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A IFRS 15 substitui a IAS 18, a IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 13, 15 e 18). Efetiva para exercícios iniciados após 1º de Janeiro de 2017 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Alteração da IFRS 11 – Negócios em Conjunto – A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de empreendimentos controlados em conjunto e operações em conjunto, que constituem um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios.

Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os impactos dessa alteração serão devidos somente se houver aquisição de controle compartilhado.

- Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS 38 Ativos Intangíveis – A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Alteração da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em coligada e empreendimentos controlado em conjunto (*joint venture*) - As alterações referem a uma inconsistência entre as exigências do IFRS 10 e IAS 28 (2011), ao lidar com a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlado em conjunto (*joint venture*). Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Ciclo Anual de Melhorias (2012-2014) –Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisados o IFRS 5 – Ativo Não Circulante Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 19 –Benefícios aos Empregados e IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Alteração da IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras: As alterações tem o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações financeiras. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações financeiras, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Alterações na IAS 28, IFRS 10 e na IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação: o documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento. Alterações na IAS 28, IFRS 10 e na IFRS 12 são efetivas para exercícios iniciados em 1º de Janeiro de 2016 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB.

2.3. Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com o IFRS exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Contábeis Consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

2.3.1. Estimativas Contábeis Críticas

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em acordo com o IFRS e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas são continuamente avaliadas, considerando a experiência passada e outros fatores.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa periodicamente sua carteira de empréstimos e recebíveis para avaliar a existência de perda por valor recuperável nas suas operações.

Para determinar o montante de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa na Demonstração Consolidada do Resultado para certos créditos ou para uma determinada classe de créditos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um evento de perda. Essas evidências podem incluir dados observáveis que indicam que houve uma mudança adversa em relação aos fluxos de caixas recebidos esperados da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições econômicas locais ou internacionais que se correlacionem com as perdas por valor recuperável. A Administração utiliza estimativas baseadas em experiência histórica de perdas para operações com características semelhantes e evidência objetiva de deterioração. A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela Administração, tendo em vista a adequação dos modelos e a suficiência dos volumes de provisão em face a experiência de perda incorrida.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza modelos estatísticos para o cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa na carteira de crédito homogênea. Periodicamente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza procedimentos para aprimorar estas estimativas, alinhando a exigência de provisões aos níveis de perda observados pelo comportamento histórico (conforme descrito na Nota 2.4g VIII). Este alinhamento visa a garantir que o volume de provisionamento reflita as condições econômicas atuais, a composição da carteira de empréstimos, a qualidade das garantias obtidas e o perfil de nossos clientes. Em 2015 e em 2014, não houve aprimoramento de premissas de modelos.

O montante de provisão era de R\$ 24.064 (R\$ 22.392 em 31/12/2014).

Os detalhes sobre a metodologia e premissas utilizadas pela Administração estão apresentadas na Nota 2.4g VIII.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Conforme explicação no item 2.4n, Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 27. O montante de Ativo Fiscal Diferido era de R\$ 42.634 (R\$ 36.619 em 31/12/2014).

c) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos

A mensuração a valor justo dos Instrumentos Financeiros é feita recorrentemente, conforme requerida pelo IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Os Instrumentos Financeiros reconhecidos pelo valor justo totalizam ativos no valor de R\$ 246.847 (R\$ 226.193 em 31/12/2014) dos quais R\$ 24.634 são Derivativos (R\$ 14.156 em 31/12/2014) e passivos no valor de R\$ 31.290 (R\$ 17.870 em 31/12/2014) dos quais R\$ 30.931 são Derivativos (R\$ 17.350 em 31/12/2014). O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos inputs usados no processo de mensuração. Há três grandes níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 31.

A equipe responsável pelo apreamento dos ativos, seguindo a governança definida em comitê e circulares normativas, efetua análises críticas das informações extraídas do mercado e periodicamente faz a revisão dos prazos mais longos dos indexadores. Ao final dos fechamentos mensais, as áreas se reúnem para uma nova rodada de análises para a manutenção relativa à classificação dentro da hierarquia do valor justo. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados Instrumentos Financeiros estão descritas na Nota 31.

d) Planos de Pensão de Benefício Definido

Em 31/03/2015 o montante de R\$ (93) (R\$ (104) em 31/12/2014) relacionado aos Planos de Pensão de Benefício Definido foi reconhecido no Balanço Patrimonial. O valor atual de obrigações de planos de pensão é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Se a taxa de desconto usada apresentasse uma redução de 0,5% em relação às estimativas atuais da Administração, o valor atuarial das obrigações de planos de pensão seria aumentada em aproximadamente R\$ 668, com impacto no montante reconhecido refletido no Patrimônio Líquido – ORA antes dos impostos de R\$ 315, líquido do efeito da Restrição do Ativo.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 29.

e) Provisões, Contingências e Outros Compromissos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 32.

O valor contábil dessas contingências era de R\$ 17.524 (R\$ 17.027 em 31/12/2014).

f) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, *benchmarks* e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos no resultado do respectivo período.

Informações adicionais estão descritas na Nota 30.

2.3.2. Julgamentos Críticos na Aplicação de Políticas Contábeis

a) Ágio

O teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio envolve estimativas e julgamentos significativos, incluindo a identificação de unidades geradoras de caixa e a alocação do ágio para tais unidades com base na expectativa de quais se beneficiarão da aquisição. A determinação dos fluxos de caixa esperados e a

taxa de juros ajustado ao risco para cada unidade requer o exercício de julgamento e estimativas por parte da administração. São submetidos anualmente ao teste de redução recuperável de ativos e, em 31 de Março de 2015 e 2014 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não identificou perda por redução ao valor recuperável de ágio.

2.4 Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Consolidação

I- Subsidiárias

Anteriormente a 1º de Janeiro de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING consolidava nas Demonstrações Contábeis Consolidadas suas subsidiárias, definidas de acordo com o IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, e suas entidades de propósito específico, definidas de acordo com o SIC 12 – Consolidação – Entidades de Propósitos Específicos. A partir desta data, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou o IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, que substituiu o IAS 27 e o SIC 12.

De acordo com o IFRS 10, subsidiárias são todas as entidades nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui controle. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla uma entidade quando está exposto a, ou possui direitos a, seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos.

As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data em que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING obtém seu controle e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle é perdido.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avaliou, em 1º de Janeiro de 2013, seus investimentos a fim de determinar se as conclusões a respeito de consolidação de acordo com o IFRS 10 diferem das conclusões de acordo com o IAS 27 e SIC 12.

Para os investimentos que já eram consolidados conforme IAS 27 e SIC 12 e que permanecem consolidados de acordo com o IFRS 10 em 1º de Janeiro de 2013 ou para os investimentos que não eram consolidados pelo IAS 27 e SIC 12 e que continuam não sendo consolidados de acordo com o IFRS 10, nenhum ajuste é requerido.

A tabela a seguir apresenta as principais subsidiárias consolidadas, com ativo total acima de R\$ 150 milhões, bem como a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING em seus capitais votantes em 31/03/2015 e 31/12/2014:

	País de Constituição	Atividade	Participação % no capital votante em		Participação % no capital total em	
			31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Banco Itaú Argentina S.A.	Argentina	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú BBA S.A.	Brasil	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú Chile	Chile	Instituição Financeira	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Banco Itaú BMG Consignado S.A.	(Nota 3c) Brasil	Instituição Financeira	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Banco Itaú Paraguay S.A.	Paraguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Suisse S.A.	Suíça	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaú Uruguay S.A.	Uruguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itaucard S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Banco Itauleasing S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cia. Itaú de Capitalização	Brasil	Capitalização	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Brasil	Arrendamento Mercantil	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Hipercard Banco Múltiplo S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau Bank, Ltd.	Ilhas Cayman	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itau BBA Colombia S.A. Corporación Financiera	Colômbia	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú BBA International PLC	Reino Unido	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú BBA USA Securities Inc.	Estados Unidos	Corretora de Valores	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú BMG Seguradora S.A.	Brasil	Seguros	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Itaú Corretora de Valores S.A.	Brasil	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Seguros S.A.	Brasil	Seguros	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Unibanco Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	(*) Brasil	Sociedade de Crédito	-	100,00%	-	100,00%
Itaú Unibanco S.A.	Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Itaú Vida e Previdência S.A.	Brasil	Previdência Complementar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Luizacred S.A. Soc. Cred. Financiamento Investimento	Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Redecard S.A. - REDE	Brasil	Adquirente	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(*) Empresa incorporada em 31/01/2015 pelo Itaú Unibanco S.A. e Itaú BBA Participações S.A.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem o compromisso de manter o capital mínimo exigido para todas as entidades controladas em conjunto, sendo que para a FIC - Financeira Itaú CBD S.A Crédito, Financiamento e Investimento o percentual de capital mínimo é superior em 25,0% ao exigido pelo Banco Central do Brasil (Nota 33).

II - Combinações de Negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com o IFRS 3 (R) somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com o IFRS 3 (R), um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em *inputs*, processos aplicados a tais *inputs* e *outputs*, que são, ou irão ser, usados para gerar renda. Se existe ágio em um conjunto de atividades e de ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem à definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionado os custos diretamente atribuíveis a aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excedente do custo de aquisição, acrescido da participação de acionistas não controladores, se houver, sobre o valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é contabilizado como ágio.

O tratamento do ágio está descrito na Nota 2.4k. Se o custo de aquisição, acrescido da participação de acionistas não controladores, se houver, for menor do que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

III - Transações Junto a Acionistas não Controladores

O IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em perda de controle, sejam contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

b) Conversão de Moedas Estrangeiras

I- Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para cada subsidiária, entidade sob controle conjunto e investimento em associada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING definiu a moeda funcional, conforme previsto no IAS 21.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

II- Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante dos Resultados de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior, e totalizam R\$ 7.969 para o período de 01/01 a 31/03/2015 (R\$ 3.677 de 01/01 a 31/12/2014).

No caso de ativos monetários classificados como disponíveis para venda, as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em Resultado Abrangente Acumulado até o desreconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING define como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 4.

d) Depósitos Compulsórios no Banco Central

Os Bancos Centrais dos países onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING opera impõem atualmente diversas exigências de depósito compulsório às instituições financeiras. Tais exigências são aplicadas a um amplo leque de atividades e de operações bancárias, como depósitos à vista, depósitos em poupança e depósitos a prazo. No caso do Brasil, também é exigida a aquisição e manutenção de títulos públicos federais brasileiros.

Os depósitos compulsórios são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente ao custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na Nota 2.4g VI.

e) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING apresenta suas Aplicações de Depósitos Interfinanceiros em seu Balanço Patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na Nota 2.4g VI.

f) Vendas com Compromisso de Recompra e Compras com Compromisso de Revenda

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de operações de compra com compromisso de revenda (compromisso de revenda) e de venda com compromisso de recompra (compromisso de recompra) de ativos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas Aplicações no Mercado Aberto e Captações no Mercado Aberto, respectivamente.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda e os montantes captados em operações com compromisso de recompra são registrados inicialmente no Balanço Patrimonial pelos seus valores adiantados ou captados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda e os juros incorridos em operações com compromisso de recompra são lançados em Receitas de Juros e Rendimentos e Despesas de Juros e Rendimentos, respectivamente.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse do compromisso de revenda e de recompra é temporariamente transferida ao comprador. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING monitora rigorosamente o valor de mercado dos ativos financeiros que lastreiam as operações com compromisso de recompra e ajusta o valor da garantia quando apropriado.

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Quando a contraparte tem o direito de vender ou de usar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

g) Ativos e Passivos Financeiros

De acordo com o IAS 39, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado – Mantidos para Negociação.
- Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado – Designados a Valor Justo.
- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.
- Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento.
- Empréstimos e Recebíveis.
- Passivos Financeiros ao Custo Amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING categoriza os instrumentos financeiros em classes que refletem a natureza e as características desses instrumentos financeiros.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica como empréstimos e recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Disponibilidades, Depósito Compulsório no Banco Central (Nota 2.4d), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 2.4e), Aplicações no Mercado Aberto (Nota 2.4f), Operações de Crédito (Nota 2.4g VI) e Outros Ativos Financeiros (Nota 2.4g IX).

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos do IAS 39. Portanto, se os riscos e benefícios não foram substancialmente transferidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING deve avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede a baixa. Os passivos financeiros são baixados quando liquidados ou extintos.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I- Ativos e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação

São os ativos e passivos adquiridos e incorridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo ou quando fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros que são administrados como um todo e para os quais existe evidência de um histórico recente de vendas no curto prazo.

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado. Os ganhos e perdas oriundos de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos de Títulos e Derivativos. As receitas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Receita de Juros e Rendimentos e as despesas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Despesa de Juros e Rendimentos.

II- Ativos e Passivos Financeiros Designados a Valor Justo

São os ativos e passivos designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Essa designação não pode ser alterada subsequentemente. De acordo com o IAS 39, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo ou ainda, quando esses ativos consistem em instrumento de dívida e em derivativo embutido que devem ser separados.

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado. Os ganhos e as perdas oriundas de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos de Títulos e Derivativos – Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado. As receitas de juros e as despesas de juros são reconhecidas em Receita de Juros e Rendimentos e Despesa de Juros e Rendimentos, respectivamente.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING designa certos ativos a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, pois sua avaliação e desempenho são efetuadas diariamente com base no valor justo.

III- Derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos a valor justo na data em que o contrato é firmado e são subsequentemente reavaliados a valor justo. Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo é positivo, e como passivos quando é negativo.

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados quando suas características e seus riscos econômicos não são intimamente relacionados àqueles do contrato principal e este não é contabilizado a valor justo através do resultado. Esses derivativos embutidos são contabilizados separadamente a valor justo, com as variações reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos de Títulos e Derivativos - Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos, exceto se o ITAÚ UNIBANCO HOLDING optar por designar esses contratos híbridos, como um todo, na categoria a valor justo através do resultado.

Derivativos podem ser designados e qualificados como instrumento de *hedge* para fins contábeis e, em se qualificando, dependendo da natureza do item *hedgeado*, o método de reconhecer os ganhos ou as perdas de valor justo será diferente. Estes derivativos, que são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e de passivos financeiros, e que atendem aos critérios do IAS 39 são contabilizados como *hedge* contábil.

De acordo com o IAS 39, para qualificar-se como *hedge* contábil todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- no início do *hedge*, existe designação e documentação formais da relação de *hedge* e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o *hedge*.
- é esperado que o *hedge* seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de *hedge* em particular.
- quanto ao *hedge* de fluxo de caixa, uma transação prevista que seja objeto de *hedge* tem de ser altamente provável e tem de apresentar exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam em última análise afetar o resultado.
- a efetividade do *hedge* pode ser confiavelmente medida, isto é, o valor justo ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao valor justo do instrumento de *hedge* podem ser confiavelmente medidos.
- o *hedge* é avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente efetivo durante todos os períodos das Demonstrações Contábeis para o qual o *hedge* foi designado.

O IAS 39 apresenta três estratégias de *hedge*: *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza-se de derivativos como instrumento de *hedge* em estratégias de *hedge* de fluxo de caixa, *hedge* de valor justo e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior, conforme detalhado na Nota 9.

Hedge de Valor Justo

Para os derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de valor justo, as seguintes práticas são aplicadas:

- a) o ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de *hedge* pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado; e
- b) o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela efetiva do risco coberto deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou a entidade revogar a designação, a entidade deve descontinuar prospectivamente o *hedge* contábil. Além disso, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

Hedge de Fluxo de Caixa

Para os derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou das perdas do derivativo é registrada diretamente em Outros Resultados Abrangentes – *Hedge* de Fluxo de Caixa, e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por *hedge* afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva ou os componentes de *hedge* excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e subsequentemente reclassificado para resultado são reconhecidos na correspondente linha de receita ou despesa na qual o item de *hedge* relacionado é relatado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, ou quando o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou ainda quando a entidade revogar a designação do *hedge* contábil, qualquer ganho ou perda acumulado existente em Resultado Abrangente Acumulado até este momento deve permanecer reconhecido separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou deixe de se esperar que ocorra, sendo reclassificada para o resultado neste momento. Porém, quando já não se espera que a transação prevista ocorra, qualquer ganho ou perda acumulado reconhecido em Resultado Abrangente Acumulado é imediatamente reconhecido no resultado.

Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior

O *hedge* de um investimento líquido em operação no exterior, incluindo *hedge* de um item monetário que seja contabilizado como parte do investimento líquido, é contabilizado de forma similar ao *hedge* de fluxo de caixa:

- a) a parcela do ganho ou da perda sobre o instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* efetivo é reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado.
- b) a parcela inefetiva é reconhecida no resultado do período.

O ganho ou a perda sobre o instrumento de *hedge* relacionado à parcela efetiva do *hedge* que tiver sido reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado é reclassificado do Resultado Abrangente para o resultado do período na alienação da operação no exterior.

IV- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

De acordo com o IAS 39, os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda quando, no julgamento da Administração, eles podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado e não forem classificados como ativos financeiros ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço Patrimonial Consolidado pelo seu valor justo, mais os custos de transação. Os ganhos e as perdas não realizados (exceto perdas por redução ao valor recuperável, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no Resultado Abrangente Acumulado. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos. O custo médio é usado para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Ativo e Passivos Financeiros. Dividendos sobre ativos disponíveis para venda são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como Receita de Dividendos quando é provável que se estabeleça o direito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING de receber tais dividendos e ter entradas de benefícios econômicos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia na data do Balanço Patrimonial se existe evidência que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estão em situação de perda de seu valor recuperável. No caso de instrumentos de patrimônio classificados como Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, um declínio prolongado e significativo no valor justo, abaixo de seu valor de custo é uma evidência de redução do valor recuperável, resultando no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável. Se existir evidência de perda para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada, mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida no resultado, é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado como um ajuste de reclassificação do Resultado Abrangente Acumulado.

As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado de instrumentos de patrimônio não são revertidas por meio do resultado. No entanto, se em período subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida classificado como ativo financeiro disponível para venda aumentar e esse aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda, tal perda é revertida por meio do resultado.

V- Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

De acordo com o IAS 39 os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento são ativos financeiros não-derivativos, que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a firme intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando-se o método da taxa efetiva de juros (conforme detalhado no item VI abaixo). Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são apresentados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

Quando há redução ao valor recuperável dos ativos financeiros mantidos até o vencimento, a perda é registrada como uma redução de seu valor contábil utilizando uma conta redutora e reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda, a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão também é reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado.

VI- Operações de Crédito

As operações de crédito são inicialmente contabilizadas a valor justo, mais os custos de transação e mensuradas subsequentemente a custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

O método da taxa efetiva de juros é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período. A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros sendo estimada ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro que resulta no montante igual ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica uma operação de crédito como não performando se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atraso de 60 dias ou mais. Quando uma operação de crédito é assim classificada, a apropriação de juros deixa de ser reconhecida.

Quando um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares está em situação de perda de seu valor recuperável e o valor contábil é reduzido por meio da constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, a receita de juros subsequentemente é reconhecida no valor contábil reduzido utilizando-se a taxa efetiva de juros para descontar os fluxos de caixa futuros a fim de mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Nossa carteira de Pessoas Físicas consiste principalmente em financiamento de veículos, cartão de crédito, empréstimos pessoais (incluindo, principalmente, crédito ao consumidor e cheque especial) e crédito imobiliário. Nossa carteira de Grandes Empresas inclui empréstimos feitos para grandes clientes corporativos. Nossa carteira de Micro, Pequenas e Médias Empresas correspondem a empréstimos para uma variedade de clientes de empresas de pequeno e médio porte. Nossa carteira de empréstimos para clientes da América Latina é composto essencialmente por empréstimos concedidos a pessoas físicas na Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.

No nível corporativo, temos duas áreas (independentes das áreas de negócios): área de risco de crédito e área de finanças, que são responsáveis por definir as metodologias utilizadas para mensurar a provisão para perdas em operações de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão.

Á área de risco de crédito e a área de finanças, no nível corporativo, monitoram as tendências observadas na provisão para créditos de liquidação duvidosa por segmento, além de estabelecerem um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear em mudanças na provisão, na PD (probabilidade de *default*) ou na LGD (perda dado o *default*).

Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita no nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em um nível detalhado e por segmento, por entender as razões relacionadas a estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças em nossas políticas de crédito.

VII- Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (como Arrendador)

Quando ativos são objetos de um arrendamento mercantil financeiro, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como recebível no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro.

Os custos diretos iniciais quando incorridos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ocorre na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

VIII- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Geral

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia periodicamente a existência de qualquer evidência objetiva de que um crédito ou um grupo de créditos esteja deteriorado. Um crédito ou um grupo de créditos está deteriorado e existe a necessidade de reconhecer uma perda caso exista evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo (evento de perda) e se esse evento (ou eventos) de perda representar impacto que possa ser confiavelmente estimado nos fluxos de caixa futuros.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é uma provisão constituída para prováveis perdas inerentes à carteira na data do Balanço Patrimonial. A determinação do nível da provisão depende de diversas ponderações e premissas, inclusive das condições econômicas atuais, da composição da carteira de empréstimos, da experiência anterior com perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil e da avaliação do risco de crédito relacionada aos empréstimos individuais. Nosso processo para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa adequada inclui o julgamento da Administração e o uso de estimativas. A adequação da provisão é analisada regularmente pela Administração.

O critério utilizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING para determinar a existência de evidência objetiva de perda inclui:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros.

- Dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem numa deterioração na posição financeira do devedor (por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas ou outros indicadores capturados pelos sistemas utilizados para monitorar créditos, particularmente para carteiras do varejo).
- Violação de cláusulas ou termos de empréstimos.
- Início de processo de falência.
- Deterioração da posição competitiva do emissor.

O período estimado entre o evento de perda e sua identificação é definido pela Administração para cada carteira de créditos semelhantes identificada. Tendo em vista a representatividade dos diversos grupos homogêneos, a Administração optou por utilizar um período uniforme de 12 meses. Para as carteiras de créditos avaliados individualmente por *impairment* utiliza-se um período máximo de 12 meses, considerando o ciclo de revisão de cada crédito.

Avaliação

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia primeiro a existência de evidência objetiva de perda alocada individualmente para créditos que sejam individualmente significativos ou coletivamente para créditos que não sejam individualmente significativos.

Para determinar o valor da provisão para créditos individualmente significativos com evidência objetiva de perda, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza metodologias que consideram a qualidade do cliente e também a natureza da transação, inclusive sua garantia, para estimar os fluxos de caixa esperados dessas operações de créditos.

Se não houver evidência objetiva de perda para um crédito individualmente avaliado, seja ele significativo ou não, este é incluído num grupo de créditos com características semelhantes de risco de crédito e avaliado coletivamente. Os créditos que são individualmente avaliados e para os quais há uma redução de seu valor recuperável por deterioração não são incluídos na avaliação coletiva. O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito que não tenham sido incorridas) descontado à taxa efetiva de juros original do crédito.

Para os créditos avaliados coletivamente, o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros para o qual exista uma garantia recebida reflete o desempenho histórico da execução e recuperação do valor justo, considerando os fluxos de caixa que serão gerados pela execução da garantia menos os custos para obter e vender tal garantia.

Para fins de avaliação coletiva da necessidade de constituição de provisão, os créditos são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros de tais créditos pelo fato de poderem ser um indicador de dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos, de acordo com as condições contratuais do crédito que está sendo avaliado. Os fluxos de caixa futuros de grupo de créditos que sejam coletivamente avaliados para fins de identificação da necessidade de constituição de provisão são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais dos créditos do grupo e na experiência histórica de perda para créditos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada com base em informação disponível na data corrente observável para refletir os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e para excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

No caso dos créditos individualmente significativos sem evidência objetiva de perda, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica essas operações de crédito em certas categorias de *rating* com base em diversos fatores qualitativos e quantitativos aplicados por meio de modelos desenvolvidos internamente. Considerando o tamanho e as diferentes características de risco de cada contrato, a categoria de *rating* determinada de acordo com os modelos internos pode ser revisada e modificada pelo Comitê de Crédito Corporativo, cujos membros são executivos e especialistas em risco de crédito de grandes empresas. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima perdas inerentes a cada categoria considerando uma abordagem desenvolvida internamente para carteiras com baixa inadimplência, que utiliza a experiência histórica na construção de modelos internos que são usados tanto para estimar a PD (probabilidade de *default*) inadimplência quanto para estimar a LGD (perda dado o *default*).

Para determinar o valor da provisão dos créditos individualmente não significativos, essas operações são segregadas em classes, considerando os riscos relacionados e as características de cada grupo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada para cada uma dessas classes por meio de um processo que considera a inadimplência histórica e a experiência de prejuízo em operações de crédito nos últimos anos.

Mensuração

A metodologia utilizada para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi desenvolvida pelas áreas de risco de crédito e de finanças no nível corporativo. Entre essas áreas, considerando as diferentes características das carteiras, áreas diferentes são responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para cada uma delas: Grandes Empresas (incluindo operações de crédito com evidência objetiva de perda e operações de crédito individualmente significativas, mas sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro, Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina. Cada uma das quatro áreas responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa é dividido em grupos: os que desenvolvem a metodologia e os que a validam. Um grupo centralizado na área de risco de crédito é responsável por mensurar a provisão em base recorrente, seguindo as metodologias desenvolvidas e aprovadas para cada uma das quatro áreas.

Essa metodologia está baseada em dois componentes para aferir o montante de provisão: a probabilidade de inadimplência da contraparte (PD) e o potencial de perda econômica que pode ocorrer em caso de inadimplência, sendo a dívida que não pode ser recuperada (LGD) que são aplicáveis aos saldos das operações de crédito em aberto. A mensuração e a avaliação desses componentes de risco fazem parte do processo de concessão de crédito e da gestão da carteira. Os montantes estimados de PD e de LGD são mensurados com base em modelos estatísticos, que consideram um número significativo de variáveis diferentes para cada classe, que incluem receitas, patrimônio líquido, histórico de empréstimos passados, nível de endividamento, setores econômicos que afetam a capacidade de recebimento, outros atributos de cada contraparte, ambiente econômico, entre outros. Esses modelos são atualizados regularmente por conta de mudanças nas condições econômicas e de negócios.

O processo de atualização de um modelo é iniciado quando a área de modelagem identifica que o mesmo não está capturando efeitos significativos nas mudanças das condições econômicas, no desempenho da carteira ou quando é feita alguma alteração na metodologia de apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Quando uma alteração de modelo é processada, o mesmo é validado por meio de *back-testing*, e são aplicados métodos estatísticos para mensurar a sua performance, por meio da análise detalhada de sua documentação, descrevendo passo a passo como o processo é executado. A validação dos modelos é realizada por uma área independente da área que o desenvolveu, que emite um parecer técnico sobre as premissas usadas (integridade, consistência e replicabilidade das bases) e sobre a metodologia matemática empregada. O parecer técnico posteriormente é submetido à CTAM (Comissão Técnica de Avaliação de Modelos), que é a instância máxima para aprovação das revisões dos modelos.

Considerando as diferentes características das operações de crédito em cada uma das áreas (Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro, Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina), áreas diferentes dentro da área de risco de crédito são responsáveis por desenvolver e aprovar as metodologias para operações de crédito em cada uma dessas quatro áreas. A administração acredita que o fato de diferentes áreas focarem em cada uma das quatro carteiras resulta em maior conhecimento, especialização e conscientização das equipes quanto aos fatores que são mais relevantes para cada área na mensuração das perdas em operações de crédito. Também considerando essas diferentes características e outros fatores, dados e informações diferentes são utilizados para estimar a PD e a LGD, conforme detalhado a seguir:

- **Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda)** - Os fatores considerados e os dados utilizados são, principalmente, o histórico de relacionamento com o cliente, os resultados da análise das demonstrações contábeis da empresa e as informações obtidas por meio de contatos frequentes com seus diretores, objetivando o entendimento da estratégia e a qualidade de sua administração. Além disso, também são incluídos na análise os fatores setoriais e macroeconômicos. Todos esses fatores (que são quantitativos e qualitativos) são utilizados como informações para o modelo interno desenvolvido para

determinar a categoria de *rating* correspondente. Essa abordagem é aplicada à carteira de crédito de grandes empresas no Brasil e no exterior.

- **Pessoas Físicas** – Os fatores considerados e as informações utilizadas são, principalmente, o histórico de relacionamento com o cliente e as informações disponíveis nos serviços de proteção ao crédito (informações negativas).
- **Micro, Pequenas e Médias Empresas** – Os fatores considerados e as informações utilizadas incluem além do histórico de relacionamento com o cliente e das informações dos serviços de proteção ao crédito sobre a empresa, a especialização do setor e as informações sobre seus acionistas e diretores, entre outros.
- **Unidades Externas América Latina** – Considerando o tamanho relativamente menor desta carteira e sua natureza mais recente, os modelos são mais simples e usam o *status* “vencido” e o *rating* interno do cliente como os principais fatores.

Reversão, Write-off e Renegociação

Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda (tais como a melhoria de *rating* de crédito do devedor) a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão é reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Quando um empréstimo é incobrável, este é baixado do Balanço Patrimonial na rubrica Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. Tais empréstimos são baixados 360 dias após apresentarem atraso nos pagamentos, ou em 540 dias, no caso de empréstimos com prazos remanescentes superiores a 36 meses.

Na quase totalidade dos casos exige-se pelo menos o pagamento de uma parcela nos termos pactuados para que operações renegociadas retornem para a condição de crédito normal. Os empréstimos renegociados retornam à condição de operação de crédito de curso anormal e tem a interrupção no reconhecimento da receita, quando o período de atraso alcança 60 dias após o vencimento sob os termos da renegociação, o que normalmente corresponde ao devedor deixar de realizar dois ou mais pagamentos.

IX- Outros Ativos Financeiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING apresenta estes ativos, cuja composição está apresentada na Nota 20a, em seu Balanço Patrimonial Consolidado inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

X- Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados como a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e inicialmente são reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração Consolidada do Resultado em Despesas de Juros e Rendimentos.

Os seguintes passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado são reconhecidos a custo amortizado:

- Depósitos (Nota 17).
- Captações no Mercado Aberto (Nota 2.4f).
- Recursos de Mercados Interbancários (Nota 19a).
- Recursos de Mercados Institucionais (Nota 19b).
- Obrigações de Planos de Capitalização.
- Outros Passivos Financeiros (Nota 20b).

h) Investimentos em Empresas Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

I – Associadas

De acordo com o IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (*Joint Ventures*), associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Influência significativa é presumida quando é mantida uma participação no capital votante de 20% a 50%. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em associadas e entidades controladas em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

II – Negócios em conjunto

Anteriormente a 1º de Janeiro de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING consolidava proporcionalmente suas participações em entidades controladas em conjunto, conforme requerimentos do IAS 31 – Participações em Empreendimentos em Conjunto. A partir desta data, adotou o IFRS 11 – Negócios em Conjunto, alterando sua política contábil para participações em negócios em conjunto para o método de equivalência patrimonial.

De acordo com o IFRS 11, investimentos em negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto ou empreendimentos controlados em conjunto (“*Joint Ventures*”). A classificação depende dos direitos e obrigações contratuais que cada investidor possui ao invés da estrutura legal do negócio em conjunto.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avaliou a natureza de seus negócios em conjunto e concluiu que possui tanto operações em conjunto quanto *joint ventures*. Para as operações em conjunto não houve alteração do tratamento contábil. Já para as *joint ventures*, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou a nova política para participações em *joint ventures* de acordo com as provisões de transição do IFRS 11.

Os efeitos da adoção do IFRS 11, que originaram a alteração de política contábil, não geraram impactos significativos nas demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

A participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nos lucros ou prejuízos de suas associadas e entidades controladas em conjunto pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas correspondentes do patrimônio líquido de suas associadas e entidades controladas em conjunto é reconhecida em suas reservas do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em associadas e entidades controladas em conjunto, incluindo quaisquer outros recebíveis, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas associadas e entidades controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das associadas e entidades controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas o ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantiver influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em associadas e entidades controladas em conjunto, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

i) Compromissos de Arrendamento Mercantil (como Arrendatário)

Como arrendatário, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem contratos de arrendamento mercantil operacional e financeiro.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado nos quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING detém substancialmente todos os riscos e benefícios de sua propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem e o valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que dessa forma seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros futuros, são incluídas em Outros Passivos Financeiros. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

As despesas por operações de arrendamento operacional são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Quando um arrendamento operacional é terminado antes da expiração do período de arrendamento qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período em que a terminação ocorre.

j) Imobilizado

De acordo com o IAS 16 – Imobilizado, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota 15.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada período.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconheceu nos períodos findos 31/03/2015 e 31/03/2014, perdas por redução ao valor recuperável, referente ao Imobilizado de Uso.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado nas rubricas Outras Receitas ou Despesas Gerais e Administrativas.

k) Ágio

De acordo com o IFRS 3 (R) – Combinações de Negócios, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido no IAS 36, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

O IAS 36 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade

geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base *pro rata* do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios oriundos de aquisição de subsidiárias são apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Ágios.

Os ágios das associadas e entidades controladas em conjunto são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

l) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provêm de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser medido confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundos do seu uso. O saldo de Ativos Intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia semestralmente seus Ativos Intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os Ativos Intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o IAS 36, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa. A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Nos períodos findos em 31/03/2015 e 31/03/2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconheceu perdas por redução ao valor recuperável, referentes aos Direitos de Aquisição de Folha de Pagamento, Associações Para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros e Gastos com Desenvolvimento de Software, causadas por resultados inferiores aos previstos.

Conforme previsto pelo IAS 38, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING elegeu o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

m) Bens Destinados à Venda

Os Bens Destinados à Venda são registrados no Balanço Patrimonial Consolidado quando ocorre sua efetiva apreensão ou intenção de venda. Estes ativos são contabilizados inicialmente pelo menor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda ou (ii) o valor contábil dos bens destinados à venda.

Reduções subseqüentes ao valor contábil do ativo são registradas como perdas por redução ao valor justo menos os custos de venda e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesas Gerais e Administrativas. Em caso de recuperação do valor justo menos os custos de venda, as perdas reconhecidas podem ser revertidas.

n) Imposto de Renda e Contribuição Social

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Impostos de Renda e Contribuição Social - Correntes e Obrigações Fiscais - Impostos de Renda e Contribuição Social - Correntes, respectivamente.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. O benefício fiscal dos prejuízos fiscais a compensar é reconhecido como um ativo. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos e Obrigações Fiscais - Diferidas, respectivamente.

A Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado Abrangente Acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre hedges de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases conforme a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são para todos os períodos apresentados:

	31/03/2015
Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social (*)	15,00%

(*) Para operações não financeiras consolidadas nas demonstrações financeiras, a alíquota de contribuição social é 9,00%.

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado.

o) Contratos de Seguros e Previdência Privada

O IFRS 4 – Contratos de Seguro define contrato de seguro como um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contraparte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de suas subsidiárias, emite contratos a clientes que contém riscos de seguros, riscos financeiros ou uma combinação de ambos. Um contrato sob o qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING aceita riscos significativos de seguro de seus clientes e concorda em compensá-los na ocorrência de um evento futuro incerto específico é classificado como contrato de seguro. O contrato de seguro também pode transferir risco financeiro, mas é contabilizado como contrato de seguro se o risco de seguro é significativo.

Conforme permitido pelo IFRS 1, quando da adoção inicial do IFRS, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING decidiu não alterar suas políticas contábeis para contratos de seguros, que seguem as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil (“BRGAAP”).

Contratos de investimento são aqueles que transferem risco financeiro significativo. Risco financeiro é o risco de uma mudança futura em uma ou mais variáveis como taxa de juros, preço dos ativos

financeiros, preço das commodities, taxa de câmbio, índice de preços ou juros, classificação de risco de crédito ou índice de crédito ou outra variável.

Os contratos de investimento podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro tornar-se significativo.

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, mas são tratados como contratos de seguro, conforme previsto pelo IFRS 4.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

A Nota 30 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros.

Planos de Previdência Privada

Segundo o IFRS 4, um contrato de seguros é aquele que expõe o seu emitente a um risco de seguro significativo. O risco de seguro é significativo se, e somente se, o evento segurado possa levar o emitente da apólice a pagar benefícios adicionais significativos em qualquer cenário, excluindo aqueles que não têm substância comercial. Os benefícios adicionais referem-se a montantes que excedem aqueles que seriam pagos se o evento segurado não ocorresse.

Os contratos em que estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB) garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, transferem o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

O pagamento de benefício adicional é considerado significativo em todos os cenários com substância comercial, uma vez que a sobrevivência dos beneficiários pode exceder as estimativas de sobrevivência na tábua atuarial utilizada para definição do benefício acordado no contrato. A opção de conversão em um montante fixo a ser pago de forma vitalícia não está disponível. Todos os contratos dão direito à contraparte de escolher o recebimento de uma renda vitalícia.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados pela emissão da apólice ou no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido. Os prêmios de seguros são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 60 dias.

Resseguros

Os prêmios de resseguro são reconhecidos durante o mesmo período em que os prêmios de seguros relacionados são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

No curso normal dos negócios, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

Os ativos de resseguros são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos, e para os casos de perdas efetivamente pagas eles são reavaliados transcorridos 365 dias quanto à possibilidade de não recuperação. Em casos de dúvida tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e a outros, são lançados diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e lançadas proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro.

Passivos

As reservas para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos mas ainda não reportados e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de reservas. Uma provisão para insuficiência de prêmios é reconhecida se o montante estimado de insuficiência de prêmios excede o custo diferido de aquisição. As despesas relacionadas ao reconhecimento dos passivos de contratos de seguros são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada.

Derivativos Embutidos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua a análise de todos os contratos a fim de avaliar a existência de derivativos embutidos. Nos casos em que tais derivativos atendam a definição de contrato de seguros por si só, não efetuamos sua bifurcação. Não identificamos derivativos embutidos em nossos contratos de seguros que devam ser separados ou mensurados a valor justo de acordo com os requerimentos do IFRS 4.

Teste de Adequação do Passivo

O IFRS 4 requer que as companhias de seguro analisem a adequação de seus passivos de seguros a cada período de apresentação por meio de um teste mínimo de adequação. Realizou-se o teste de adequação dos passivos em IFRS utilizando-se premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço.

Como resultado deste teste, caso a análise demonstrasse que o valor contábil dos passivos de seguros (deduzindo-se os custos de aquisição diferidos dos contratos e os ativos intangíveis de seguros) fosse inferior ao valor dos fluxos de caixa futuros esperados do contrato, seria contabilizada imediatamente no resultado do período qualquer deficiência identificada. Para a realização do teste de adequação, os contratos de seguros são agrupados em carteiras que estão sujeitas, de forma geral, a riscos similares e cujos riscos são gerenciados conjuntamente como uma única carteira.

Os pressupostos utilizados para realizar o teste de adequação de passivo estão detalhados na Nota 30.

p) Planos de Capitalização

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING comercializa títulos de capitalização nos quais são depositados pelos clientes valores específicos, dependendo do plano, que são resgatáveis pelo montante original adicionado de uma taxa de remuneração. Os clientes participam, durante o prazo do plano, de sorteios de prêmios em dinheiro.

Enquanto que para fins regulatórios no Brasil, os planos de capitalização são regulados pelo mesmo órgão que regula o mercado segurador, estes planos não atendem à definição de contrato de seguro segundo o IFRS 4 e, portanto, foram classificados como um passivo financeiro pelo custo amortizado segundo o IAS 39.

A Receita dos Planos de Capitalização é reconhecida durante o período do contrato e mensurada pela diferença entre o valor depositado pelo cliente e o valor que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a obrigação de reembolsar.

q) Benefícios Pós Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é obrigado a fazer contribuições para a previdência social pública e plano de indenizações trabalhistas, no Brasil e em outros países onde opera que são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante de Despesas Gerais e Administrativas, quando incorridas. Essas contribuições totalizaram R\$ (504) de 01/01 a 31/03/2015 (R\$ (392) de 01/01 a 31/03/2014).

Adicionalmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING também patrocina Planos de Benefícios Definidos e Planos de Contribuição Definida, contabilizados de acordo com o IAS 19 – Benefícios aos Empregados até 31 de Dezembro de 2012 e de acordo com o IAS 19 (revisado em Junho de 2011) – Benefícios aos Empregados a partir de 1º de Janeiro de 2013.

Planos de Pensão – Planos de Benefício Definido

O passivo (ou ativo, conforme o caso) reconhecido no Balanço Patrimonial Consolidado referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido na data menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefício definido são calculadas anualmente por consultoria atuarial independente, utilizando-se o método do crédito unitário projetado. O valor presente das obrigações de benefício definido é determinado descontando-se o valor estimado de fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos de longo prazo emitidos pelo tesouro brasileiro denominados em Reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão.

Os seguintes montantes são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado:

- Custo de serviço corrente - é o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente.
- Juros sobre o valor líquido de ativo (passivo) de plano de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido reconhecido no ativo e no passivo, resultante da passagem do tempo, que compreende a receita de juros sobre ativos do plano, custo de juros sobre a obrigação de plano de benefício definido e juros sobre o efeito do limite do ativo (*asset ceiling*).

Os ganhos e perdas atuariais são resultantes da não aderência das premissas atuariais estabelecidas na última avaliação atuarial em relação ao efetivamente realizado, bem como os efeitos de mudanças em tais premissas. Os ganhos e perdas são reconhecidos integralmente em Outros Resultados Abrangentes.

Planos de Pensão - Contribuição Definida

Para os Planos de Contribuição Definida, as contribuições aos planos efetuadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING por meio de fundos previdenciais, são reconhecidas como despesa, quando devidas.

Outras Obrigações Pós-Emprego

Algumas das empresas adquiridas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao longo dos últimos anos patrocinavam planos de benefício de assistência médica pós-aposentadoria e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está comprometido pelos contratos de aquisição a manter tais benefícios por um período específico, assim como em relação aos benefícios concedidos por decisão judicial.

De forma semelhante à dos planos de pensão de benefício definido, essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados, sendo que os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego e os ganhos e perdas decorrentes de ajuste de práticas e mudanças de premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido em Outros Resultados Abrangentes no período em que ocorrem.

r) Plano de Outorga de Opções de Ações

Os planos de outorga de opções de ações são contabilizados de acordo com o IFRS 2 – Pagamento baseado em ações que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados, com base no valor justo dos mesmos na data de outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência, que não de mercado, estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas, baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na Demonstração Consolidada do Resultado, com um ajuste correspondente ao Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING geralmente entrega ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de apreçamento de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações.

s) **Garantias Financeiras**

De acordo com o IAS 39, o emissor de um contrato de garantia financeira tem uma obrigação e deve reconhecê-la inicialmente pelo seu valor justo. Subsequentemente, essa obrigação deve ser mensurada pelo maior valor entre: (i) o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada e (ii) o valor determinado de acordo com o IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece no Balanço Patrimonial Consolidado como uma obrigação na rubrica Outros Passivos, na data de sua emissão, o valor justo das garantias emitidas. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receitas de Prestação de Serviços.

Após a emissão, se com base na melhor estimativa, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING concluir que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor.

t) **Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes**

Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes são avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com o IAS 37. Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, exceto quando a Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING entende que sua realização é praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- **Prováveis:** para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Provisões.
- **Possíveis:** as quais são divulgadas nas Demonstrações Contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada.
- **Remotas:** as quais não requerem provisão e nem divulgação.

Os passivos contingentes registrados como Provisões e os divulgados como possíveis são quantificados pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme os critérios detalhados na Nota 32.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

Os passivos contingentes garantidos por cláusulas de indenização estabelecidas por terceiros, por exemplo, em combinações de negócios consumados antes da data de transição, são reconhecidos quando uma demanda é feita, e um valor a receber é reconhecido simultaneamente, quando o pagamento for considerado provável. Para as combinações de negócios consumados após a data de transição, os ativos de indenização são reconhecidos ao mesmo tempo e mensurados na mesma base do item indenizado, sujeitos à possibilidade de recebimento ou às limitações contratuais do valor indenizado.

u) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no Patrimônio Líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no Patrimônio Líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

v) Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em Tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria, mensuradas pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento no Capital Adicional Integralizado. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas Ações em Tesouraria contra Reservas Integralizadas, pelo preço médio das Ações em Tesouraria na data do cancelamento.

w) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de Janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas como uma redução do Patrimônio Líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os dividendos foram e continuam sendo calculados e pagos de acordo com as Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com as normas contábeis brasileiras e regulamentações para instituições financeiras e não com base nas Demonstrações Contábeis Consolidadas preparadas em IFRS.

x) Lucro por Ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do Lucro Líquido atribuído aos controladores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,022 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicado, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do IAS 33 – Lucro por Ação.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING outorga opções de ações cujo efeito de diluição está refletido no lucro por ação diluído com a aplicação do “método das ações em tesouraria”. Segundo esse método, o lucro por ação é calculado como se todas as opções tivessem sido exercidas e como se os recursos recebidos (fundos a serem recebidos mediante o exercício das opções de ações e do montante de custo de remuneração atribuído aos serviços futuros e ainda não reconhecidos) tivessem sido utilizados para adquirir as próprias ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

y) Receita de Prestação de Serviços

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING presta diversos serviços a seus clientes tais como administração de investimentos, relacionados a cartões de crédito, a banco de investimento e a determinados serviços de banco comercial.

Os serviços relacionados à conta corrente são oferecidos aos clientes em pacotes e individualmente. As receitas são reconhecidas quando tais serviços são prestados.

As receitas de comissões de cartões de crédito são decorrentes da captura destas transações e são apropriadas ao resultado na data de sua captura e processamento.

As receitas de determinados serviços como taxas de administração de fundos, de desempenho, de cobrança para clientes atacado e de custódia, são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos de forma linear.

A composição da Receita de Prestação de Serviços está detalhada na Nota 24.

z) Informações por Segmento

O IFRS 8 – Segmentos Operacionais determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING conta com três segmentos de reporte: (i) Banco de Varejo, (ii) Banco de Atacado e (iii) Atividade com Mercado + Corporação.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 34.

Nota 3 – Desenvolvimento de Negócios

a) Associação com o Banco BMG S.A.

Em 09 de Julho de 2012 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING celebrou o Contrato de Associação com o Banco BMG S.A. ("BMG"), visando à oferta, distribuição e comercialização de créditos consignados por meio da constituição de instituição financeira, o Banco Itaú BMG Consignado S.A. ("Itaú BMG Consignado"). Após a obtenção da aprovação prévia necessária para início das operações, emitida pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em 17 de Outubro de 2012, os documentos finais foram assinados em 13 de Dezembro de 2012 e o Banco BMG passou a ser acionista do Itaú BMG Consignado em 07 de Janeiro de 2013. A conclusão da operação estava sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil, a qual foi obtida em 18 de Abril de 2013.

Como resultado desta transação, o patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores aumentou em R\$ 303 no exercício de 2013.

Em 29 de Abril de 2014, foi celebrado um acordo que estabelece a unificação dos negócios de crédito consignado (empréstimos) do BMG e do Itaú BMG Consignado, que passaram a ser concentrados no Itaú BMG Consignado. Em contrapartida dessa unificação dos negócios, em 25 de Julho de 2014 foi realizado aumento de capital do Itaú BMG Consignado, inteiramente subscrito e integralizado pelo BMG no montante de R\$ 181. A possibilidade dessa unificação já era prevista no acordo de investimento de 13 de Dezembro de 2012 que rege a associação. Após esse aumento de capital, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING passou a deter participação 60% (sessenta por cento) do capital social total e votante do Itaú BMG Consignado e o BMG passou a deter os 40% (quarenta por cento) remanescentes.

Desta forma, a partir 25 de Julho de 2014 e durante o prazo da Associação, o Itaú BMG Consignado é o veículo exclusivo do BMG e de seus controladores para a oferta, no território brasileiro, de créditos consignados, observadas algumas exceções pelo prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da data do aumento de capital do Itaú BMG Consignado.

Estima-se que referida operação não acarrete efeitos contábeis relevantes nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que continuará a consolidar o Itaú BMG Consignado em suas demonstrações contábeis.

b) Credicard

Em 14 de Maio de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING celebrou um contrato de compra e venda de ações e quotas com Banco Citibank, para aquisição do Banco Credicard e da Credicard Promotora de Vendas, pelo valor de R\$ 2.948 milhões (atualizado monetariamente), incluindo a marca "Credicard". A conclusão da operação estava sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil, a qual foi obtida em 12 de Dezembro de 2013 e liquidada em 20 de Dezembro de 2013.

O Banco Credicard e a Credicard Promotora de Vendas são entidades responsáveis pela oferta e distribuição de produtos e serviços financeiros da marca "Credicard", principalmente empréstimos pessoais e cartões de crédito.

Em função desta operação, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING consolidou integralmente o Banco Credicard e a Credicard Promotora de Vendas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas a partir de Dezembro de 2013 até 31/08/2014. O Banco Credicard foi incorporado pelo Banco Itaucard S.A. em 31/08/2014.

A alocação do diferencial entre o valor pago e alocação dos ativos líquidos a valor justo resultou no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura no valor de R\$ 1.863 milhões e outros intangíveis.

c) BMG Seguradora S.A.

Em 25 de Junho de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio do Banco Itaú BMG Consignado S.A. ("Itaú BMG Consignado"), sociedade indiretamente controlada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, celebrou contrato de compra e venda de ações com controladores do Banco BMG S.A. ("Vendedores"), por meio do qual se comprometeu a adquirir, por meio de uma das controladas da Itaú BMG Consignado, 99,996% das ações de emissão da BMG Seguradora S.A.

A BMG Seguradora gerou R\$ 62,6 milhões em volume de prêmios retidos durante o ano de 2012 e, durante os meses de Janeiro a Maio de 2013, um volume de prêmios retidos de R\$ 42,4 milhões, 77% acima do volume gerado em igual período de 2012.

A BMG Seguradora celebrou acordos de exclusividade com o Banco BMG S.A. e com a Itaú BMG Consignado para a distribuição de produtos securitários a serem atrelados aos produtos comercializados por esses bancos.

A aprovação do Banco Central do Brasil foi obtida em 19 de Dezembro de 2013 e a operação foi liquidada em 27/01/2014 pelo montante de R\$ 88,1 milhões. A referida aquisição não acarretou efeitos contábeis relevantes nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que consolidou a operação em suas demonstrações contábeis a partir de Janeiro de 2014.

Como resultado do estudo de alocação de preço de compra (Purchase Price Allocation - PPA), a alocação de diferencial entre o valor pago e a participação nos ativos líquidos a valor justo, resultou no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura no valor de R\$ 22,7 milhões.

d) Citibank N.A. Uruguay Branch

Em 28 de Junho de 2013, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Banco Itaú Uruguay S.A. ("BIU") firmou contrato definitivo com o Citibank N.A. Uruguay Branch ("Citi"), por meio do qual foram estabelecidas as regras para aquisição pelo BIU da operação de varejo conduzida pelo Citi no Uruguai.

Como resultado da operação, o BIU assumiu uma carteira de mais de 15.000 clientes no Uruguai relacionados à operação de varejo (conta corrente, poupança e depósitos a prazo). Os ativos adquiridos envolvem principalmente as operações de cartão de crédito que o Citi desenvolve no Uruguai sob as bandeiras Visa, Mastercard e Diners, as quais representavam, em 2012, pouco mais de 6% do market share uruguaio.

A aprovação das autoridades regulatórias competentes foi obtida em 10 de Dezembro de 2013.

A alocação do diferencial entre o valor pago e alocação dos ativos e passivos relacionados a operação líquidos a valor justo resultou no reconhecimento do ágio por expectativa de rentabilidade futura e de intangíveis.

e) Parceria com a Fiat

Em 20 de Agosto de 2013 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING informou que renovou por mais 10 anos, por meio de sua controlada Itaú Unibanco S.A., o acordo de cooperação comercial que mantém com Fiat Group Automobiles S.p.A. e Fiat Automóveis S.A. ("Fiat"). Esse acordo prevê (i) a exclusividade para a oferta de financiamento em campanhas promocionais da montadora Fiat para venda de automóveis zero quilômetro; e (ii) o uso exclusivo da marca Fiat em atividades relacionadas ao financiamento de veículos.

O valor envolvido na operação não é significativo para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e, portanto, não acarretou efeitos contábeis relevantes em seus resultados.

f) Itaú CorpBanca

Em 29 de Janeiro de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em conjunto com a sua subsidiária Banco Itaú Chile S.A. ("BIC") celebrou um acordo (*Transaction Agreement*) com o CorpBanca ("CorpBanca") e seus acionistas controladores ("Corp Group") estabelecendo os termos e condições da união das operações do BIC e do CorpBanca Chile no Chile e nas demais jurisdições em que o CorpBanca atua.

A operação será concretizada por meio de (i) aumento do capital do BIC no valor de US\$ 652 milhões a ser realizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING ou uma de suas subsidiárias, (ii) incorporação do BIC pelo CorpBanca, com o cancelamento das ações do BIC e a emissão de novas ações pelo CorpBanca, na proporção estimada de 85.420,07 ações do CorpBanca para cada 1 ação do BIC, a ser aprovada em assembleia de acionistas do CorpBanca pelo voto afirmativo de 2/3 (dois terços) das ações de emissão do CorpBanca, de forma que as participações no banco resultante da incorporação (a ser denominado "Itaú CorpBanca") sejam de 33,58% para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de 33,13% para o Corp Group, e (iii) posterior integração do Itaú BBA Colômbia S.A. às operações do Itaú CorpBanca ou de suas subsidiárias.

O Itaú CorpBanca será controlado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que celebrará um acordo de acionistas com o Corp Group no ato de fechamento da operação. Esse acordo de acionistas dará ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ao Corp Group o direito de indicarem membros do conselho de administração do Itaú CorpBanca de acordo com suas participações no capital social, tendo esse bloco de acionistas a

prerrogativa de eleger a maioria dos membros do conselho de administração e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING o direito de eleger a maioria desses membros. Os presidentes dos conselhos de administração do Itaú CorpBanca e de suas subsidiárias serão indicados pelo Corp Group e seus vice-presidentes pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Os executivos do Itaú CorpBanca e de suas subsidiárias serão propostos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ratificados pelo conselho de administração do Itaú CorpBanca. O acordo de acionistas também preverá o direito do Corp Group de aprovar, em conjunto com o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, determinadas matérias estratégicas do Itaú CorpBanca e conterá disposições sobre a transferência de ações entre ITAÚ UNIBANCO HOLDING e Corp Group e também para terceiros.

Estima-se que a referida operação não acarrete efeitos contábeis relevantes nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING que consolidará o Itaú CorpBanca em suas demonstrações contábeis.

A concretização da operação está sujeita à satisfação de determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação pela assembleia de acionistas do CorpBanca mencionada acima e aprovação regulatória no Chile. A operação já recebeu a aprovação no Panamá, Colômbia e Brasil.

g) Operação de Seguros de Grandes Riscos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio da sua subsidiária Itaú Unibanco S.A., assinou em 04/07/2014 “Contrato de Compra e Venda de Ações” com a ACE Ina International Holdings, Ltd. (“ACE”), por meio do qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e algumas de suas subsidiárias comprometeram-se a alienar a totalidade de suas participações na Itaú Seguros Soluções Corporativas S.A. (“ISSC”).

A ISSC detinha as operações de seguros de grandes riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, cujos clientes eram médias e grandes empresas com apólices de valores segurados elevados. A transação foi aprovada pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) em 15 de Setembro de 2014 e pela SUSEP em 09 de Outubro de 2014.

Com base em dados proforma de 31 de Dezembro de 2013, a operação de seguros de grandes riscos compreendia: patrimônio líquido de R\$ 364 milhões, ativos de R\$ 5,8 bilhões e provisões técnicas de R\$ 4,6 bilhões.

Após o cumprimento de determinadas condições previstas no contrato, a ACE pagou R\$ 1,515 bilhão ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING e às suas subsidiárias. A transferência das ações e a liquidação financeira da transação ocorreram em 31 de Outubro de 2014, sendo que o valor pago está sujeito a ajuste de preço futuro com base na diferença das posições do Patrimônio Líquido entre a data do balanço pro forma e a data do balanço de fechamento.

A operação produziu um efeito contábil, antes de impostos, de R\$ 1,1 bilhão no lucro do período do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

As operações de seguros de grandes riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estavam classificadas dentro do segmento “Banco de Varejo” nessas Demonstrações Financeiras.

Esta transação está associada à estratégia do ITAÚ UNIBANCO HOLDING de comercialização de seguros massificados, tipicamente relacionados ao varejo bancário.

h) Tecnologia Bancária S.A. (TECBAN) – Novo Acordo de Acionista

As subsidiárias do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em conjunto com outras instituições financeiras, assinaram, em 17 de Julho de 2014, um novo Acordo de Acionistas da TecBan, o qual, tão logo entre em vigor, revogará e substituirá o acordo de acionistas vigente.

Além das disposições usuais em acordos de acionistas, como regras sobre governança e transferência de ações, o Acordo de Acionistas prevê que, em aproximadamente 4 (quatro) anos contados de sua entrada em vigor, as Partes deverão ter substituído parte de sua rede externa de Terminais de Autoatendimento (“TAA”) pelos TAAs da Rede Banco24Horas, que são e continuarão sendo geridos pela TecBan. De maneira geral, pode ser entendida como rede externa de TAAs aqueles situados fora do ambiente de agências bancárias ou aqueles em que o acesso não seja restrito, exclusivo ou controlado, como, por exemplo, aqueles instalados em *shopping centers*, postos de gasolina, supermercados etc.

Com isso, em linha com a tendência mundial de melhores práticas da indústria, as Partes, que constituem os principais bancos de varejo do País, consolidarão suas redes externas de TAAs nos terminais da Rede Banco24Horas, gerando aumento de eficiência, maior qualidade e capilaridade de atendimento a seus clientes. Vale ainda lembrar que, além das Partes, cerca de outros 40 (quarenta) bancos são clientes da TecBan, de forma que tal crescimento da Rede Banco24Horas também beneficiará significativamente tais instituições e seus respectivos clientes.

A operação foi aprovada pelo CADE no dia 22 de Outubro de 2014, sem restrições. A data efetiva da venda e liquidação ocorreu em 14 de Novembro de 2014.

A referida operação não acarretou efeitos contábeis relevantes nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

i) Maxi Pago

Em Setembro de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua controlada Rede (Redecard S.A.) celebrou contrato de compra e venda de ações com os controladores da MaxiPago Serviços de Internet S.A., uma empresa de *gateway* - dispositivos de interconexões de rede para pagamento eletrônico móvel.

A aprovação do Banco Central foi obtida em 15 de Dezembro de 2014 e as condições precedentes foram atendidas em 08 de Janeiro de 2015. O contrato prevê a aquisição de 35.261 ações ordinárias da MaxiPago, o que representará 75% do capital social total e votante.

A referida operação não acarretou efeitos contábeis relevantes nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

j) MCC Securities e MCC Corredora de Bolsa

Em Julho de 2011, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio da sua subsidiária no Chile, assinou Contrato de Compra e Venda de Ações com a MCC *Inversiones Globales* (MCC *Inversiones*) e a MCC *Beneficial Owners* (Pessoas Físicas Chilenas), comprometendo-se a adquirir, em etapas, a totalidade das ações da MCC Secutires.

Em Junho de 2012, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio da sua subsidiária no Chile, assinou Contrato de Compra e Venda de Ações com a MCC *Inversiones Globales* (MCC *Inversiones*) e a MCC *Beneficial Owners* (Pessoas Físicas Chilenas), comprometendo-se a adquirir, em etapas, a totalidade das ações da MCC Corredora de Bolsa.

Em Agosto de 2014, as partes citadas acima, assinaram novo acordo antecipando a aquisição do restante das ações da MCC Securities e da MCC Corredora de Bolsa pelos valores de US\$ 32,7 milhões e US\$ 6,7 milhões respectivamente.

Com esta operação o ITAÚ UNIBANCO HOLDING confirma sua relevante participação no mercado de Private Banking do Chile, passando a consolidar integralmente a MCC Securities e MCC Corredora de Bolsa em suas Demonstrações Contábeis Consolidadas a partir de Agosto de 2014.

Será concluída, no decorrer de 2015, a alocação final do diferencial entre o valor pago e a participação em seus ativos líquidos ao valor justo (*Purchase Price Allocation* - PPA).

k) Via Varejo

Em 01 de Outubro de 2014 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING informou que, em virtude da rescisão antecipada, pela Via varejo, dos acordos operacionais relativos à oferta do seguro de garantia estendida nas lojas Ponto Frio e Casas Bahia, sua subsidiária Itaú Seguros S.A. recebeu da Via Varejo a quantia de R\$ 584 milhões, à vista, relativa principalmente à restituição dos valores desembolsados nos termos desses acordos, devidamente corrigidos.

Essa operação não trouxe impactos relevantes nos resultados do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

I) MasterCard Brasil Soluções de Pagamento Ltda.

O Itaú Unibanco S.A., celebrou contrato com a MasterCard Brasil Soluções de Pagamento Ltda. (“MasterCard”) para criar uma aliança no mercado de soluções de pagamento no Brasil (“Aliança Estratégica”).

Os objetivos do Itaú Unibanco ao criar a Aliança Estratégica são (a) focar a ampliação de seus negócios de emissão e aquisição, principalmente relacionados à nova rede de soluções de pagamento, (b) ter acesso a novas tecnologias de soluções de pagamento, (c) obter importantes ganhos de escala e eficiência, e (d) beneficiar-se da expertise da MasterCard na gestão de bandeiras de soluções de pagamento.

A eficácia da Aliança Estratégica está sujeita à satisfação de algumas condições precedentes, incluindo a aprovação das autoridades regulatórias competentes.

Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelos seguintes itens:

	31/03/2015	31/12/2014
Disponibilidades	18.687	17.527
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	16.403	13.939
Aplicações no Mercado Aberto	51.378	93.852
Total	86.468	125.318

Os valores referentes a Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto não equivalentes de caixa são de R\$ 9.500 (R\$ 9.142 em 31/12/2014) e R\$ 149.929 (R\$ 115.066 em 31/12/2014), respectivamente.

Nota 5 - Depósitos Compulsórios no Banco Central

	31/03/2015	31/12/2014
Não Remunerados	4.332	3.392
Remunerados	58.903	59.714
Total	63.235	63.106

Nota 6 - Aplicação em Depósitos Interfinanceiros e no Mercado Aberto

	31/03/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	25.114	789	25.903	22.135	946	23.081
Aplicações no Mercado Aberto (*)	201.307	-	201.307	208.918	-	208.918
Total	226.421	789	227.210	231.053	946	231.999

(*) O montante de R\$ 8.503 (R\$ 5.945 em 31/12/2014) está dado em garantia de operações na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e BACEN e R\$ 123.710 (R\$ 88.716 em 31/12/2014) em garantia de operações com compromisso de recompra, em conformidade com as políticas descritas na Nota 2.4f.

Nota 7 - Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Designados a Valor Justo Através do Resultado

a) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação contabilizados pelo seu valor justo são apresentados na tabela a seguir:

	31/03/2015			31/12/2014		
	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado	Valor Justo	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado	Valor Justo
Fundos de Investimento	611	-	611	870	-	870
Títulos Públicos do Governo Brasileiro ^(1a)	90.496	(228)	90.268	86.796	(403)	86.393
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ^(1b)	2.737	11	2.748	1.894	20	1.914
Títulos Públicos - Outros Países ^(1c)	1.054	24	1.078	1.502	38	1.540
Argentina	784	23	807	594	34	628
Chile	2	-	2	132	-	132
Colômbia	47	1	48	85	3	88
Estados Unidos	71	-	71	447	1	448
México	13	-	13	3	-	3
Paraguai	83	-	83	128	-	128
Uruguai	51	-	51	41	-	41
Outros	3	-	3	72	-	72
Títulos de Dívida de Empresas ^(1d)	43.477	78	43.555	42.207	20	42.227
Ações Negociáveis	2.467	(17)	2.450	2.383	(32)	2.351
Certificado de Depósito Bancário	3.448	-	3.448	3.281	-	3.281
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	1	-	1
Debêntures	4.207	85	4.292	4.203	40	4.243
Euro Bonds e Assemelhados	1.054	10	1.064	1.049	12	1.061
Letras Financeiras	31.646	-	31.646	30.711	-	30.711
Notas Promissórias	641	-	641	577	-	577
Outros	14	-	14	2	-	2
Total ⁽²⁾	138.375	(115)	138.260	133.269	(325)	132.944

(1) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$ 8.738 (R\$ 36.544 em 31/12/2014), b) R\$ 2.056 (R\$ 531 em 31/12/2014), c) R\$ 317 (R\$ 249 em 31/12/2014) e d) (R\$ 42 em 31/12/2014), totalizando R\$ 11.111 (R\$ 37.366 em 31/12/2014);

(2) No período, não foram realizadas reclassificações de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação para outras categorias de ativos financeiros.

O custo e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação foram os seguintes:

	31/03/2015		31/12/2014	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	48.514	48.524	53.436	53.451
Sem vencimento	3.079	3.061	3.253	3.220
Até um ano	45.435	45.463	50.183	50.231
Não Circulante	89.861	89.736	79.833	79.493
De um a cinco anos	60.326	60.209	57.278	57.074
De cinco a dez anos	24.991	24.981	16.400	16.279
Após dez anos	4.544	4.546	6.155	6.140
Total	138.375	138.260	133.269	132.944

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação incluem ativos de fundos exclusivos de propriedade da Itaú Vida e Previdência S.A., com um valor justo de R\$ 101.508 (R\$ 97.184 em 31/12/2014). O retorno de tais ativos (positivo ou negativo) é transferido na sua totalidade para clientes de planos PGBL e VGBL, cujas contribuições (líquidas de taxas) são usadas por nossa subsidiária para comprar cotas de tais fundos de investimento.

b) Os Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado são apresentados na tabela a seguir:

	31/03/2015		
	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado	Valor Justo
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	305	7	312
Títulos Públicos - Outros Países	117	(3)	114
Total	422	4	426

	31/12/2014		
	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos no Resultado	Valor Justo
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	601	25	626
Títulos Públicos - Outros Países	109	(2)	107
Total	710	23	733

O custo e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado foram os seguintes:

	31/03/2015		31/12/2014	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	305	312	468	493
Até um ano	305	312	468	493
Não Circulante	117	114	242	240
De um a cinco anos	117	114	242	240

Nota 8 – Derivativos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING negocia instrumentos financeiros derivativos com diversas contrapartes para administrar suas exposições globais e para auxiliar seus clientes a administrar suas próprias exposições.

Futuros - Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias ou instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender mercadorias (principalmente ouro, café e suco de laranja) em uma data futura, por um preço contratado, que são liquidados em dinheiro. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Termo - Contratos a termo de juros são contratos para efetuar troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação em mercado da taxa de juros entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada. Contratos a termo de instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço contratado e são liquidados em dinheiro.

Swaps - Contratos de swaps de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes cada uma delas em moeda diferente) aplicado sobre um valor referencial de principal. Os contratos de swap apresentados na tabela abaixo em Outros correspondem, principalmente, a contratos de swaps de índices de inflação.

Opções - Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um instrumento financeiro dentro de um prazo limitado inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias ou instrumentos financeiros, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Derivativos de Crédito - São instrumentos financeiros cujo valor deriva do risco de crédito associado à dívida emitida por um terceiro (entidade de referência) e permite que uma entidade (comprador da proteção) transfira esse risco a uma contraparte (vendedor da proteção). O vendedor da proteção é obrigado a realizar pagamentos com base no contrato quando a entidade de referência sofrer um evento de crédito, tal como falência, inadimplência ou reestruturação da dívida. O vendedor da proteção recebe um prêmio pela proteção, mas por outro lado recebe o risco de que o instrumento subjacente referenciado no contrato sofra um evento de crédito e tenha que fazer um pagamento ao comprador da proteção que pode chegar ao valor referencial do derivativo de crédito.

O valor total das margens dadas em garantia pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING era de R\$ 5.783 (R\$ 3.826 em 31/12/2014) e estava basicamente composto por títulos públicos.

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	Conta de Compensação		Custo Amortizado	Ganhos / (Perdas)	Valor Justo
	Valor Referencial				
	31/03/2015	31/03/2015	31/03/2015	31/03/2015	31/03/2015
Contratos de Futuros	417.429	(151)		111	(40)
Compromissos de Compra	98.529	(156)		149	(7)
<i>Commodities</i>	106	-		-	-
Índices	57.377	(193)		1	(192)
Mercado Interfinanceiro	19.764	47		-	47
Moeda Estrangeira	19.473	(10)		146	136
Prefixados	132	-		2	2
Títulos	1.676	-		-	-
Outros	1	-		-	-
Compromissos de Venda	318.900	5		(38)	(33)
<i>Commodities</i>	246	-		-	-
Índices	32.229	125		2	127
Mercado Interfinanceiro	135.220	(136)		-	(136)
Moeda Estrangeira	148.582	16		(40)	(24)
Prefixados	50	-		-	-
Títulos	2.573	-		-	-
Contratos de Swaps		(7.766)		283	(7.483)
Posição Ativa	302.771	4.557		1.635	6.192
Índices	118.979	320		573	893
Mercado Interfinanceiro	68.758	302		432	734
Moeda Estrangeira	12.296	2.193		100	2.293
Pós-Fixados	4.647	308		62	370
Prefixados	98.052	1.433		468	1.901
Títulos	21	-		-	-
Outros	18	1		-	1
Posição Passiva	310.537	(12.323)		(1.352)	(13.675)
<i>Commodities</i>	23	-		-	-
Índices	88.050	(2.644)		(485)	(3.129)
Mercado Interfinanceiro	50.545	(6)		(667)	(673)
Moeda Estrangeira	28.226	(5.179)		58	(5.121)
Pós-Fixados	6.932	(202)		(163)	(365)
Prefixados	136.540	(4.247)		(107)	(4.354)
Títulos	87	(45)		12	(33)
Outros	134	-		-	-
Contratos de Opções	507.705	580		(660)	(80)
De Compra - Posição Comprada	89.535	2.357		2.252	4.609
<i>Commodities</i>	614	30		(2)	28
Índices	31.986	65		20	85
Mercado Interfinanceiro	4.291	13		(1)	12
Moeda Estrangeira	48.140	2.167		1.785	3.952
Pós-Fixados	10	-		-	-
Prefixados	3	-		-	-
Títulos	4.407	76		439	515
Outros	84	6		11	17
De Venda - Posição Comprada	176.873	1.403		47	1.450
<i>Commodities</i>	348	9		11	20
Índices	105.845	144		(42)	102
Mercado Interfinanceiro	17.035	9		(6)	3
Moeda Estrangeira	46.862	990		(359)	631
Pós-Fixados	99	1		(1)	-
Prefixados	147	6		-	6
Títulos	6.497	244		444	688
Outros	40	-		-	-
De Compra - Posição Vendida	74.531	(1.729)		(3.015)	(4.744)
<i>Commodities</i>	431	(11)		2	(9)
Índices	22.930	(73)		(49)	(122)
Mercado Interfinanceiro	4.207	(6)		1	(5)
Moeda Estrangeira	43.150	(1.591)		(2.554)	(4.145)
Prefixados	92	-		-	-
Títulos	3.637	(42)		(404)	(446)
Outros	84	(6)		(11)	(17)
De Venda - Posição Vendida	166.766	(1.451)		56	(1.395)
<i>Commodities</i>	488	(30)		(12)	(42)
Índices	106.973	(75)		14	(61)
Mercado Interfinanceiro	12.232	(11)		7	(4)
Moeda Estrangeira	41.288	(1.104)		482	(622)
Prefixados	8	-		-	-
Títulos	5.737	(231)		(435)	(666)
Outros	40	-		-	-

	Conta de			
	Compensação	Custo Amortizado	Ganhos / (Perdas)	Valor Justo
	Valor Referencial			
	31/03/2015	31/03/2015	31/03/2015	31/03/2015
Contratos a Termo	17.442	1.955	14	1.969
Compras a Receber	1.155	1.138	3	1.141
Pós-Fixados	331	315	1	316
Prefixados	824	823	2	825
Obrigações por Compra a Pagar	-	(1.139)	-	(1.139)
Pós-Fixados	-	(315)	-	(315)
Prefixados	-	(824)	-	(824)
Vendas a Receber	16.054	3.863	17	3.880
Mercado Interfinanceiro	12.227	-	16	16
Pós-Fixados	850	848	-	848
Prefixados	1.047	1.136	-	1.136
Títulos	1.930	1.879	1	1.880
Obrigações por Venda a Entregar	233	(1.907)	(6)	(1.913)
Mercado Interfinanceiro	233	-	-	-
Pós-Fixados	-	(848)	(2)	(850)
Prefixados	-	(1.059)	(4)	(1.063)
Derivativos de Crédito	12.775	(74)	(96)	(170)
Posição Ativa	5.772	198	22	220
Moeda Estrangeira	2.518	196	(37)	159
Prefixados	1.906	1	3	4
Títulos	1.075	1	49	50
Outros	273	-	7	7
Posição Passiva	7.003	(272)	(118)	(390)
Moeda Estrangeira	2.916	(214)	27	(187)
Prefixados	1.764	(43)	15	(28)
Títulos	2.217	(15)	(156)	(171)
Outros	106	-	(4)	(4)
Forwards	127.651	(428)	65	(363)
Posição Ativa	56.100	3.841	27	3.868
Commodities	255	25	(1)	24
Índices	10	-	-	-
Moeda Estrangeira	55.781	3.809	28	3.837
Títulos	54	7	-	7
Posição Passiva	71.551	(4.269)	38	(4.231)
Commodities	152	(38)	1	(37)
Índices	60	(5)	-	(5)
Moeda Estrangeira	71.338	(4.225)	37	(4.188)
Títulos	1	(1)	-	(1)
Swap com Verificação	1.809	(401)	(23)	(424)
Posição Ativa - Mercado Interfinanceiro	704	-	-	-
Posição Passiva - Moeda Estrangeira	1.105	(401)	(23)	(424)
Verificação de Swap - Posição Ativa - Moeda Estrangeira	1.096	42	185	227
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	13.658	(41)	108	67
Posição Ativa	12.131	2.302	745	3.047
Moeda Estrangeira	7.627	2.196	532	2.728
Prefixados	709	41	59	100
Títulos	3.668	65	150	215
Outros	127	-	4	4
Posição Passiva	1.527	(2.343)	(637)	(2.980)
Moeda Estrangeira	251	(2.342)	(606)	(2.948)
Títulos	1.027	(1)	(26)	(27)
Outros	249	-	(5)	(5)
Ativo	19.701	4.933	24.634	
Passivo	(25.985)	(4.946)	(30.931)	
Total	(6.284)	(13)	(6.297)	

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/03/2015
Contrato de Futuros	45.895	148.264	68.176	155.094	417.429
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	10.816	68.684	34.241	184.473	298.214
Contratos de Opções	186.639	263.639	38.212	19.215	507.705
Contratos a Termo	7.013	2.575	5.600	2.254	17.442
Derivativos de Crédito	351	2.346	951	9.127	12.775
Forwards	54.364	40.037	26.946	6.304	127.651
Swaps com Verificação	-	115	5	584	704
Verificação de Swap	-	179	8	909	1.096
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	19	1.452	2.707	9.480	13.658

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	Conta de Compensação		Custo Amortizado	Ganhos / (Perdas)	Valor Justo
	Valor Referencial				
	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014
Contratos de Futuros	331.022	(375)	21	(354)	
Compromissos de Compra	97.931	(694)	48	(646)	
<i>Commodities</i>	157	-	-	-	
Índices	43.126	(624)	(9)	(633)	
Mercado Interfinanceiro	29.994	49	-	49	
Moeda Estrangeira	17.797	(119)	57	(62)	
Prefixados	41	-	-	-	
Títulos	6.811	-	-	-	
Outros	5	-	-	-	
Compromissos de Venda	233.091	319	(27)	292	
<i>Commodities</i>	341	-	-	-	
Índices	19.289	311	5	316	
Mercado Interfinanceiro	82.595	(117)	1	(116)	
Moeda Estrangeira	123.068	125	(33)	92	
Títulos	7.798	-	-	-	
Contratos de Swaps		(5.132)	414	(4.718)	
Posição Ativa	270.219	4.011	805	4.816	
Índices	103.921	588	137	725	
Mercado Interfinanceiro	68.534	345	456	801	
Moeda Estrangeira	12.057	1.323	70	1.393	
Pós-Fixados	3.763	115	77	192	
Prefixados	81.917	1.640	65	1.705	
Títulos	16	-	-	-	
Outros	11	-	-	-	
Posição Passiva	275.351	(9.143)	(391)	(9.534)	
<i>Commodities</i>	25	-	-	-	
Índices	72.197	(2.510)	39	(2.471)	
Mercado Interfinanceiro	51.284	(71)	(601)	(672)	
Moeda Estrangeira	24.796	(2.359)	155	(2.204)	
Pós-Fixados	5.665	(74)	(129)	(203)	
Prefixados	121.048	(4.065)	131	(3.934)	
Títulos	88	(41)	12	(29)	
Outros	248	(23)	2	(21)	
Contratos de Opções	503.836	(93)	(92)	(185)	
De Compra - Posição Comprada	88.641	1.120	853	1.973	
<i>Commodities</i>	614	17	(2)	15	
Índices	35.438	102	(22)	80	
Mercado Interfinanceiro	12.430	48	34	82	
Moeda Estrangeira	36.918	898	566	1.464	
Pós-Fixados	8	-	-	-	
Prefixados	2	-	-	-	
Títulos	3.153	49	268	317	
Outros	78	6	9	15	
De Venda - Posição Comprada	142.059	1.049	(150)	899	
<i>Commodities</i>	176	6	7	13	
Índices	77.500	163	(1)	162	
Mercado Interfinanceiro	23.359	44	(42)	2	
Moeda Estrangeira	30.936	625	(419)	206	
Pós-Fixados	163	1	(1)	-	
Prefixados	114	5	-	5	
Títulos	9.778	205	305	510	
Outros	33	-	1	1	
De Compra - Posição Vendida	88.218	(1.136)	(910)	(2.046)	
<i>Commodities</i>	433	(8)	(1)	(9)	
Índices	38.388	(73)	(15)	(88)	
Mercado Interfinanceiro	7.380	(33)	(31)	(64)	
Moeda Estrangeira	34.500	(990)	(579)	(1.569)	
Prefixados	68	-	-	-	
Títulos	7.371	(26)	(275)	(301)	
Outros	78	(6)	(9)	(15)	
De Venda - Posição Vendida	184.918	(1.126)	115	(1.011)	
<i>Commodities</i>	328	(18)	(25)	(43)	
Índices	123.694	(92)	(90)	(182)	
Mercado Interfinanceiro	20.849	(24)	23	(1)	
Moeda Estrangeira	30.937	(801)	506	(295)	
Prefixados	3	-	-	-	
Títulos	9.074	(191)	(298)	(489)	
Outros	33	-	(1)	(1)	

	Conta de			
	Compensação	Custo Amortizado	Ganhos / (Perdas)	Valor Justo
	Valor Referencial			
	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014
Contratos a Termo	7.939	1.723		1.712
Compras a Receber	162	163	1	164
Pós-Fixados	66	65	1	66
Prefixados	94	96	-	96
Títulos	2	2	-	2
Obrigações por Compra a Pagar	-	(162)	-	(162)
Pós-Fixados	-	(65)	-	(65)
Prefixados	-	(95)	-	(95)
Títulos	-	(2)	-	(2)
Vendas a Receber	2.201	2.231	(1)	2.230
Pós-Fixados	122	124	-	124
Prefixados	386	462	-	462
Títulos	1.693	1.645	(1)	1.644
Obrigações por Venda a Entregar	5.576	(509)	(11)	(520)
Mercado Interfinanceiro	5.576	-	(8)	(8)
Pós-Fixados	-	(124)	(2)	(126)
Prefixados	-	(385)	(1)	(386)
Derivativos de Crédito	11.161	25	(82)	(57)
Posição Ativa	6.804	178	(56)	122
Moeda Estrangeira	1.806	118	(68)	50
Prefixados	3.932	59	(28)	31
Títulos	826	1	34	35
Outros	240	-	6	6
Posição Passiva	4.357	(153)	(26)	(179)
Moeda Estrangeira	1.790	(110)	57	(53)
Prefixados	563	(31)	19	(12)
Títulos	1.935	(12)	(101)	(113)
Outros	69	-	(1)	(1)
Forwards	101.874	336	77	413
Posição Ativa	54.432	2.078	28	2.106
Commodities	182	14	1	15
Moeda Estrangeira	54.212	2.061	27	2.088
Títulos	38	3	-	3
Posição Passiva	47.442	(1.742)	49	(1.693)
Commodities	152	(24)	6	(18)
Moeda Estrangeira	47.290	(1.717)	43	(1.674)
Títulos	-	(1)	-	(1)
Swap com Verificação	1.629	(209)	(20)	(229)
Posição Ativa - Mercado Interfinanceiro	710	-	-	-
Posição Passiva - Moeda Estrangeira	919	(209)	(20)	(229)
Verificação de Swap - Posição Ativa - Moeda Estrangeira	908	-	93	93
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	11.276	109	22	131
Posição Ativa	6.817	1.504	249	1.753
Moeda Estrangeira	2.647	1.399	183	1.582
Prefixados	628	42	(26)	16
Títulos	3.454	63	91	154
Outros	88	-	1	1
Posição Passiva	4.459	(1.395)	(227)	(1.622)
Moeda Estrangeira	3.474	(1.395)	(209)	(1.604)
Títulos	766	-	(14)	(14)
Outros	219	-	(4)	(4)
	Ativo	12.334	1.822	14.156
	Passivo	(15.950)	(1.400)	(17.350)
	Total	(3.616)	422	(3.194)

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2014
Contrato de Futuros	26.358	119.027	47.279	138.358	331.022
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	13.374	72.365	22.292	158.177	266.208
Contratos de Opções	231.624	203.454	52.421	16.337	503.836
Contratos a Termo	2.325	4.455	838	321	7.939
Derivativos de Crédito	291	2.757	500	7.613	11.161
Forwards	36.297	42.057	16.510	7.010	101.874
Swaps com Verificação	-	-	122	588	710
Verificação de Swap	-	-	155	753	908
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	171	868	1.785	8.452	11.276

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor justo e por prazo de vencimento.

	31/03/2015							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
Ativo								
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	6.192	25,1	163	497	137	377	1.278	3.740
BM&FBOVESPA	122	0,5	3	10	3	6	18	82
Empresas	4.153	16,9	134	255	63	255	810	2.636
Instituições Financeiras	1.585	6,4	23	42	50	109	414	947
Pessoas Físicas	332	1,3	3	190	21	7	36	75
Contratos de Opções	6.059	24,7	1.252	1.175	1.380	1.318	362	572
BM&FBOVESPA	2.969	12,1	399	1.385	509	661	6	9
Empresas	(61)	(0,2)	60	(1.007)	176	245	160	305
Instituições Financeiras	3.145	12,8	793	791	695	412	196	258
Pessoas Físicas	6	0,0	-	6	-	-	-	-
Contratos a Termo	5.021	20,4	3.345	947	638	90	1	-
BM&FBOVESPA	1.896	7,7	279	923	603	90	1	-
Empresas	273	1,1	214	24	35	-	-	-
Instituições Financeiras	2.852	11,6	2.852	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	220	0,9	-	1	-	2	9	208
Forwards	3.868	15,7	787	610	789	1.276	168	238
Empresas	1.796	7,3	360	298	332	499	139	168
Instituições Financeiras	2.072	8,4	427	312	457	777	29	70
Verificação de Swap - Empresas	227	0,9	-	-	27	1	-	199
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	3.047	12,3	3	3	695	1.130	58	1.158
Empresas	282	1,1	3	3	5	52	46	173
Instituições Financeiras	2.765	11,2	-	-	690	1.078	12	985
Total ^(*)	24.634	100,0	5.550	3.233	3.666	4.194	1.876	6.115
% por prazo de vencimento			22,5	13,1	14,9	17,0	7,6	24,8

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 16.643 referem-se ao circulante e R\$ 7.991 ao não circulante.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor justo e por prazo de vencimento.

	31/12/2014							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
Ativo								
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	4.816	34,0	448	150	429	233	643	2.913
BM&FBOVESPA	109	0,8	1	22	12	8	11	55
Empresas	2.961	20,8	278	62	186	125	461	1.849
Instituições Financeiras	1.354	9,6	165	53	38	75	128	895
Pessoas Físicas	392	2,8	4	13	193	25	43	114
Contratos de Opções	2.872	20,2	481	738	384	598	308	363
BM&FBOVESPA	1.713	12,0	140	246	1.138	165	23	1
Empresas	(453)	(3,2)	37	45	(1.010)	143	140	192
Instituições Financeiras	1.611	11,4	304	447	255	290	145	170
Pessoas Físicas	1	0,0	-	-	1	-	-	-
Contratos a Termo	2.394	16,9	846	832	714	2	-	-
BM&FBOVESPA	1.646	11,6	163	796	685	2	-	-
Empresas	406	2,9	341	36	29	-	-	-
Instituições Financeiras	342	2,4	342	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	122	0,9	-	-	1	6	8	107
Forwards	2.106	14,9	631	519	287	406	149	114
Empresas	914	6,5	101	280	152	195	94	92
Instituições Financeiras	1.190	8,4	530	237	135	211	55	22
Pessoas Físicas	2	0,0	-	2	-	-	-	-
Verificação de Swap - Empresas	93	0,7	-	-	-	7	-	86
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	1.753	12,4	2	16	3	986	69	677
Empresas	211	1,5	1	3	3	10	59	135
Instituições Financeiras	1.542	10,9	1	13	-	976	10	542
Total (*)	14.156	100,0	2.408	2.255	1.818	2.238	1.177	4.260
% por prazo de vencimento			17,0	15,9	12,8	15,8	8,3	30,1

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 8.719 referem-se ao circulante e R\$ 5.437 ao não circulante.

31/03/2015

	Valor Justo	%	0 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias
Passivo								
Contrato de Futuros - BM&FBOVESPA	(40)	0,1	157	(71)	(19)	2	(13)	(96)
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	(13.675)	44,2	(326)	(937)	(793)	(1.258)	(1.579)	(8.782)
BM&FBOVESPA	(383)	1,2	(3)	(166)	(6)	(4)	(140)	(64)
Empresas	(6.394)	20,7	(288)	(573)	(693)	(1.009)	(1.088)	(2.743)
Instituições Financeiras	(2.430)	7,9	(26)	(42)	(81)	(204)	(261)	(1.816)
Pessoas Físicas	(4.468)	14,4	(9)	(156)	(13)	(41)	(90)	(4.159)
Contratos de Opções	(6.139)	19,8	(1.263)	(1.314)	(1.335)	(1.180)	(416)	(631)
BM&FBOVESPA	(1.484)	4,8	(317)	(439)	(291)	(422)	(8)	(7)
Empresas	(648)	2,1	(16)	(46)	(100)	(105)	(127)	(254)
Instituições Financeiras	(4.005)	12,9	(930)	(829)	(944)	(651)	(281)	(370)
Pessoas Físicas	(2)	0,0	-	-	-	(2)	-	-
Contratos a Termo	(3.052)	9,8	(3.052)	-	-	-	-	-
Empresas	(199)	0,6	(199)	-	-	-	-	-
Instituições Financeiras	(2.853)	9,2	(2.853)	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito	(390)	1,2	-	(1)	(16)	(42)	(24)	(307)
Empresas	(15)	0,0	-	-	(15)	-	-	-
Instituições Financeiras	(375)	1,2	-	(1)	(1)	(42)	(24)	(307)
Forwards	(4.231)	13,6	(1.219)	(868)	(949)	(841)	(229)	(125)
Empresas	(2.300)	7,4	(441)	(403)	(560)	(600)	(198)	(98)
Instituições Financeiras	(1.918)	6,2	(777)	(458)	(384)	(241)	(31)	(27)
Pessoas Físicas	(13)	0,0	(1)	(7)	(5)	-	-	-
Swap com Verificação - Empresas	(424)	1,4	-	-	(67)	(3)	-	(354)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	(2.980)	9,9	-	(1)	(718)	(1.212)	(23)	(1.026)
Empresas	(683)	2,5	-	(1)	(1)	(3)	(10)	(668)
Instituições Financeiras	(2.297)	7,4	-	-	(717)	(1.209)	(13)	(358)
Total (*)	(30.931)	100,0	(5.703)	(3.192)	(3.897)	(4.534)	(2.284)	(11.321)
% por prazo de vencimento			18,4	10,3	12,6	14,7	7,4	36,6

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (17.326) referem-se ao circulante e R\$ (13.605) ao não circulante.

31/12/2014

	Valor Justo	%	0 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias
Passivo								
Contrato de Futuros - BM&FBOVESPA	(354)	2,0	29	150	(192)	(207)	(63)	(71)
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	(9.534)	55,0	(241)	(335)	(706)	(720)	(778)	(6.754)
BM&FBOVESPA	(367)	2,1	(2)	(20)	(144)	(8)	(15)	(178)
Empresas	(3.825)	22,1	(209)	(247)	(355)	(536)	(520)	(1.958)
Instituições Financeiras	(1.552)	9,0	(27)	(40)	(47)	(161)	(155)	(1.122)
Pessoas Físicas	(3.790)	21,8	(3)	(28)	(160)	(15)	(88)	(3.496)
Contratos de Opções	(3.057)	17,6	(431)	(761)	(534)	(558)	(353)	(420)
BM&FBOVESPA	(545)	3,1	(121)	(194)	(127)	(60)	(43)	-
Empresas	(378)	2,2	(9)	(27)	(19)	(55)	(100)	(168)
Instituições Financeiras	(2.133)	12,3	(300)	(540)	(388)	(443)	(210)	(252)
Pessoas Físicas	(1)	0,0	(1)	-	-	-	-	-
Contratos a Termo	(682)	4,0	(681)	(1)	-	-	-	-
BM&FBOVESPA	(8)	0,1	(7)	(1)	-	-	-	-
Empresas	(332)	1,9	(332)	-	-	-	-	-
Instituições Financeiras	(342)	2,0	(342)	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito	(179)	1,1	-	(1)	-	(14)	(39)	(125)
Empresas	(13)	0,1	-	-	-	(13)	-	-
Instituições Financeiras	(166)	1,0	-	(1)	-	(1)	(39)	(125)
Forwards	(1.693)	9,7	(404)	(472)	(352)	(343)	(78)	(44)
Empresas	(867)	5,0	(146)	(272)	(139)	(214)	(62)	(34)
Instituições Financeiras	(823)	4,7	(258)	(199)	(211)	(129)	(16)	(10)
Pessoas Físicas	(3)	0,0	-	(1)	(2)	-	-	-
Swap com Verificação - Empresas	(229)	1,3	-	-	-	(36)	-	(193)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	(1.622)	9,3	-	-	(1)	(1.002)	(17)	(602)
Empresas	(278)	1,6	-	-	(1)	(2)	(7)	(268)
Instituições Financeiras	(1.344)	7,7	-	-	-	(1.000)	(10)	(334)
Total ^(*)	(17.350)	100,0	(1.728)	(1.420)	(1.785)	(2.880)	(1.328)	(8.209)
% por prazo de vencimento			10,0	8,2	10,3	16,6	7,7	47,3

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (7.813) referem-se ao circulante e R\$ (9.537) ao não circulante.

a) Informações sobre Derivativos de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING compra e vende proteção de crédito predominantemente relacionada a títulos privados de empresas brasileiras, visando atender a necessidades de seus clientes. Quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende proteção de crédito, a exposição para uma dada entidade de referência pode ser compensada, parcial ou totalmente, por um contrato de compra de proteção de crédito de outra contraparte para a mesma entidade de referência ou entidade similar. Os derivativos de crédito em que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING é vendedor de proteção são *credit default swaps* e *total return swaps*.

Credit Default Swaps – CDS

CDS são derivativos de crédito em que, na ocorrência de um evento de crédito com respeito à entidade de referência, conforme os termos do contrato, o comprador da proteção tem direito a receber do vendedor da proteção o valor equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação na data da liquidação do contrato, também conhecido como valor recuperado. O comprador da proteção não precisa deter o instrumento de dívida da entidade de referência para que receba os montantes devidos conforme os termos do contrato de CDS quando um evento de crédito ocorre.

Total Return Swap – TRS

TRS é uma transação na qual uma parte troca o retorno total de uma entidade de referência ou de uma cesta de ativos por fluxos de caixa periódicos, comumente juros e uma garantia contra perda de capital. Em um contrato TRS as partes não transferem a propriedade dos ativos.

A tabela abaixo apresenta a carteira de derivativos de crédito na qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende proteção a terceiros, por vencimento, e o potencial máximo de pagamentos futuros, bruto de quaisquer garantias, bem como a classificação por instrumento, risco e entidade de referência.

	31/03/2015				
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, Bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Por Instrumento					
CDS	8.405	2.020	2.281	4.037	67
TRS	1.536	1.536	-	-	-
Total por Instrumento	9.941	3.556	2.281	4.037	67
Por Classificação de Risco					
Grau de Investimento	9.941	3.556	2.281	4.037	67
Total por Risco	9.941	3.556	2.281	4.037	67
Por Entidade de Referência					
Entidades Privadas	9.941	3.556	2.281	4.037	67
Total por Entidade	9.941	3.556	2.281	4.037	67

	31/12/2014				
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, Bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Por Instrumento					
CDS	6.829	1.578	2.341	2.644	266
TRS	1.671	1.671	-	-	-
Total por Instrumento	8.500	3.249	2.341	2.644	266
Por Classificação de Risco					
Grau de Investimento	8.500	3.249	2.341	2.644	266
Total por Risco	8.500	3.249	2.341	2.644	266
Por Entidade de Referência					
Entidades Privadas	8.500	3.249	2.341	2.644	266
Total por Entidade	8.500	3.249	2.341	2.644	266

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia o risco do derivativo de crédito com base nas classificações de crédito atribuídas à entidade de referência, dado por agências de classificação de risco independentes. São consideradas como grau de investimento aquelas entidades cujo risco de crédito é classificado como Baa3 ou superior, conforme a classificação da Moody's, e BBB- ou superior, pela classificação da Standard & Poor's e da Fitch Ratings. A perda potencial máxima que pode ser incorrida com o derivativo de crédito se baseia no valor contratual do derivativo (*notional*). O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita, com base em sua experiência histórica, que o montante de perda potencial máxima não representa o nível de perda real. Isso porque, caso ocorra um evento de perda, o montante da perda potencial máxima deverá ser reduzido do valor *notional* pelo valor recuperável.

Os derivativos de crédito vendidos não estão cobertos por garantias, sendo que, durante o período, O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não incorreu em nenhum evento de perda relativo a qualquer contrato de derivativos de crédito.

A tabela a seguir apresenta o valor nominal dos derivativos de crédito comprados que possuem valores subjacentes idênticos àqueles que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING atua como vendedor da proteção.

31/03/2015			
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção Comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(8.405)	2.834	(5.571)
TRS	(1.536)	-	(1.536)
Total	(9.941)	2.834	(7.107)

31/12/2014			
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção Comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(6.829)	2.661	(4.168)
TRS	(1.671)	-	(1.671)
Total	(8.500)	2.661	(5.839)

b) Instrumentos Financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e acordos similares

Os quadros a seguir apresentam os ativos e passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e acordos similares e a forma como esses ativos e passivos financeiros estão apresentados nas demonstrações contábeis do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Estes quadros também refletem os valores das garantias concedidas ou recebidas em relação aos ativos e passivos financeiros sujeitos aos mencionados acordos e que não foram apresentados em base líquida, de acordo com o IAS 32.

Ativos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e a acordos similares:

31/03/2015						
	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos ativos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Recebidas em Espécie	
Operações Compromissadas	201.307	-	201.307	(815)	-	200.492
Instrumentos Financeiros Derivativos	25.443	(809)	24.634	(8.377)	-	16.257

31/12/2014						
	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos ativos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Recebidas em Espécie	
Operações Compromissadas	208.918	-	208.918	-	-	208.918
Instrumentos Financeiros Derivativos	15.039	(883)	14.156	(4.059)	-	10.097

Passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e a acordos similares:

31/03/2015						
	Montante bruto dos passivos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Entregues em Espécie	
Operações Compromissadas	293.867	-	293.867	(19.387)	-	274.480
Instrumentos Financeiros Derivativos	30.931	-	30.931	(8.377)	(1.006)	21.548

31/12/2014						
	Montante bruto dos passivos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Entregues em Espécie	
Operações Compromissadas	288.683	-	288.683	(14.382)	-	274.301
Instrumentos Financeiros Derivativos	17.350	-	17.350	(4.059)	(55)	13.236

(1) Inclui montantes de acordos master de compensação e similares executáveis e não executáveis;

(2) Limitado aos valores sujeitos a acordos master de compensação e similares executáveis;

(3) Inclui valores sujeitos a acordos master de compensação e similares executáveis e garantias em instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros são apresentados de forma líquida no Balanço Patrimonial somente quando existe um direito legalmente exequível de compensar os montantes reconhecidos e existe a intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Os Instrumentos Financeiros Derivativos e as Operações Compromissadas não compensados no Balanço Patrimonial referem-se a operações nas quais existem acordos master de compensação ou acordos similares executáveis, mas que não atendem aos critérios de compensação do parágrafo 42 do IAS 32, principalmente porque o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não tem a intenção de liquidá-los em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Nota 9 – Hedge Contábil

O *hedge* contábil varia de acordo com a natureza do objeto de *hedge* e da transação. Os derivativos podem ser qualificados como instrumento de *hedge*, para fins contábeis, se são designados como instrumentos de *hedge* de valor justo, fluxo de caixa ou de investimento líquido de operações no exterior.

Hedge de Fluxo de Caixa

Para proteger a variação de fluxos de caixa futuros de pagamentos de juros e a exposição a taxa de câmbio futura, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de futuros, negociados na BM&FBOVESPA e na bolsa de Chicago, relativos a certos passivos pós-fixados, denominados em Reais e em dólares, futuros de Euro Dólar e swaps de taxas de juros, relativos a ações preferenciais resgatáveis, denominados em dólares, emitidas por uma de nossas subsidiárias e, contratos de Futuro DDI, negociados na BM&FBOVESPA, relativos a transações previstas altamente prováveis, denominadas em dólares.

Nos contratos de Futuros DI, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre um montante computado e multiplicado pelo CDI e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. No swap de taxa de juros e futuros de Euro Dólar, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela LIBOR e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. Nos contratos de Futuro DDI, NDF e Forward o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre Dólar e a moeda local.

As estratégias de *hedge* de fluxo de caixa do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um *hedge* de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição a taxa de câmbio, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de passivos não reconhecidos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de fluxo de caixa como segue:

- *Hedge* de depósitos a prazo e operações compromissadas: proteger as alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI;
- *Hedge* de ações preferenciais resgatáveis: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na LIBOR;
- *Hedge* de CDB subordinado: proteger as variações nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI.
- *Hedge* de transação prevista altamente provável: proteger o risco de variação no valor de compromissos assumidos, quando mensurados em reais (moeda funcional), decorrente das variações nas taxas de câmbio.
- *Hedge* de Empréstimos Sindicalizados: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na LIBOR.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o método derivativo hipotético. O método derivativo hipotético é baseado em uma comparação da mudança no valor justo, de um derivativo hipotético, com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, e essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da alteração cumulativa, no fluxo de caixa futuro esperado, da obrigação protegida.

Os relacionamentos de *hedge* foram designados em 2008, 2009, 2010, 2013 e 2014, e os vencimentos dos derivativos relacionados ocorrerão entre 2015 e 2018. O período em que se espera que os pagamentos de fluxo de caixa esperados ocorram e afetem a demonstração de resultado são:

- *Hedge* de depósitos a prazo e operações compromissadas: juros pagos / recebidos diariamente;
- *Hedge* de ações preferenciais resgatáveis: juros pagos / recebidos semestralmente;
- *Hedge* de Transação prevista altamente provável: câmbio pago / recebidos em datas futuras.
- *Hedge* de Empréstimos Sindicalizados: juros pagos / recebidos diariamente.

Hedge de Investimento Líquido de Operações no Exterior

As estratégias de investimento líquido no exterior do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um *hedge* de exposição em moeda estrangeira, oriunda da moeda funcional da operação no exterior em relação à moeda funcional da matriz.

Para proteger as alterações dos fluxos de caixas futuros, de variação cambial dos investimentos líquidos, em operações no exterior, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de Futuros DDI negociados na BM&FBOVESPA, Ativos Financeiros e contratos de *forward* ou contratos de NDF (Non Deliverable Forward) contratados por nossas subsidiárias no exterior.

Nos contratos de Futuro DDI, o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre Dólar e Real. Nos contratos de *forward* ou contratos de NDF e Ativos Financeiros, os ganhos (perdas) das variações cambiais são apurados pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre a moeda funcional e o Dólar.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de investimento líquido de operação no exterior como segue:

- Proteger o risco de variação no valor do investimento, quando mensurado em Real (moeda funcional da matriz), decorrente das variações nas taxas de câmbio entre a moeda funcional do investimento no exterior e o Real.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o *Dollar Offset Method*. O *Dollar Offset Method* é baseado em uma comparação da variação do valor justo (fluxo de caixa), do instrumento de *hedge*, atribuível às variações das taxas de câmbio e o ganho (perda) decorrente da variação entre as taxas de câmbio, sobre o montante do investimento no exterior designado como objeto de *hedge*.

Os relacionamentos de *hedge* foram designados em 2011 e 2012, mas o vencimento dos instrumentos de *hedge* ocorrerá pela alienação do investimento no exterior, que será no período em se espera que os fluxos de caixa de variação cambial ocorrerão e afetarão a demonstração do resultado.

Hedge de valor justo

A estratégia de *hedge* de valor justo do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consiste em *hedge* de exposição à variação no valor justo, em recebimentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

Para proteger a variação no risco de mercado no recebimento de juros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza contratos de swaps de taxa de juros, relativos a ativos e passivos prefixados denominados em unidade de fomento e denominados em euros e dólares americanos, emitidos por subsidiárias no Chile e Londres, respectivamente.

Nos contratos de swaps de taxa de juros, o recebimento (pagamento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela taxa variável e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de valor justo como segue:

- Proteger o risco de variação do valor justo de recebimento de juros resultante das variações no valor justo das taxas variáveis envolvidas.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia das estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota os métodos percentagem *approach* e o *dollar offset*.

- O método percentagem *approach* é baseado no cálculo da mudança no valor justo da estimativa revisada da posição coberta (objeto de *hedge*) atribuível ao risco protegido versus a mudança no valor justo do instrumento derivativo de *hedge*.
- O *dollar offset method* é calculado pela diferença entre a variação do valor justo do instrumento de cobertura e a variação no valor justo do objeto coberto atribuído às alterações na taxa de juros.

Os relacionamentos de *hedge* foram designados em 2012, 2013 e 2014, e os vencimentos dos swaps relacionados ocorrerão entre 2016 e 2029. O período em que se espera que os recebimentos (pagamentos) dos fluxos de juros ocorrerão e afetarão a demonstração de resultado é mensal.

A seguir apresentamos os ganhos ou (perdas) das parcelas efetivas e parcelas inefetivas segregadas por *Hedge* de fluxo de Caixa, *Hedge* de Investimento no Exterior e *Hedge* de Valor Justo.

a) Hedge de Fluxo de Caixa

Instrumentos de Hedge	31/03/2015		31/12/2014	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Futuros de Taxa de Juros	1.061	45	793	45
Swap de Taxa de Juros	-	-	66	-
Futuros de Taxa de Câmbio	17	-	-	-
Total	1.078	45	859	45

A parcela efetiva é reconhecida no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes e a parcela inefetiva é reconhecida na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

No período não houve reclassificação de Outros Resultados Abrangentes e inclusão no custo inicial dos ativos referente a Hedge de Transação Prevista Altamente Provável.

Em 31/03/2015, o ganho (perda) relativo ao hedge de fluxo de caixa esperado a ser reclassificado de resultado abrangente para resultado nos próximos 12 meses é R\$ (211) (R\$ (213) em 31/03/2014).

b) Hedge de Investimento Líquido no Exterior

Instrumentos de Hedge	31/03/2015		31/12/2014	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Futuro DDI	(7.444)	14	(4.641)	25
Forward	493	29	297	22
NDF	1.488	3	1.280	5
Ativos Financeiros	(8)	-	(14)	-
Total	(5.471)	46	(3.078)	52

A parcela efetiva é reconhecida no Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes e a parcela inefetiva é reconhecida na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

Futuro DDI é um contrato de futuro em que os participantes podem negociar o cupom limpo para qualquer prazo entre o primeiro vencimento do contrato futuro de cupom cambial (DDI) e um vencimento posterior.

NDF (*Non Deliverable Forward*), ou Contrato a Termo de Moeda sem Entrega Física é um derivativo operado em mercado de balcão, que tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

c) Hedge de Valor Justo

Instrumentos de Hedge	31/03/2015		31/12/2014	
	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva	Parcela Efetiva Acumulada	Parcela Inefetiva
Swap de Taxa de Juros	(103)	-	(60)	-
Total	(103)	-	(60)	-

As parcelas efetiva e inefetiva são reconhecidas na Demonstração de Resultado em Ganho (Perda) líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

A tabela abaixo apresenta para cada estratégia o valor nominal e o valor justo dos instrumentos de *hedge* e o valor contábil do objeto *hedge*:

Estratégias	31/03/2015			31/12/2014		
	Instrumentos de <i>Hedge</i>		Objeto de <i>Hedge</i>	Instrumentos de <i>Hedge</i>		Objeto de <i>Hedge</i>
	Valor Nominal	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Nominal	Valor Justo	Valor Contábil
<i>Hedge</i> de Depósitos e Operações Compromissadas	49.121	(105)	49.121	53.198	(92)	53.198
<i>Hedge</i> de Ações Preferenciais Resgatáveis	-	-	-	1.044	66	1.044
<i>Hedge</i> de Empréstimos Sindicalizados	6.737	(68)	6.737	5.578	(15)	5.578
<i>Hedge</i> de Transação Prevista Altamente Provável	99	17	101	81	-	83
<i>Hedge</i> de Investimento de Operações Líquidas no Exterior (*)	18.195	99	10.917	14.764	296	8.858
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito	3.398	107	3.398	2.612	40	2.612
<i>Hedge</i> de Captações Estruturadas	642	-	642	531	-	531
Total	78.192	50	70.916	77.808	295	71.904

(*) Os instrumentos de *hedge* incluem a alíquota de *overhedge* de 40% referente a impostos.

A tabela abaixo apresenta a abertura por ano de vencimento das estratégias de *hedge*:

Prazo de Vencimento	Estratégias						Total
	<i>Hedge</i> de Depósitos e Operações Compromissadas	<i>Hedge</i> de Transação Prevista Altamente Provável	<i>Hedge</i> de Investimento de Operações Líquidas no Exterior (*)	<i>Hedge</i> de Operações de Crédito	<i>Hedge</i> de Captações Estruturadas	<i>Hedge</i> de Empréstimos Sindicalizados	
2015	4.326	99	18.195	-	-	-	22.620
2016	6.819	-	-	276	642	-	7.736
2017	15.998	-	-	224	-	6.737	22.958
2018	19.883	-	-	460	-	-	20.343
2019	1.946	-	-	738	-	-	2.684
2020	-	-	-	80	-	-	80
2021	149	-	-	-	-	-	149
2022	-	-	-	198	-	-	198
2023	-	-	-	189	-	-	189
2025	-	-	-	48	-	-	48
2027	-	-	-	172	-	-	172
2028	-	-	-	521	-	-	521
2029	-	-	-	419	-	-	419
2030	-	-	-	75	-	-	75
Total	49.121	99	18.195	3.398	642	6.737	78.192

(*) Classificados como corrente pois os instrumentos são renovados frequentemente.

Nota 10 - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

O valor justo e o custo correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir:

	31/03/2015			31/12/2014		
	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos em Outros Resultados Abrangentes	Valor Justo	Custo	Ganhos/ (Perdas) Acumulados Refletidos em Outros Resultados Abrangentes	Valor Justo
Fundos de Investimento	130	8	138	136	5	141
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ^(1b)	13.358	(288)	13.070	11.247	(13)	11.234
Títulos Públicos do Governo Brasileiro ^(1a)	12.065	(359)	11.706	14.791	(400)	14.391
Títulos Públicos - Outros Países ^(1c)	10.663	(44)	10.619	8.692	(73)	8.619
Argentina	3	-	3	-	-	-
Bélgica	-	-	-	57	-	57
Chile	1.288	10	1.298	1.128	(9)	1.119
Coréia	2.953	-	2.953	1.782	-	1.782
Dinamarca	2.835	-	2.835	2.699	-	2.699
Espanha	1.089	-	1.089	783	-	783
Estados Unidos	873	1	874	726	-	726
França	141	2	143	131	2	133
Holanda	170	3	173	149	2	151
Itália	74	1	75	70	-	70
Paraguai	950	(57)	893	911	(62)	849
Uruguai	278	(3)	275	249	(6)	243
Outros	9	(1)	8	7	-	7
Títulos de Dívida de Empresas ^(1d)	47.888	106	47.994	43.917	58	43.975
Ações Negociáveis	2.043	13	2.056	1.982	17	1.999
Cédula de Produtor Rural	1.264	(24)	1.240	1.431	(23)	1.408
Certificado de Depósito Bancário	1.526	5	1.531	1.281	-	1.281
Certificado de Recebíveis Imobiliários	2.399	32	2.431	2.489	33	2.522
Debêntures	21.349	104	21.453	20.187	58	20.245
Euro Bonds e Assemelhados	10.214	45	10.259	6.672	35	6.707
Letras Financeiras	7.817	(67)	7.750	8.063	(58)	8.005
Notas Promissórias	899	-	899	1.398	(1)	1.397
Outros	377	(2)	375	414	(3)	411
Total ⁽²⁾	84.104	(577)	83.527	78.783	(423)	78.360

(1) Os Ativos Financeiros Disponíveis para Venda dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$ 1.737 (R\$ 10.321 em 31/12/2014), b) R\$ 10.438 (R\$ 2.081 em 31/12/2014), c) R\$ 165 (R\$ 8 em 31/12/2014) e d) R\$ (R\$ 9.840 em 31/12/2014), totalizando R\$ 12.340 (R\$ 22.250 em 31/12/2014);

(2) No período, não foram realizadas reclassificações de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda para outras categorias de ativos financeiros.

O custo e o valor justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, por vencimento, são os seguintes:

	31/03/2015		31/12/2014	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	22.848	22.896	22.176	22.220
Sem Vencimento	2.173	2.195	2.118	2.141
Até um ano	20.675	20.701	20.058	20.079
Não Circulante	61.256	60.631	56.607	56.140
De um a cinco anos	32.548	32.508	29.853	29.743
De cinco a dez anos	15.424	15.205	12.779	12.650
Após dez anos	13.284	12.918	13.975	13.747
Total	84.104	83.527	78.783	78.360

Nota 11 - Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

O custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento são apresentados na tabela a seguir:

	31/03/2015	31/12/2014
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Títulos de Dívida de Empresas	14.552	13.549
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro ⁽¹⁾	12.332	10.304
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	10.806	10.555
Títulos Públicos - Outros Países	12	26
Total ⁽²⁾	37.702	34.434

(1) Os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram R\$ 8.142 (R\$ 6.102 em 31/12/2014).

(2) No período, não foram realizadas reclassificações de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento para outras categorias de ativos financeiros.

O resultado com os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento foi de R\$ 828 (R\$ 304 de 01/01 a 31/03/2014).

O valor justo dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento é divulgado na Nota 31.

O custo amortizado dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, por vencimento, são os seguintes:

	31/03/2015	31/12/2014
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Circulante	1.009	980
Até um ano	1.009	980
Não Circulante	36.693	33.454
De um a cinco anos	14.721	13.609
De cinco a dez anos	15.424	11.582
Após dez anos	6.548	8.263
Total	37.702	34.434

Nota 12 - Operação de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

a) Composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

A tabela abaixo apresenta a composição dos saldos de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por tipo, setor do devedor, vencimento e concentração:

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, por tipo	31/03/2015	31/12/2014
Pessoas Físicas	187.087	185.953
Cartão de Crédito	56.331	59.321
Crédito Pessoal	29.316	27.953
Crédito Consignado	44.605	40.525
Veículos	26.446	29.047
Crédito Imobiliário	30.389	29.107
Grandes Empresas	151.409	144.910
Micro/Pequenas e Médias Empresas	81.170	79.912
Unidades Externas América Latina	49.097	41.656
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	468.763	452.431
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(24.064)	(22.392)
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquido de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	444.699	430.039

Por vencimento	31/03/2015	31/12/2014
Vencidas a partir de 1 dia	16.038	13.074
A vencer até 3 meses	127.830	128.365
A vencer de 3 a 12 meses	114.764	111.092
A vencer acima de um ano	210.131	199.900
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	468.763	452.431

Por Concentração	31/03/2015	31/12/2014
Principal Devedor	4.763	4.032
10 Maiores Devedores	26.036	23.646
20 Maiores Devedores	38.275	35.325
50 Maiores Devedores	61.349	58.180
100 Maiores Devedores	83.602	79.617

A composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por setor do devedor está evidenciada na Nota 36 item 5.1 Exposição máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade.

O acréscimo do valor presente líquido das Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro com redução do seu valor recuperável e a respectiva Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa não são apresentados por seus valores brutos na demonstração do resultado, mas de forma líquida dentro da Receita de Juros e Rendimentos. Se fossem apresentados como valores brutos, haveria um incremento de R\$ 634 e R\$ 494 de receita de juros e rendimentos em 31/03/2015 e 31/03/2014 respectivamente, com igual impacto na Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A tabela abaixo apresenta as variações na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

Composição de Saldo por Classe de Ativo	Saldo Inicial 31/12/2014	Baixas	Constituição / (Reversão)	Saldo Final 31/03/2015
Pessoas Físicas	13.385	(2.843)	2.826	13.368
Cartão de Crédito	3.740	(1.066)	953	3.627
Crédito Pessoal	7.024	(1.225)	1.452	7.251
Crédito Consignado	1.107	(104)	200	1.203
Veículos	1.469	(438)	209	1.240
Crédito Imobiliário	45	(10)	12	47
Grandes Empresas	2.926	(94)	2.106	4.938
Micros/Pequenas e Médias	5.373	(1.040)	587	4.920
Unidades Externas América Latina	708	(97)	227	838
Total	22.392	(4.074)	5.746	24.064

Composição de Saldo por Classe de Ativo	Saldo Inicial 31/12/2013	Baixas	Constituição / (Reversão)	Saldo Final 31/12/2014
Pessoas Físicas	13.853	(12.668)	12.200	13.385
Cartão de Crédito	2.952	(3.784)	4.572	3.740
Crédito Pessoal	6.488	(5.150)	5.686	7.024
Crédito Consignado	1.133	(429)	403	1.107
Veículos	3.245	(3.254)	1.478	1.469
Crédito Imobiliário	35	(51)	61	45
Grandes Empresas	1.783	(672)	1.815	2.926
Micros/Pequenas e Médias	6.085	(4.992)	4.280	5.373
Unidades Externas América Latina	514	(343)	537	708
Total	22.235	(18.675)	18.832	22.392

Abaixo apresentamos a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por Setor de Atividade dos clientes:

	31/03/2015	31/12/2014
Setor Público	6	6
Indústria e Comércio	4.629	4.146
Serviços	4.524	3.682
Setor Primário	615	391
Outros Setores	20	16
Pessoa Física	14.270	14.151
Total	24.064	22.392

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia a evidência objetiva de Perda para Créditos de Liquidação Duvidosa em Operações de Créditos e Arrendamento Mercantil Financeiro de forma individual para os ativos financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos (Nota 2.4g VIII).

Segue a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por tipo de avaliação da evidência objetiva de perda:

	31/03/2015						31/12/2014					
	Impaired		Not Impaired		Total		Impaired		Not Impaired		Total	
	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD
I - Operações Avaliadas Individualmente												
Grandes Empresas (*)	8.561	4.163	142.848	775	151.409	4.938	3.749	1.731	141.161	1.195	144.910	2.926
II - Operações Avaliadas Coletivamente												
Pessoas Físicas	9.569	5.452	177.518	7.916	187.087	13.368	9.727	5.641	176.226	7.744	185.953	13.385
Cartão de Crédito	3.208	1.882	53.123	1.745	56.331	3.627	3.332	1.944	55.989	1.796	59.321	3.740
Crédito Pessoal	3.961	2.664	25.355	4.587	29.316	7.251	3.886	2.619	24.067	4.405	27.953	7.024
Crédito Consignado	786	171	43.819	1.032	44.605	1.203	626	163	39.899	944	40.525	1.107
Veículos	1.325	717	25.121	523	26.446	1.240	1.633	897	27.414	572	29.047	1.469
Crédito Imobiliário	289	18	30.100	29	30.389	47	250	18	28.857	27	29.107	45
Micro / Pequenas e Médias Empresas	3.133	2.307	78.037	2.613	81.170	4.920	3.225	2.640	76.687	2.733	79.912	5.373
Unidades Externas América Latina	617	333	48.480	505	49.097	838	505	267	41.151	441	41.656	708
Total	21.880	12.255	446.883	11.809	468.763	24.064	17.206	10.279	435.225	12.113	452.431	22.392

(*) Conforme detalhado na Nota 2.4.g VIII, os créditos de Grandes Empresas são inicialmente avaliados individualmente. Caso não haja indicativo objetivo de redução ao valor recuperável são subsequentemente avaliados coletivamente de acordo com as características da operação. Consequentemente é constituída Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa para Grandes Empresas, tanto na avaliação individual quanto na coletiva.

c) Valor Presente das Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Arrendador)

É apresentada abaixo a análise do valor presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de Arrendamentos Mercantis Financeiros por vencimento, composto basicamente por operações de pessoas físicas - veículos:

	31/03/2015		
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	3.810	(713)	3.097
Até 1 ano	3.810	(713)	3.097
Não Circulante	4.008	(1.068)	2.940
Entre 1 e 5 anos	3.782	(1.036)	2.746
Acima de 5 anos	226	(32)	194
Total	7.818	(1.781)	6.037

	31/12/2014		
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	4.109	(713)	3.396
Até 1 ano	4.109	(713)	3.396
Não Circulante	4.133	(1.089)	3.044
Entre 1 e 5 anos	3.947	(1.061)	2.886
Acima de 5 anos	186	(28)	158
Total	8.242	(1.802)	6.440

Os valores da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, referentes a Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro são: R\$ 256 (R\$ 302 em 31/12/2014).

d) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realizou operações de venda ou transferência de ativos financeiros em que houve a retenção dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos, por meio de cláusulas de coobrigação. Por conta disso, tais créditos permaneceram registrados como operações de crédito e estão representados pelas seguintes informações em 31/03/2015 e 31/12/2014:

Natureza da Operação	31/03/2015				31/12/2014			
	Ativo		Passivo ^(*)		Ativo		Passivo ^(*)	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Pessoa Jurídica - Capital de Giro	1.747	1.747	1.747	1.747	1.106	1.106	1.106	1.106
Pessoa Física - Crédito Imobiliário	3.246	3.231	3.245	3.217	3.439	3.433	3.438	3.418
Total	4.993	4.978	4.992	4.964	4.545	4.539	4.544	4.524

(*) Rubrica Recursos de Mercados Interbancários.

Nota 13 - Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

a) A tabela abaixo apresenta os principais investimentos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING:

	% de participação em 31/03/2015		31/03/2015					
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Resultado Abrangente	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado ^(h)
Associadas								
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ^{(a) (b)}	42,93	42,93	3.785	(9)	147	2.413	59	3.514
BSF Holding S.A. ^(c)	49,00	49,00	1.229	-	115	1.185	56	-
IRB-Brasil Resseguros S.A. ^{(a) (d)}	15,01	15,01	2.740	5	32	404	5	-
Outros ^(e)	-	-	-	-	-	109	12	-
Entidades Controladas em Conjunto - Outros ^(f)	-	-	-	-	-	4	(1)	-
Total	-	-	-	-	-	4.115	131	-

	% de participação em 31/12/2014		31/12/2014					31/03/2014	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Resultado Abrangente	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado ^(h)	Resultado de Participações
Associadas									
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ^{(a) (b)}	42,93	42,93	3.647	7	492	2.357	196	2.988	(21)
BSF Holding S.A. ^(c)	49,00	49,00	1.232	-	413	1.187	202	-	43
IRB-Brasil Resseguros S.A. ^{(a) (d)}	15,01	15,01	3.016	-	890	445	134	-	43
Outros ^(e)	-	-	-	-	-	97	36	-	9
Entidades Controladas em Conjunto									
MCC Securities Inc ^(g)	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Outros ^(f)	-	-	-	-	-	4	(3)	-	-
Total	-	-	-	-	-	4.090	565	-	75

(a) Para fins de contabilização do resultado de equivalência patrimonial foi utilizada em 31/03/2015 a posição de 28/02/2015 e em 31/12/2014 a posição de 30/11/2014, conforme o IAS 27.

(b) Para fins de valor de mercado foi considerado a cotação das ações da Porto Seguro S.A. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 788 em 31/03/2015 e R\$ 791 em 31/12/2014, que correspondem a diferença entre a participação nos ativos líquidos a valor justo da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e o custo do investimento.

(c) Em maio/12 o Itaú Unibanco S.A. adquiriu 137.004.000 ações ordinárias da BSF Holding S.A. (Controladora do Banco Carrefour) por R\$ 816 que corresponde a 49% de participação no seu capital. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 583 em 31/12/2014 que corresponde ao ágio.

(d) Anteriormente contabilizado como instrumento financeiro. A partir do 4º trimestre de 2013, após a conclusão do processo de desestatização, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING passou a deter influência significativa no IRB. Como consequência, a partir desta data, o investimento foi contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

(e) Em 31/03/2015, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Companhia Uruguaya de Medios de Procesamiento S.A. (38,39% capital total e votante); Rias Redbanc S.A. (20% capital total e votante) e Tecnologia Bancária S.A. (24,91% capital total e votante). A empresa Latosol Empreendimentos e Participação Ltda (32,11% capital total e votante) foi liquidada em 30/12/2014.

(f) Em 31/03/2015, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Olimpia Promoção e Serviços S.A. (50% capital total e votante) e inclui resultado não decorrente de lucro de empresas controladas.

(g) Em agosto/14 houve a aquisição da totalidade do investimento.

(h) Divulgado apenas para as Cias abertas.

Em 31/03/2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não recebeu / reconheceu dividendos e juros sobre capital próprio das empresas não consolidadas (em 31/12/2014 recebeu / reconheceu dividendos e juros sobre capital próprio das empresas não consolidadas, sendo as principais Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. no montante de R\$ 336, e IRB-Brasil Resseguros S.A. no montante de R\$ 46).

b) Outras Informações

A tabela abaixo apresenta o resumo da parte proporcional das informações financeiras das investidas pelo método de equivalência patrimonial de forma agregada.

	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2014
Total de Ativos ^(*)	18.241	17.812	16.701
Total de Passivos ^(*)	10.487	9.917	9.312
Total de Receitas ^(*)	3.419	6.907	1.508
Total de Despesas ^(*)	(3.126)	(5.112)	(1.170)

() Representado substancialmente pelo IRB-Brasil Resseguros S.A., no montante de R\$ 13.227 (R\$ 12.933 em 31/12/2014) referente a Ativos, de R\$ 10.487 (R\$ 9.917 em 31/12/2014) referente a Passivos, de R\$ 3.157 (R\$ 5.852 em 31/12/2014) referente a Receitas e de R\$ 3.126 (R\$ 4.962 em 31/12/2014) referente a Despesas.*

As investidas não apresentam passivos contingentes aos quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING esteja significativamente exposto.

Nota 14 – Compromissos de Arrendamento Mercantil – Entidade Arrendatário

a) Arrendamento Mercantil Financeiro

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é o arrendatário de contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro de equipamentos de processamento de dados, com a opção de compra ou de renovação, sem aluguéis contingentes ou restrições impostas. O valor contábil líquido desses bens é de R\$ 658 (R\$ 804 em 31/12/2014).

A tabela abaixo apresenta o total de pagamentos mínimos futuros em:

	31/03/2015	31/12/2014
Circulante	322	394
Até 1 ano	322	394
Não Circulante	336	410
De 1 a 5 anos	336	410
Total de Pagamento Mínimos Futuros	658	804
(-) Juros futuro	-	-
Valor Presente	658	804

b) Arrendamento Mercantil Operacional

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aluga diversos imóveis para uso em suas operações, segundo contratos de locação imobiliária padrão, que normalmente podem ser rescindidos a seu critério e incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Nenhum contrato de locação impõe qualquer restrição à nossa capacidade para pagar dividendos, celebrar outros contratos de locação ou participar de operações de financiamento de dívidas ou de capital, não existindo pagamentos contingentes em relação aos contratos.

Os pagamentos de contratos de arrendamento operacional reconhecidos como despesa na rubrica Despesas Gerais e Administrativas totalizam R\$ 283 de 01/01 a 31/03/2015 (R\$ 246 de 01/01 a 31/03/2014).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não possui contratos de subarrendamento relevantes.

Os pagamentos mínimos com aluguéis de prazos iniciados e remanescentes não passíveis de cancelamento são os seguintes:

	31/03/2015	31/12/2014
Circulante	1.122	1.199
Até 1 ano	1.122	1.199
Não Circulante	5.213	4.213
De 1 a 5 anos	3.728	3.539
Mais de 5 anos	1.485	674
Total de Pagamento Mínimos Futuros	6.335	5.412

Nota 15 - Imobilizado

Imobilizado de Uso ⁽¹⁾	Imóveis de Uso ⁽²⁾		Outras Imobilizações de Uso ⁽²⁾					Total
	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações de Uso	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema de Processamento de Dados ⁽³⁾	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	
Taxas Anuais de Depreciação		4%	10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%	
Custo								
Saldo em 31/12/2014	1.011	3.578	1.512	1.116	1.791	7.419	773	17.200
Aquisições	-	24	42	17	109	134	13	339
Baixas	-	-	(49)	-	(21)	(141)	(2)	(213)
Variação Cambial	2	27	48	4	20	44	3	148
Outros	-	(401)	3	404	(90)	26	-	(58)
Saldo em 31/03/2015	1.013	3.228	1.556	1.541	1.809	7.482	787	17.416
Depreciação								
Saldo em 31/12/2014	-	(1.695)	(754)	(519)	(504)	(4.538)	(479)	(8.489)
Despesa de Depreciação	-	(15)	(62)	(26)	(22)	(255)	(19)	(399)
Baixas	-	-	49	-	8	137	2	196
Variação Cambial	-	(6)	(23)	(2)	(10)	(31)	(2)	(74)
Outros	-	-	-	-	1	8	-	9
Saldo em 31/03/2015	-	(1.716)	(790)	(547)	(527)	(4.679)	(498)	(8.757)
Redução ao Valor recuperável								
Saldo em 31/12/2014	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições/reconhecimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/03/2015	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Contábil								
Saldo em 31/03/2015	1.013	1.512	766	994	1.282	2.803	289	8.659

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 64, realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Inclui o valor de R\$ 5 referente a imóvel penhorado; Imobilização em curso no montante de R\$ 1.123, sendo de Imóveis de Uso R\$ 200, Benfeitorias R\$ 39 e Equipamentos R\$ 884.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.

Imobilizado de Uso ⁽¹⁾	Imóveis de Uso ⁽²⁾		Outras Imobilizações de Uso ⁽²⁾					Total
	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações de Uso	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema de Processamento de Dados ⁽³⁾	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	
Taxas Anuais de Depreciação		4%	10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%	
Custo								
Saldo em 31/12/2013	1.019	2.999	1.298	1.043	1.095	6.279	725	14.458
Aquisições	3	563	230	117	946	2.045	62	3.966
Baixas	(1)	(6)	(163)	(9)	(89)	(829)	(5)	(1.102)
Variação Cambial	-	(7)	22	4	(12)	4	(11)	-
Outros	(10)	29	125	(39)	(149)	(80)	2	(122)
Saldo em 31/12/2014	1.011	3.578	1.512	1.116	1.791	7.419	773	17.200
Depreciação								
Saldo em 31/12/2013	-	(1.651)	(667)	(439)	(487)	(4.230)	(411)	(7.885)
Despesa de Depreciação	-	(58)	(247)	(85)	(79)	(1.098)	(74)	(1.641)
Baixas	-	3	162	2	60	768	4	999
Variação Cambial	-	-	1	2	12	(13)	-	2
Outros	-	11	(3)	1	(10)	35	2	36
Saldo em 31/12/2014	-	(1.695)	(754)	(519)	(504)	(4.538)	(479)	(8.489)
Redução ao Valor recuperável								
Saldo em 31/12/2013	-	-	-	-	(9)	-	-	(9)
Adições/reconhecimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	9	-	-	9
Saldo em 31/12/2014	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Contábil								
Saldo em 31/12/2014	1.011	1.883	758	597	1.287	2.881	294	8.711

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 67, realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Inclui o valor de R\$ 4 referente a imóvel penhorado; Imobilização em curso no montante de R\$ 2.277, sendo de Imóveis de Uso R\$ 1.358, Benfeitorias R\$ 45 e Equipamentos R\$ 874.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.

Nota 16 - Ativos Intangíveis

Intangíveis ⁽¹⁾	Direitos Aquisição de Folha de Pagamento	Outros Ativos Intangíveis				Total
		Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Gastos com Aquisição de Software	Gastos com Desenvolvimento de Software	Outros Ativos Intangíveis	
Taxas de Amortização a.a.	20%	8%	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2014	1.067	1.582	1.965	2.836	791	8.241
Aquisições	16	-	65	113	15	209
Distratos/ Baixas	(18)	(13)	(9)	-	(6)	(46)
Variação Cambial	-	5	78	-	84	167
Outros	(7)	5	43	-	(24)	17
Saldo em 31/03/2015	1.058	1.579	2.142	2.949	860	8.588
Amortização ⁽²⁾						
Saldo em 31/12/2014	(556)	(337)	(918)	(113)	(149)	(2.073)
Despesa de Amortização	(51)	(39)	(84)	(24)	(70)	(268)
Distratos/ Baixas	18	13	9	-	-	40
Variação Cambial	-	(2)	(34)	-	(67)	(103)
Outros	-	-	3	(1)	62	64
Saldo em 31/03/2015	(589)	(365)	(1.024)	(138)	(224)	(2.340)
Redução ao Valor Recuperável ⁽³⁾						
Saldo em 31/12/2014	(18)	(2)	-	(14)	-	(34)
Adições/reconhecimentos	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/03/2015	(18)	(2)	-	(14)	-	(34)
Valor Contábil						
Saldo em 31/03/2015	451	1.212	1.118	2.797	636	6.214

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R\$ 444, realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4I.

Intangíveis ⁽¹⁾	Outros Ativos Intangíveis					Total
	Direitos Aquisição de Folha de Pagamento	Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Gastos com Aquisição de Software	Gastos com Desenvolvimento de Software	Outros Ativos Intangíveis	
Taxas de Amortização a.a.	20%	8%	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2013	1.165	1.688	1.839	2.195	1.019	7.906
Aquisições	109	36	393	651	10	1.199
Baixas	(214)	(104)	(201)	(10)	(300)	(829)
Variação Cambial	-	(2)	(23)	-	43	18
Outros	7	(36)	(43)	-	19	(53)
Saldo em 31/12/2014	1.067	1.582	1.965	2.836	791	8.241
Amortização ⁽²⁾						
Saldo em 31/12/2013	(535)	(256)	(868)	(47)	(352)	(2.058)
Despesa de Amortização	(225)	(157)	(324)	(66)	(131)	(903)
Baixas	204	81	201	-	119	605
Variação Cambial	-	-	10	-	(34)	(24)
Outros	-	(5)	63	-	249	307
Saldo em 31/12/2014	(556)	(337)	(918)	(113)	(149)	(2.073)
Redução ao Valor Recuperável ⁽³⁾						
Saldo em 31/12/2013	(18)	(27)	-	(6)	-	(51)
Adições/reconhecimentos	-	-	-	(8)	-	(8)
Reversões	-	25	-	-	-	25
Saldo em 31/12/2014	(18)	(2)	-	(14)	-	(34)
Valor Contábil						
Saldo em 31/12/2014	493	1.243	1.047	2.709	642	6.134

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R\$ 508, realizáveis até 2016 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4I.

Nota 17 - Depósitos

A tabela abaixo apresenta a composição dos Depósitos:

	31/03/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos Remunerados	182.197	59.795	241.992	180.207	65.833	246.040
Depósitos a Prazo	37.094	59.406	96.500	43.136	65.330	108.466
Depósitos Interfinanceiros	27.746	389	28.135	18.622	503	19.125
Depósito de Poupança	117.357	-	117.357	118.449	-	118.449
Depósitos não Remunerados	56.660	-	56.660	48.733	-	48.733
Depósitos à Vista	56.660	-	56.660	48.733	-	48.733
Total	238.857	59.795	298.652	228.940	65.833	294.773

Nota 18 - Passivos Financeiros Mantidos para Negociação

Os Passivos Financeiros Mantidos para Negociação estão apresentados na tabela a seguir:

	31/03/2015	31/12/2014
Notas Estruturadas		
Ações	61	73
Títulos de Dívida	298	447
Total	359	520

O efeito do risco de crédito desses instrumentos não é relevante em 31/03/2015 e 31/12/2014.

No caso das ações, pelas características do instrumento, não existe valor definido a ser pago no vencimento. Para os títulos de dívida, o valor a ser pago no vencimento envolve variáveis cambiais e índices, não existindo um valor contratual para liquidação.

O valor justo dos Passivos Financeiros Mantidos para Negociação por vencimento é o seguinte:

	31/03/2015	31/12/2014
	Custo / Valor Justo	Custo / Valor Justo
Circulante - Até um ano	14	220
Não Circulante	345	300
De um a cinco anos	298	122
De cinco a dez anos	17	149
Após dez anos	30	29
Total	359	520

Nota 19 - Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais

a) Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos:

	31/03/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Mercado Aberto	162.624	131.243	293.867	152.093	136.590	288.683
Operações Lastreadas com Ativos Financeiros Próprios ^(*)	63.144	131.243	194.387	76.343	136.590	212.933
Operações Lastreadas com Ativos Financeiros de Terceiros	99.480	-	99.480	75.750	-	75.750
Interbancário	68.098	63.010	131.108	68.818	53.768	122.586
Letras Hipotecárias	31	127	158	32	111	143
Letras de Crédito Imobiliário	10.296	597	10.893	10.395	437	10.832
Letras de Crédito do Agronegócio	5.014	2.986	8.000	5.229	2.582	7.811
Letras Financeiras	6.958	3.975	10.933	6.284	4.361	10.645
Financiamento à Importação e à Exportação	32.363	19.687	52.050	27.916	15.465	43.381
Repasse no País	13.416	30.666	44.082	18.942	26.288	45.230
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Crédito (Nota 12d)	20	4.972	4.992	20	4.524	4.544

(*) Inclui R\$ 136.714 (R\$ 139.910 em 31/12/2014) referente à Debêntures de emissão própria.

As captações para financiamento à importação e à exportação representam linhas de crédito disponíveis para o financiamento de importações e exportações de empresas brasileiras, geralmente denominadas em moeda estrangeira. A tabela a seguir apresenta a taxa de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Mercado Aberto	75% do CDI a 13,2%	0,18% a 3,6%
Letras Hipotecárias	-	2,7% a 7,5%
Letras de Crédito Imobiliário	84% a 100% do CDI	-
Letras Financeiras	IGPM a 13,44%	-
Letras de Crédito do Agronegócio	100% CDI	-
Financiamento à Importação e à Exportação	2,5% a 6,75%	0,13% a 16%
Repasse no País	0,83% a 14,5%	-
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Crédito	6,38% a 16,66%	1,85% a 12,73%

Em Mercado Aberto, são apresentados os passivos em transações nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende à vista para clientes títulos de dívida emitidos por suas subsidiárias consolidadas, anteriormente mantidos em tesouraria, e se compromete a recomprá-los a qualquer momento após a venda até uma data final de recompra, na qual eles serão obrigatoriamente recomprados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. O preço da recompra é calculado como o preço pago na data da venda acrescido de juros a taxas variando entre 75% CDI a 13,23%. As datas finais de recompra vão até Janeiro de 2027.

b) Recursos de Mercados Institucionais

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos de Mercados Institucionais:

	31/03/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida Subordinada ⁽¹⁾	6.845	52.683	59.528	2.832	52.785	55.617
Obrigações por TVM no Exterior	4.680	12.843	17.523	3.142	12.250	15.392
Captação por Certificados de Operações Estruturadas ⁽²⁾	1.089	1.670	2.759	1.080	1.153	2.233
Total	12.614	67.196	79.810	7.054	66.188	73.242

(1) Em 31/03/2015, R\$ 58.708 (R\$ 53.865 em 31/12/2014) integram o Patrimônio de Referência, dentro da proporcionalidade definida pela Resolução 3.444, de 28/02/2007, do CMN, e alterações promovidas pela Resolução nº 3.532, de 31/01/2008, do CMN.

(2) Em 31/03/2015, o valor de mercado da Captação por Certificados de Operações Estruturadas emitida é de R\$ 3.110.

Na tabela a seguir, são apresentadas as taxas de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Dívida Subordinada	CDI + 0,35% a IGPM + 7,6%	5,1% a 6,2%
Obrigações por TVM no Exterior	0,89% a 12,75%	0,03% a 20%
Captação por Certificados de Operações Estruturadas	8,6% a 12,67%	-

Nota 20 - Outros Ativos e Passivos

a) Outros Ativos

	31/03/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros ⁽¹⁾	42.015	12.286	54.301	40.984	12.665	53.649
Operações com Emissores de Cartões de Crédito	22.222	-	22.222	24.203	-	24.203
Operações de Seguros e Resseguros	1.343	19	1.362	1.388	-	1.388
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes (Nota 32)	2.549	11.228	13.777	2.128	11.478	13.606
Depósitos em Garantias de Captações de Recursos Externos	884	-	884	624	-	624
Negociação e Intermediação de Valores	5.137	-	5.137	3.964	-	3.964
Valores a Receber de Reembolso de Contingências (Nota 32c)	281	425	706	53	623	676
Serviços Prestados a Receber	2.137	131	2.268	2.394	81	2.475
Direito a Receber de Operação de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	6.919	-	6.919	5.894	-	5.894
Valores a Receber do FCVS - Fundo para Compensação de Variações Salariais ⁽²⁾	-	483	483	-	483	483
Operações sem Características de Concessão de Crédito	543	-	543	336	-	336
Não Financeiros	8.849	5.341	14.190	10.906	3.015	13.921
Despesas Antecipadas ⁽³⁾	2.597	1.221	3.818	3.594	434	4.028
Ativos de Planos de Aposentadoria (Notas 29c e d)	-	2.495	2.495	-	2.456	2.456
Diversos no País	2.203	-	2.203	1.862	-	1.862
Prêmio de Operações de Crédito	929	1.445	2.374	2.371	-	2.371
Diversos no Exterior	1.949	180	2.129	2.058	125	2.183
Outros	1.171	-	1.171	1.021	-	1.021

(1) Neste período, não houve perdas referente à redução ao valor recuperável de outros ativos financeiros.

(2) O Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS foi criado por meio da Resolução nº 25, de 16/6/1967, do Conselho de Administração do extinto BNH (Banco Nacional da Habitação), e tem por finalidade liquidar os saldos remanescentes existentes após o término do prazo dos financiamentos imobiliários contratados até Março de 1990, de contratos financiados no âmbito do SFH (Sistema Nacional da Habitação) e desde que cobertos pelo FCVS.

(3) Em Setembro de 2014 houve redução do saldo em decorrência da rescisão antecipada do contrato entre Itaú Seguros e Via Varejo.

b) Outros Passivos

	31/03/2015			31/12/2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros	66.892	549	67.441	69.610	1.882	71.492
Operações com Cartões de Crédito	52.161	-	52.161	58.596	-	58.596
Carteira de Câmbio	980	-	980	784	-	784
Negociação e Intermediação de Valores	8.259	180	8.439	5.749	1.439	7.188
Obrigações Leasing Financeiro (Nota 14a)	322	336	658	394	410	804
Recursos de Consorciados	42	-	42	30	-	30
Obrigações por Operação de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	4.397	33	4.430	3.477	33	3.510
Outros	731	-	731	580	-	580
Não Financeiros	26.364	1.024	27.388	23.128	532	23.660
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	4.661	-	4.661	226	-	226
Diversos no País	2.366	52	2.418	1.680	48	1.728
Recursos em Trânsito	9.978	-	9.978	8.906	-	8.906
Provisão para Pagamentos Diversos	2.012	353	2.365	2.161	378	2.539
Sociais e Estatutárias	2.449	34	2.483	4.678	41	4.719
Relativas a Operações de Seguros	226	-	226	260	-	260
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamento	1.023	-	1.023	933	-	933
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria (Nota 29c e e)	-	520	520	516	-	516
Provisão de Pessoal	1.406	65	1.471	1.317	65	1.382
Provisão para Seguro Saúde	692	-	692	685	-	685
Rendas Antecipadas	1.468	-	1.468	1.386	-	1.386
Outros	83	-	83	380	-	380

Nota 21 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em AGE de 23/04/2014 foi aprovado o aumento do capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 15.000, mediante a capitalização de valores registrados nas Reservas de Lucros – Reserva Estatutária, com bonificação de 10% em ações. As ações bonificadas passaram a ser negociadas a partir de 06/06/2014 e o processo foi homologado pelo BACEN em 19/05/2014. Em consequência, o capital social foi elevado em 502.802.971 ações.

O capital social está representado por 5.530.832.681 ações escriturais sem valor nominal, sendo 2.770.036.544 ações ordinárias e 2.760.796.137 ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de, em possível alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, a fim de assegurar lhes o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias. O capital social totaliza R\$ 75.000 (R\$ 75.000 em 31/12/2014), sendo R\$ 51.139 (R\$ 51.563 em 31/12/2014) de acionistas domiciliados no Brasil e R\$ 23.861 (R\$ 23.437 em 31/12/2014) de acionistas domiciliados no exterior.

Seguem a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e a conciliação dos saldos no início e no fim do período:

31/03/2015				
	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2014	2.758.685.730	1.043.799.342	3.802.485.072	
Residentes no Exterior em 31/12/2014	11.350.814	1.716.996.795	1.728.347.609	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2014	2.770.036.544	2.760.796.137	5.530.832.681	
Ações Representativas do Capital Social em 31/03/2015	2.770.036.544	2.760.796.137	5.530.832.681	
Residentes no País em 31/03/2015	2.758.916.866	1.012.318.787	3.771.235.653	
Residentes no Exterior em 31/03/2015	11.119.678	1.748.477.350	1.759.597.028	
Ações em Tesouraria em 31/12/2014 ⁽¹⁾	2.541	53.828.551	53.831.092	(1.328)
Aquisições de Ações	-	16.596.600	16.596.600	(568)
Exercidas - Outorga de Opções de Ações	-	(2.096.703)	(2.096.703)	1
Alienações - Plano para Outorga de Opções de Ações	-	(6.485.989)	(6.485.989)	228
Ações em Tesouraria em 31/03/2015 ⁽¹⁾	2.541	61.842.459	61.845.000	(1.667)
Em Circulação em 31/03/2015	2.770.034.003	2.698.953.678	5.468.987.681	
Em Circulação em 31/12/2014 ⁽²⁾	2.770.034.003	2.706.967.586	5.477.001.589	
31/12/2014				
	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2013	2.502.311.972	983.934.784	3.486.246.756	
Residentes no Exterior em 31/12/2013	15.903.068	1.525.879.886	1.541.782.954	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2013	2.518.215.040	2.509.814.670	5.028.029.710	
Bonificação de Ações - AGE de 23/04/2014 - Efetivada em 06/06/2014	251.821.504	250.981.467	502.802.971	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2014	2.770.036.544	2.760.796.137	5.530.832.681	
Residentes no País em 31/12/2014	2.758.685.730	1.043.799.342	3.802.485.072	
Residentes no Exterior em 31/12/2014	11.350.814	1.716.996.795	1.728.347.609	
Ações em Tesouraria em 31/12/2013 ⁽¹⁾	2.310	68.867.010	68.869.320	(1.854)
Aquisições de Ações	-	1.000.000	1.000.000	(35)
Exercidas - Outorga de Opções de Ações	-	(17.275.835)	(17.275.835)	413
Alienações - Plano para Outorga de Opções de Ações	-	(4.525.951)	(4.525.951)	148
Bonificação de Ações - AGE de 23/04/2014 - Efetivada em 06/06/2014	231	5.763.327	5.763.558	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2014 ⁽¹⁾	2.541	53.828.551	53.831.092	(1.328)
Em Circulação em 31/12/2014	2.770.034.003	2.706.967.586	5.477.001.589	
Em Circulação em 31/12/2013 ⁽²⁾	2.770.034.003	2.685.042.426	5.455.076.429	

(1) Ações de própria emissão adquiridas, com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

(2) Para melhor comparabilidade, as ações em circulação foram ajustadas pela bonificação ocorrida em 06/06/2014.

Abaixo são discriminados o custo das ações adquiridas no período, bem como o custo médio das Ações em Tesouraria e o seu valor de mercado:

Custo / Valor de Mercado	01/01 a 31/03/2015	
	Ordinárias	Preferenciais
Mínimo	-	33,12
Médio ponderado	-	34,24
Máximo	-	35,07
Ações em Tesouraria		
Custo Médio	7,97	26,96
Valor de Mercado em 31/03/2015	32,18	35,31

Custo / Valor de Mercado	01/01 a 31/12/2014	
	Ordinárias	Preferenciais
Mínimo	-	34,13
Médio ponderado	-	34,75
Máximo	-	35,07
Ações em Tesouraria		
Custo Médio	7,97	24,67
Valor de Mercado em 31/12/2014	32,30	34,60

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participaram dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias dividendo igual ao prioritário mínimo anual de R\$ 0,022 por ação não cumulativo a ser pago às ações preferenciais.

A antecipação mensal do dividendo mínimo obrigatório utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação.

Segue abaixo o demonstrativo dos dividendos e juros sobre capital próprio e o cálculo do dividendo mínimo obrigatório:

Demonstrativo dos Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

	31/03/2015	31/03/2014
Lucro Líquido Individual Estatutário	5.555	3.357
Ajustes:		
(-) Reserva Legal	(278)	(168)
Base de Cálculo do Dividendo	5.277	3.189
Dividendos Mínimo Obrigatório - 25%	1.319	797
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos / Provisionados	1.319	797

Pagamentos/Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	31/03/2015		
	Bruto	IRF	Líquido
Pagos/Antecipados	165	-	165
Dividendos - 2 parcelas mensais de R\$ 0,015 por ação pagas em fevereiro e março de 2015	165	-	165
Declarados até 31/03/2015 (Registrados em Outros Passivos)	1.344	(190)	1.154
Dividendos - 1 parcela mensal de R\$ 0,015 por ação, paga em 01/04/2015	82	-	82
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,2308 por ação	1.262	(190)	1.072
Total de 01/01 a 31/03/2015 - R\$ 0,2412 líquido por ação	1.509	(190)	1.319
	31/03/2014		
	Bruto	IRF	Líquido
Pagos/Antecipados	149	-	149
Dividendos - 2 parcelas mensais de R\$ 0,015 por ação pagas em fevereiro e março de 2014	149	-	149
Declarados até 31/03/2014 (Registrados em Outros Passivos)	750	(102)	648
Dividendos - 1 parcela mensal de R\$ 0,015 por ação, paga em 01/04/2014	75	-	75
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,1359 por ação	675	(102)	573
Total de 01/01 a 31/03/2014 - R\$ 0,1605 líquido por ação	899	(102)	797

c) Capital Adicional Integralizado

O Capital Adicional Integralizado corresponde: (i) à diferença entre o preço de venda das ações em tesouraria e o custo médio de tais ações e (ii) às despesas de remuneração reconhecidas segundo o plano de opções de ações e remuneração variável.

d) Reservas Integralizadas

	31/03/2015	31/12/2014
Reservas de Capital ⁽¹⁾	285	285
Ágio na Subscrição de Ações	284	284
Reservas Decorrentes de Incentivos Fiscais, Atualização de Títulos Patrimoniais e Outras	1	1
Reservas de Lucros	8.880	7.925
Legal ⁽²⁾	6.119	5.841
Estatutárias	11.559	7.775
Equalização de Dividendos ⁽³⁾	4.776	2.885
Reforço do Capital de Giro ⁽⁴⁾	1.916	1.162
Aumento de Capital de Empresas Participadas ⁽⁵⁾	4.867	3.728
Reorganizações Societárias (Nota 3b)	(8.798)	(8.638)
Especiais de Lucros ⁽⁶⁾	-	2.947
Total das Reservas na Controladora	9.165	8.210

(1) Refere-se aos valores recebidos pela sociedade que não transitaram pelo resultado, por não se referirem à contraprestação à entrega de bens ou serviços prestados pela sociedade.

(2) Reserva Legal - objetiva aumentar o capital da sociedade ou absorver prejuízos, mas não pode ser distribuída sob a forma de dividendos.

(3) Reserva para Equalização de Dividendos - tem a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

(4) Reserva para Capital de Giro - objetiva garantir meios financeiros para a operação da sociedade.

(5) Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas - visa garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

(6) Refere-se ao Juros sobre Capital Próprio declarado após 31 de Dezembro de 2014.

e) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e das apropriações para as reservas estatutárias nos registros legais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Nota 22 - Pagamento Baseado em Ações

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e as empresas por ele controladas possuem programas de pagamentos baseados em ações para seus funcionários e administradores, visando integrá-los ao processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo.

Os pagamentos ocorrem somente em exercícios com lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório e, a fim de limitar a diluição máxima a que os acionistas poderão estar sujeitos, em quantidade que não ultrapasse o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações possuídas pelos acionistas majoritários e minoritários na data do balanço de encerramento do exercício.

A liquidação desses programas é feita mediante entrega de ações ITUB4 mantidas em tesouraria.

No período de 01/01 a 31/03/2015, o efeito contábil de pagamento baseado em ações no resultado foi de R\$ (292) (R\$ (86) de 01/01 a 31/03/2014).

I – Plano para Outorga de Opções de Ações (Opções Simples)

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui um Plano para Outorga de Opções de Ações (“Opções Simples”) com o objetivo de integrar administradores e funcionários no processo de desenvolvimento do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas a médio e longo prazo, facultando-lhes participar da valorização que seu trabalho e dedicação trouxeram às ações.

Além das outorgas realizadas no âmbito do Plano, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING também mantém o controle dos direitos e obrigações das opções outorgadas no âmbito dos planos assumidos nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 24/04/2009 e 19/04/2013, relativas aos programas de outorga de opções de ações do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e da Unibanco Holdings S.A. e da Redecard S.A., respectivamente. A troca das ações para ITUB4 não trouxe impacto financeiro significativo.

As opções simples possuem as seguintes características:

- a) Preço de exercício:** fixado com base na média dos preços das ações nos 3 (três) últimos meses do ano antecedente ao da outorga. Os preços estabelecidos serão reajustados até o último dia útil do mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice a ser definido internamente, devendo ser pagos em prazo igual ao vigente para liquidação de operações na BM&FBOVESPA.
- b) Período de carência:** fixado no momento da emissão entre 1 (um) ano e 7 (sete) anos, contados a partir da outorga. Em regra, o período de carência fixado é de 5 (cinco) anos.
- c) Valor justo e premissas econômicas utilizadas para reconhecimento dos custos:** o valor justo das Opções Simples é calculado na data da outorga utilizando-se o modelo Binomial. As premissas econômicas utilizadas são:
 - (i) Preço de exercício: preço de exercício previamente definido na emissão da opção, atualizado pela variação do IGP-M.
 - (ii) Preço do ativo objeto (ações ITUB4): preço de fechamento da BM&FBOVESPA na data-base de cálculo.
 - (iii) Dividendos esperados: média anual da taxa de retorno dos últimos 3 (três) exercícios de dividendos pagos, acrescidos dos Juros sobre o Capital Próprio da ação ITUB4.
 - (iv) Taxa de juros livre de risco: cupom do IGP-M até o prazo de vigência da Opção Simples.
 - (v) Volatilidade esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre o histórico dos últimos 84 retornos mensais dos preços de fechamento da ação ITUB4 divulgada pela BM&FBOVESPA, ajustados pela variação do IGP-M.

Resumo da Movimentação do Plano

	Opções Simples		
	Quantidade	Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado
Saldo em 31/12/2014	50.147.374	35,67	
Opções exercíveis no final do período	26.247.536	35,37	
Opções em aberto não exercíveis	23.899.838	36,00	
Opções:			
Outorgadas	-	-	
Canceladas/Perda de Direito ^(*)	(364.058)	36,59	
Exercidas	(50.084)	26,55	36,73
Saldo em 31/03/2015	49.733.232	36,34	
Opções exercíveis no final do período	26.230.994	35,93	
Opções em aberto não exercíveis	23.502.238	36,80	
Faixa de preços de exercício			
Outorga 2008-2009		26,61 - 40,70	
Outorga 2010-2012		26,27 - 43,23	
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,58		

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

	Opções Simples		
	Quantidade	Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado
Saldo em 31/12/2013	65.316.846	32,85	
Opções exercíveis no final do período	32.734.794	30,42	
Opções em aberto não exercíveis	32.582.052	36,25	
Opções:			
Outorgadas	-	-	
Canceladas/Perda de Direito ^(*)	(27.465)	35,21	
Exercidas	(3.404.265)	26,22	29,29
Saldo em 31/03/2014	61.885.116	34,15	
Opções exercíveis no final do período	29.633.388	31,18	
Opções em aberto não exercíveis	32.251.728	36,88	
Faixa de preços de exercício			
Outorga 2006-2009		25,63 - 43,34	
Outorga 2010-2012		26,27 - 41,63	
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	3,29		

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

II – Programa de Sócios

Os funcionários e administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas podem ser selecionados para participar de um programa que permite o investimento de um percentual de seu bônus na aquisição de ações ITUB4 e instrumentos baseados em tais ações deverão ser mantidos pelos beneficiários pelos prazos de 3 (três) a 5 (cinco) anos, a contar do investimento inicial, sujeitando-os à variação da cotação de mercado. Após satisfeitas as condições suspensivas determinadas pelo programa, os beneficiários terão direito de receber uma contrapartida em ITUB4, conforme as quantidades estipuladas no regimento interno do programa.

O preço de aquisição das ações e dos instrumentos baseados em ações é fixado semestralmente e é equivalente à média da cotação das ações ITUB4 nos 30 (trinta) dias que antecederem à fixação do referido preço.

O valor justo da contrapartida em ações ITUB4 é o preço de mercado cotado na data de outorga, descontado da expectativa de dividendos.

A média ponderada do valor justo da contrapartida em ações ITUB4 foi estimada em R\$ 36,62 por ação em 31/03/2015 (R\$ 28,42 por ação em 31/03/2014).

A Lei nº 12.973/14, que adequou a legislação tributária aos padrões contábeis internacionais e pôs fim ao Regime Tributário de Transição (RTT), estabeleceu um novo marco legal para os pagamentos efetuados em ações. Por conta dessa nova lei, foram realizadas alterações no Programa de Sócios, adequando seus efeitos fiscais.

Movimentação do Programa de Sócios

	Quantidade
Saldo em 31/12/2014	24.304.025
Novas Outorgas	9.456.891
Cancelados	(251.905)
Exercidos	(2.046.619)
Saldo em 31/03/2015	31.462.392
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,55

	Quantidade
Saldo em 31/12/2013	18.351.820
Novas Outorgas	7.341.061
Cancelados	(1.619)
Exercidos	(2.687.433)
Saldo em 31/03/2014	23.003.829
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,70

III - Remuneração variável

A política instituída em atendimento à Resolução CMN nº 3.921/10, determina que 50% (cinquenta por cento) da remuneração variável dos administradores deve ser paga em dinheiro e 50% (cinquenta por cento) em ações pelo prazo de 3 (três) anos. A entrega das ações é feita de forma diferida, sendo 1/3 (um terço) por ano, sujeita a permanência do executivo na instituição. As parcelas diferidas e não pagas poderão ser revertidas proporcionalmente à redução significativa do lucro recorrente realizado ou resultado negativo do período.

O valor justo das ações ITUB4 é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

A média ponderada do valor justo das ações ITUB4 foi estimada em R\$ 34,36 por ação em 31/03/2015 (R\$ 27,86 por ação em 31/03/2014).

Movimentação da Remuneração Variável em Ações	2015
	Quantidade
Saldo em 31/12/2014	9.770.192
Novos	6.262.332
Entregues	(3.877.685)
Cancelados	(236.103)
Saldo em 31/03/2015	11.918.736

Movimentação da Remuneração Variável em Ações	2014
	Quantidade
Saldo em 31/12/2013	5.214.388
Novos	5.266.861
Entregues	(1.702.585)
Cancelados	(28.885)
Saldo em 31/03/2014	8.749.779

Nota 23 - Receita e Despesas de Juros e Rendimentos e Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos

a) Receitas de Juros e Rendimentos

	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014
Depósitos Compulsórios no Banco Central	1.304	1.523
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	334	164
Aplicações em Mercado Aberto	5.876	3.858
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	4.297	3.291
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	2.189	1.867
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	828	304
Operações de Crédito	19.941	16.243
Outros Ativos Financeiros	198	220
Total	34.967	27.470

b) Despesas de Juros e Rendimentos

	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014
Depósitos	(1.907)	(2.955)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(7.192)	(6.239)
Recursos de Mercados Interbancários	(1.996)	(1.443)
Recursos de Mercados Institucionais	(1.889)	(1.683)
Despesa Financeira de Provisões Técnicas de Seguros e Previdência	(2.793)	(1.850)
Outros	(16)	(15)
Total	(15.793)	(14.185)

c) Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos

	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	(119)	85
Derivativos (*)	2.367	151
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	10	10
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(636)	(69)
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	43	(72)
Total	1.665	105

(*) Inclui a parcela inefetiva dos Derivativos relacionados ao Hedge Contábil.

Durante o período findo em 31/03/2015 e 31/03/2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconheceu perda por redução ao valor recuperável para os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento.

Durante o período findo em 31/03/2015 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconheceu perdas por redução ao valor recuperável para os Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (R\$ 60 em 31/03/2014).

Nota 24 - Receita de Prestação de Serviços

	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014
Serviços de Contas Correntes	2.155	1.716
Taxas de Administração	661	677
Comissões de Cobrança	297	301
Comissões de Cartões de Crédito	3.068	2.752
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	408	319
Comissão de Corretagem	58	53
Outros	463	383
Total	7.110	6.201

Nota 25 - Outras Receitas

	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014
Ganhos na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	4	3
Recuperação de Despesas	37	26
Reversão de Provisões	170	122
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais (Nota 32e)	98	-
Outros	31	64
Total	340	215

Nota 26 - Despesas Gerais e Administrativas

	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014
Despesas de Pessoal	(4.667)	(3.917)
Remuneração	(1.952)	(1.644)
Encargos	(671)	(557)
Benefícios Sociais	(591)	(505)
Planos de Aposentadoria e Benefícios Pós Emprego (Nota 29)	13	3
Benefício Definido	(3)	(9)
Contribuição Definida	16	12
Plano de Opções de Ações (Nota 22d)	(69)	(46)
Treinamento	(34)	(35)
Participações de Empregados nos Lucros	(818)	(731)
Desligamentos	(65)	(86)
Provisões Trabalhistas (Nota 32)	(480)	(316)
Despesas Administrativas	(3.417)	(3.339)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(923)	(916)
Serviços de Terceiros	(883)	(933)
Instalações	(227)	(214)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(218)	(193)
Despesas de Aluguéis	(323)	(282)
Transportes	(101)	(106)
Materiais	(87)	(86)
Despesas com Serviços Financeiros	(144)	(144)
Segurança	(165)	(153)
Concessionárias de Serviços Públicos	(93)	(74)
Despesas de Viagem	(48)	(42)
Outros	(205)	(196)
Depreciação	(399)	(408)
Amortização	(211)	(207)
Despesas de Comercialização de Seguros	(281)	(336)
Outras Despesas	(2.025)	(1.880)
Despesas relacionadas a Cartões de Crédito	(826)	(504)
Reembolso relativo à Aquisições	(1)	(27)
Perdas com fraudes com Terceiros	(101)	(135)
Prejuízo na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	(26)	(19)
Provisões Cíveis (Nota 32)	(518)	(496)
Provisões Fiscais e Previdenciárias	(144)	(291)
Ressarcimento de custos interbancários	(60)	(50)
Outros	(349)	(358)
Total	(11.000)	(10.087)

Nota 27 – Imposto de Renda e Contribuição Social

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda federal e a contribuição social sobre o lucro líquido.

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

I - Demonstração do Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social:

Devidos sobre Operações do Período	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	2.873	7.194
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes (Nota 2.4 n)	(1.149)	(2.878)
Acréscimos / Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em conjunto, Líquido	52	29
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	3.187	(413)
Juros sobre o Capital Próprio	510	428
Reorganizações Societárias (Nota 3b)	160	157
Dividendos e Juros sobre Títulos da Dívida Externa	54	41
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não tributáveis (*)	(7.021)	(413)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.207)	(3.049)
Referentes a Diferenças Temporárias		
Constituição (Reversão) do Período	4.665	34
Constituição (Reversão) de Períodos Anteriores	2.452	422
(Despesas)/Receitas de Tributos Diferidos	7.117	456
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	2.910	(2.593)

(*) Contempla (Inclusões) e Exclusões Temporárias.

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2014	Realização / Reversão	Constituição	31/03/2015
Refletido no Resultado	32.513	(3.017)	9.826	39.322
Créditos de Liquidação Duvidosa	18.909	(874)	1.261	19.296
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	5.430	(32)	5.376	10.774
Provisões para Passivos Contingentes	<u>4.298</u>	<u>(184)</u>	<u>408</u>	<u>4.522</u>
Ações Cíveis	1.818	(95)	170	1.893
Ações Trabalhistas	1.460	(79)	143	1.524
Fiscais e Previdenciárias	1.009	(10)	95	1.094
Outros	11	-	-	11
Ágio na Aquisição do Investimento	721	(315)	213	619
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	394	(129)	109	374
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	3	-	597	600
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	109	(109)	119	119
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	274	-	3	277
Outros	2.375	(1.374)	1.740	2.741
Refletido no Patrimônio Líquido	4.106	(912)	118	3.312
Reorganizações Societárias (Nota 3b)	2.514	(160)	-	2.354
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	539	-	82	621
Hedge de Fluxo de Caixa	50	-	14	64
Outros	1.003	(752)	22	273
Total (*)	36.619	(3.929)	9.944	42.634

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 37.418 e R\$ 327.

	31/12/2013	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2014
Refletido no Resultado	35.043	(12.477)	9.947	32.513
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	6.137	(714)	7	5.430
Créditos de Liquidação Duvidosa	17.896	(4.889)	5.902	18.909
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	439	(439)	109	109
Ágio na Aquisição do Investimento	1.515	(794)	-	721
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	1.479	(1.389)	304	394
Provisões para Passivos Contingentes	<u>3.973</u>	<u>(1.515)</u>	<u>1.840</u>	<u>4.298</u>
Ações Cíveis	1.706	(435)	547	1.818
Ações Trabalhistas	1.400	(894)	954	1.460
Fiscais e Previdenciárias	849	(179)	339	1.009
Outros	18	(7)	-	11
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	653	(662)	12	3
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	262	-	12	274
Outros	2.689	(2.075)	1.761	2.375
Refletida no Patrimônio Líquido	4.502	(1.291)	895	4.106
Reorganizações Societárias (Nota 3b)	3.153	(639)	-	2.514
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	814	(275)	-	539
Hedge de Fluxo de Caixa	426	(376)	-	50
Outros	109	(1)	895	1.003
Total (*)	39.545	(13.768)	10.842	36.619

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 31.129 e R\$ 201.

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2014	Realização / Reversão	Constituição	31/03/2015
Refletido no Resultado	4.735	(512)	204	4.427
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	2.508	(282)	-	2.226
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	876	(43)	50	883
Planos de Pensão	336	-	77	413
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	4	(4)	-	-
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	6	(6)	16	16
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	563	-	40	603
Outros	442	(177)	21	286
Refletido no Patrimônio Líquido	956	(28)	188	1.116
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	132	(28)	-	104
Hedge de Fluxo de Caixa	373	-	149	522
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria	442	-	9	451
Outros	9	-	30	39
Total (*)	5.691	(540)	392	5.543

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 37.418 e R\$ 327.

	31/12/2013	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2014
Refletido no Resultado	7.527	(3.289)	497	4.735
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	4.165	(1.657)	-	2.508
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	981	(155)	50	876
Planos de Pensão	355	(118)	99	336
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	392	(388)	-	4
Ajustes ao Valor de Mercado de Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos	157	(157)	6	6
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	267	-	296	563
Outros	1.210	(814)	46	442
Refletido no Patrimônio Líquido	460	-	496	956
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	64	-	68	132
Hedge de Fluxo de Caixa	84	-	289	373
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria	311	-	131	442
Outros	1	-	8	9
Total (*)	7.987	(3.289)	993	5.691

(*) O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 31.129 e R\$ 201.

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários e da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos existentes em 31/03/2015, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	Créditos Tributários					Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos		Tributos Diferidos Líquidos		
	Diferenças Temporárias	%	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	%	Total	%	%	%		
2015	7.855	25%	797	8%	8.652	20%	(1.295)	24%	7.357	20%
2016	8.424	26%	1.131	10%	9.555	23%	(1.047)	19%	8.508	23%
2017	4.692	15%	1.072	10%	5.764	14%	(1.016)	18%	4.748	13%
2018	2.484	8%	1.753	16%	4.237	10%	(291)	5%	3.946	10%
2019	2.586	8%	977	9%	3.563	8%	(327)	6%	3.236	9%
Acima de 2019	5.819	18%	5.044	47%	10.863	25%	(1.567)	28%	9.296	25%
Total	31.860	100%	10.774	100%	42.634	100%	(5.543)	100%	37.091	100%
Valor Presente (*)	27.749		8.813		36.562		(4.721)		31.841	

(*) Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e a contribuição social em razão das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e da base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Em 31/03/2015 e 31/12/2014, não existem Créditos Tributários não contabilizados.

Nota 28 - Lucro por Ação

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os períodos indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pelo número médio de ações durante os períodos, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Básico	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014
Lucro Líquido	5.673	4.551
Dividendo Mínimo não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais, segundo os Estatutos	(59)	(59)
Subtotal	5.614	4.492
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um valor por Ação igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(61)	(61)
Subtotal	5.553	4.431
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:		
Aos Detentores de Ações Ordinárias	2.813	2.247
Aos Detentores de Ações Preferenciais	2.740	2.184
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	2.874	2.308
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	2.799	2.243
Média Ponderada das Ações em Circulação (Nota 21a)		
Ações Ordinárias	2.770.034.003	2.770.034.003
Ações Preferenciais	2.698.663.248	2.691.770.276
Lucro por Ação - Básico - R\$		
Ações Ordinárias	1,04	0,83
Ações Preferenciais	1,04	0,83

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Diluído	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	2.799	2.243
Dividendo sobre as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	12	8
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais considerando as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	2.811	2.251
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	2.874	2.308
Dividendo sobre as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	(12)	(8)
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias considerando as Ações Preferenciais após Efeitos da Diluição	2.862	2.300
Média Ponderada Ajustada de Ações (Nota 21a)		
Ações Ordinárias	2.770.034.003	2.770.034.003
Ações Preferenciais	2.721.214.929	2.710.085.238
Ações Preferenciais	2.698.663.248	2.691.770.276
Ações Incrementais das Opções de Ações Concedidas segundo o Pagamento Baseado em Ações	22.551.681	18.314.962
Lucro por Ação Diluído - R\$		
Ações Ordinárias	1,03	0,83
Ações Preferenciais	1,03	0,83

Os efeitos potencialmente antidilutivos das ações do Pagamento Baseado em Ações, que foram excluídas do cálculo do lucro por ação diluído, totalizaram 7.336.529 ações preferenciais em 31/03/2015 e 11.628.812 ações preferenciais em 31/03/2014.

Nota 29 – Benefícios Pós Emprego

Nos termos do IAS 19 (R1), são apresentadas a seguir as políticas praticadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

Os valores reconhecidos no Resultado do Período e no Patrimônio Líquido – Outros Resultados Abrangentes foram os seguintes:

Total dos Valores Reconhecidos no Resultado do Período

	Benefício Definido		Contribuição Definida		Outros Benefícios		Total	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Custo Serviço Corrente	(15)	(18)	-	-	-	-	(15)	(18)
Juros Líquidos	(2)	(7)	55	49	(4)	(3)	49	39
Aportes e Contribuições	-	-	(39)	(37)	-	-	(39)	(37)
Benefícios Pagos	-	-	-	-	3	2	3	2
Total Valores Reconhecidos	(17)	(25)	16	12	(1)	(1)	(2)	(14)

Total dos Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes

	Benefício Definido		Contribuição Definida		Outros Benefícios		Total	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
	No Início do Período	(75)	(354)	(221)	(286)	(8)	7	(304)
Efeito na Restrição do Ativo	8	(453)	(12)	77	-	-	(4)	(376)
Remensurações	5	732	21	(12)	-	(15)	26	705
Total Valores Reconhecidos	(62)	(75)	(212)	(221)	(8)	(8)	(282)	(304)

a) Planos de Aposentadoria

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e algumas de suas subsidiárias patrocinam planos na modalidade de benefício definido incluindo os planos de contribuição variável, que têm por finalidade básica a concessão de benefício que, em geral, se dão na forma de renda vitalícia, podendo haver conversão em pensão por morte de acordo com o regulamento do plano. Também patrocinam planos de modalidade de contribuição definida, cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial, exceto no caso descrito na Nota 29c.

Os colaboradores contratados até 31 de julho de 2002, origem Itaú, e até 27 de fevereiro de 2009, origem Unibanco, são beneficiados pelos planos acima referidos. Os colaboradores contratados após as referidas datas contam com a opção de participar voluntariamente de um plano de contribuição variável (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A.

Os planos de benefícios são administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), com estrutura jurídica e legal independente, conforme detalhado a seguir:

Entidade	Plano de Benefício
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Complementar - PAC ⁽¹⁾ Plano de Benefício Franprev - PBF ⁽¹⁾ Plano de Benefício 002 - PB002 ⁽¹⁾ Plano Básico Itaulam - PBI ⁽¹⁾ Plano Suplementar Itaulam - PSI ⁽²⁾ Plano Itaubanco CD ⁽³⁾ Plano de Aposentadoria Itaubank ⁽³⁾ Plano BD Itaú ⁽¹⁾ Plano CD Itaú ⁽²⁾ Plano de Previdência Unibanco ⁽³⁾ Plano de Benefícios Prebeg ⁽¹⁾ Plano de Benefícios Definidos UBB PREV ⁽¹⁾ Plano de Benefícios II ⁽¹⁾
Fundação Bemgeprev	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - ACMV ⁽¹⁾
Funbep Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Benefícios Funbep I ⁽¹⁾ Plano de Benefícios Funbep II ⁽²⁾
Múltipla - Multiempresas de Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria REDECARD Básico ⁽¹⁾ Plano de Aposentadoria REDECARD Suplementar ⁽²⁾ Plano de Previdência REDECARD ⁽³⁾

(1) Plano de modalidade de benefício definido;

(2) Plano de modalidade de contribuição variável;

(3) Plano de modalidade de contribuição definida.

b) Governança

As EFPC e os planos de benefícios por elas administrados são regulados em conformidade com a legislação específica sobre a matéria. As EFPC são administradas pela Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal, cuja parte dos membros são indicados pela patrocinadora e outra eleita na condição de representantes dos participantes ativos e assistidos, nos termos dos respectivos estatutos das Entidades. As EFPC tem como objetivo principal pagar benefícios aos participantes elegíveis, nos termos do Regulamento do Plano, mantendo os ativos dos planos aplicados separadamente e de forma independente do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

c) Planos de Benefício Definido

I - Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	31/03/2015	31/03/2014
Taxa de Desconto ⁽¹⁾	10,24% a.a.	9,72% a.a.
Tábua de Mortalidade ⁽²⁾	AT-2000	AT-2000
Rotatividade ⁽³⁾	Exp.Itaú 2008/2010	Exp.Itaú 2008/2010
Crescimentos Salariais Futuros	7,12% a.a.	7,12% a.a.
Crescimentos Benefícios Previdência Social / Planos	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Inflação	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Método Atuarial ⁽⁴⁾	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

(1) A adoção dessa premissa está baseada nas taxas de juros obtidas da curva de juros reais em IPCA, para os prazos médios dos passivos dos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Em 31/12/2014 adotou-se taxa compatível com o cenário econômico observado na data base do encerramento do balanço, levando em conta a volatilidade dos mercados de juros e os modelos utilizados.

(2) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – Society of Actuaries, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas. A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

(3) A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva da massa de participantes ativos vinculados ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as quais resultaram em média 2,4% a.a. na experiência 2008/2010.

(4) No método atuarial do Crédito Unitário Projetado, a reserva matemática é definida pelo valor atual do benefício projetado multiplicado pela razão entre o tempo de serviço atingido na data de avaliação e o tempo de serviço que será atingido na data da concessão do benefício. O custeio é determinado tomando-se o valor atual do benefício projetado distribuído ao longo dos anos de atividade de cada participante.

As premissas biométricas/demográficas adotadas estão aderentes a massa de participantes de cada plano de benefícios, conforme estudos elaborados por consultoria atuarial externa e independente.

II - Exposição a Riscos - Por meio de seus planos de benefícios definidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

- **Volatilidade dos Ativos** - O passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto definida com base no rendimento dos títulos de emissão do tesouro brasileiro (títulos públicos). Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá criar um déficit. Os planos detêm uma percentagem significativa de títulos de renda fixa atrelados aos compromissos dos planos, visando minimizar a volatilidade e o risco no curto e médio prazo.

- **Mudanças no Rendimento dos Investimentos** - Uma diminuição nos rendimentos de títulos públicos implicará na redução da taxa de desconto e, por decorrência, aumentará o passivo atuarial do plano. O efeito será parcialmente compensado pelo reconhecimento destes títulos pelo valor de mercado.

- **Risco de Inflação** - A maioria dos benefícios dos planos é vinculado a índices de inflação, e uma inflação maior levará a obrigações mais elevadas. O efeito será, também, parcialmente compensado em função de uma boa parte dos ativos do plano estar atrelado a títulos públicos com atualização de índice de inflação.

- **Expectativa de Vida** - A maioria das obrigações dos planos são o de proporcionar benefícios vitalícios, por isso o aumento da expectativa de vida irá resultar em um aumento nos passivos dos planos.

III - Gestão dos Ativos dos Planos de Benefício Definido

A gestão dos recursos das EFPC tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações com pagamento de benefícios de aposentadoria, por meio da superação das metas atuariais (taxa de desconto mais índice de reajuste dos benefícios, definido nos regulamentos dos planos).

Em relação aos recursos garantidores do passivo atuarial, a gestão deve assegurar a capacidade de pagamento de benefícios de aposentadoria no longo prazo, imunizando os riscos de descasamento entre ativos e passivos por plano de previdência.

A alocação dos ativos dos planos e a meta de alocação por categoria de ativo são as seguintes:

Categorias	Valor Justo		% Alocação		
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	Meta 2015
Títulos de Renda Fixa	12.382	12.250	91,09%	91,16%	53% a 100%
Títulos de Renda Variável	659	641	4,85%	4,77%	0% a 20%
Investimentos Estruturados	22	22	0,16%	0,16%	0% a 10%
Imóveis	483	488	3,55%	3,63%	0% a 7%
Empréstimos a participantes	47	37	0,35%	0,28%	0% a 5%
Total	13.593	13.438	100,00%	100,00%	

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, de sua principal controladora (Itaúsa) e de controladas desta, com um valor justo de R\$ 572 (R\$ 554 em 31/12/2014), e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R\$ 451 (R\$ 455 em 31/12/2014).

Valor Justo

Os ativos dos planos são aqueles atualizados até a data base, como segue:

Títulos de Renda Fixa e Investimentos Estruturados - avaliados pelo valor de mercado considerando o preço médio de negociação do dia da apuração, valor líquido provável de realização obtido mediante adição técnica de apreçamento, levando em consideração, no mínimo, os prazo de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador.

Títulos de Renda Variável - avaliados pelo valor de mercado, assim entendido como a cotação média da ação do último dia útil do mês ou na data mais próxima, na bolsa de valores em que a ação tenha apresentado maior liquidez.

Imóveis - demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustados ao valor de mercado por reavaliações efetuadas no exercício de 2012, suportadas por laudos técnicos. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil do imóvel.

Empréstimos a participantes - atualizados até a data base de acordo com os respectivos contratos.

Meta de Alocação dos Recursos

A meta de alocação dos recursos está baseada em Políticas de Investimento que são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo de cada EFPC, com horizonte de cinco anos, as quais determinam diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores do passivo atuarial, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

IV- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Apresenta-se a seguir a apuração do montante líquido reconhecido no Balanço Patrimonial, correspondente aos planos de benefícios definidos:

	31/03/2015	31/12/2014
1- Ativos Líquidos dos Planos	13.593	13.438
2- Passivos Atuariais	(11.804)	(11.695)
3- Superveniência (1-2)	1.789	1.743
4- Restrição do Ativo ^(*)	(1.882)	(1.847)
5- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (3-4)	(93)	(104)
Valor Reconhecido no Ativo (Nota 20a)	256	242
Valor Reconhecido no Passivo (Nota 20b)	(349)	(346)

(*) Corresponde ao excedente do valor presente do benefício econômico disponível, em conformidade com o item 58 do IAS 19.

V- Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/03/2015				
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	13.438	(11.695)	1.743	(1.847)	(104)
Custo Serviço Corrente	-	(15)	(15)	-	(15)
Juros Líquidos ⁽¹⁾	333	(288)	45	(46)	(1)
Benefícios Pagos	(202)	202	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	15	-	15	-	15
Contribuições Participantes	3	-	3	-	3
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	7	7
Remensurações ^{(2) (3)}	6	(8)	(2)	4	2
Valor Final do Período	13.593	(11.804)	1.789	(1.882)	(93)

	31/12/2014				
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	12.512	(11.577)	935	(1.293)	(358)
Custo Serviço Corrente	-	(74)	(74)	-	(74)
Juros Líquidos ⁽¹⁾	1.178	(1.087)	91	(123)	(32)
Benefícios Pagos	(780)	780	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	81	-	81	-	81
Contribuições Participantes	15	-	15	-	15
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	(453)	(453)
Remensurações ^{(2) (3)}	432	263	695	22	717
Valor Final do Período	13.438	(11.695)	1.743	(1.847)	(104)

(1) Corresponde ao valor calculado em 01/01/2015 com base no valor inicial (Ativo Líquido, Passivos Atuariais e Restrição do Ativo), descontando-se o valor projetado dos pagamentos/recebimentos de benefícios/contribuições, multiplicado pela taxa de desconto de 10,24% a.a. (Em 01/01/2014 utilizou-se a taxa de desconto de 9,72%).

(2) As remensurações apresentadas no Ativo Líquido e na Restrição do Ativo correspondem aos rendimentos obtidos acima / abaixo do retorno esperado.

(3) O valor do retorno real dos ativos foi de R\$ 339 (R\$ 1.611 em 31/12/2014).

No período, as contribuições efetuadas totalizaram R\$ 15 (R\$ 17 de 01/01 a 31/03/2014). A taxa de contribuição é crescente em função do rendimento do participante.

Em 2015 a expectativa de contribuição aos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING é de R\$ 58.

A seguir é apresentada a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2015	845
2016	867
2017	889
2018	915
2019	942
2020 a 2024	4.812

VI- Sensibilidade da obrigação de benefício definido

O impacto, pela alteração da premissa taxa de desconto em 0,5%, que seria reconhecido no passivo atuarial dos planos bem como no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes (ORA) da patrocinadora (antes de impostos) seria de:

Alteração da Premissa	Efeito no Passivo Atuarial dos Planos		Efeito que seria Refletido no Patrimônio Líquido - ORA (*)
	Valor	Percentual sobre Passivo Atuarial	Valor
- Redução em 0,5%	668	5,73%	(315)
- Acréscimo em 0,5%	(578)	(5,22%)	331

(*) Líquido do efeito da restrição do ativo

d) Planos de Contribuição Definida

Os Planos de Contribuição Definida contam com fundos previdenciais formados pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes pela perda da elegibilidade a um benefício pelo plano, bem como de recursos oriundos dos processos de migração de planos de modalidade de benefício definido. O fundo será utilizado para os aportes e as contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

I - Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/03/2015			31/12/2014		
	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	2.438	(224)	2.214	2.361	(275)	2.086
Juros Líquidos	60	(5)	55	223	(27)	196
Aportes e Contribuições	(39)	-	(39)	(133)	-	(133)
Efeito na Restrição do Ativo	-	(12)	(12)	-	77	77
Remensurações	9	12	21	(13)	1	(12)
Valor Final do Período (Nota 20a)	2.468	(229)	2.239	2.438	(224)	2.214

No período as contribuições para os planos de contribuição definida, inclusive PGBL, totalizaram R\$ 54 (R\$ 52 de 01/01 a 31/03/2014), sendo R\$ 39 (R\$ 37 de 01/01 a 31/03/2014) oriundos dos fundos previdenciais.

e) Outros Benefícios Pós Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas subsidiárias não oferecem outros benefícios pós emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisição firmados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, bem como aqueles benefícios originados por decisão judicial, nos prazos e condições estabelecidos, em que patrocinam total ou parcialmente planos de saúde para massas específicas de ex-colaboradores e beneficiários.

Com base no relatório preparado por atuário independente, as variações nas obrigações por esses outros benefícios projetados e os montantes reconhecidos no passivo do balanço patrimonial do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são os seguintes:

I- Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/03/2015	31/12/2014
No Início do Período	(170)	(146)
Custo de Juros	(4)	(14)
Benefícios Pagos	3	9
Remensurações	-	(19)
No Final do Período (Nota 20b)	(171)	(170)

A seguir é apresentada a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2015	9
2016	10
2017	11
2018	11
2019	12
2020 a 2024	73

II- Análise de Sensibilidade - Custo de Assistência Médica

Para apuração das obrigações por benefícios projetados, além das premissas utilizadas para os planos de benefícios definidos (Nota 29c I), adota-se a premissa de crescimento do custo médico de 9,72% a.a.

Os pressupostos sobre as tendências do custo de assistência médica têm um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Reconhecimento	Aumento de 1%	Redução de 1%
Custo de Serviço e o Custo de Juros	Resultado	2	(2)
Valor Presente da Obrigação	Outros Resultados Abrangentes	21	(18)

Nota 30 – Contratos de Seguros

a) Contratos de Seguros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de suas subsidiárias, oferece ao mercado, os produtos de seguros e previdência, com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado. Os produtos são ofertados por meio das corretoras de seguros (de mercado e cativas), nos canais de agências do Itaú Unibanco e eletrônicos, observadas as suas características e atendidas exigências regulatórias.

b) Principais Produtos

I - Seguros

O contrato firmado entre partes visa proteger os bens do cliente. Mediante o pagamento de prêmio, o segurado fica protegido por meio de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, constituem provisões técnicas por elas administradas, por meio de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos.

Os riscos de seguros comercializados pelas seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING se dividem em seguros elementares, que garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, e seguros de vida, que inclui cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

Índices dos Maiores Ramos	Sinistralidade		Comercialização	
	%		%	
	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014
Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	88,2	88,4	1,4	1,4
Seguro Educacional	56,6	57,7	33,1	17,9
Compreensivo Empresarial	55,4	45,2	21,3	17,0
Turístico	54,3	40,2	5,9	6,3
Vida em Grupo	39,4	49,4	12,8	11,3
Seguro Habitacional em Apólices de Mercado - Prestamista	22,3	13,0	(3,2)	(2,1)
Extensão de Garantia - Patrimonial	18,0	17,4	64,5	63,4
Doença Grave ou Terminal	17,8	9,2	10,7	10,8
Acidentes Pessoais Individual	15,9	15,2	11,3	9,6
Vida Individual	13,5	16,5	-	-
Prestamista	13,0	13,1	21,5	22,0
Riscos Diversos	4,8	3,9	61,6	54,0
Acidentes Pessoais Coletivo	3,4	5,9	41,0	37,2
Riscos Nomeados e Operacionais	-	23,1	-	2,6
Riscos de Petróleo	-	77,9	-	12,5

II - Previdência Privada

Desenvolvido como uma solução para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, por meio de investimentos feitos a longo prazo, os produtos de Previdência Privada subdividem-se essencialmente em três grandes grupos:

- **PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres:** Tem como principal objetivo a acumulação de recursos financeiros, mas pode ser contratado com coberturas adicionais de risco. Indicado para clientes que apresentam declaração completa de IR, pois podem deduzir as contribuições feitas da base de cálculo do IR até 12% da renda bruta tributável anual.
- **VGBL – Vida Gerador de Benefícios Livres:** É um seguro estruturado na forma de plano de previdência. A sua forma de tributação difere do PGBL, neste caso, a base de cálculo são os rendimentos auferidos.

- **FGB – Fundo Gerador de Benefícios:** Plano de previdência com garantia mínima de rentabilidade e possibilidade de ganho pela performance do ativo. Uma vez reconhecida a distribuição dos ganhos a uma determinada percentagem, conforme estabelecido pela política do FGB, não é a critério da administração, mas representa uma obrigação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Apesar de existirem planos ativos, não são mais comercializados.

III- Receita de Prêmios de Seguros e Previdência Privada

Segue abaixo a receita dos principais produtos de Seguros e Previdência:

	Prêmios e Contribuições Emitidas		Resseguros		Prêmios e Contribuições Retidas	
	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014
VGBL	3.641	2.749	-	-	3.641	2.749
PGBL	388	335	-	-	388	335
Vida em Grupo	368	332	(5)	(6)	363	326
Acidentes Pessoais Coletivo	217	181	-	(1)	217	180
Prestamista	206	190	(3)	-	203	190
Extensão de Garantia - Patrimonial	70	380	-	-	70	380
Pensão Pecúlio Invalidez	57	43	(2)	(1)	55	42
Seguro Habitacional Apólices Mercado - Prestamista	52	44	(7)	(6)	45	38
Acidentes Pessoais Individual	50	42	-	(1)	50	41
Riscos Diversos	42	43	-	(3)	42	40
Doenças Graves ou Terminais	40	34	-	-	40	34
Rendas de Eventos Aleatórios	33	27	-	(1)	33	26
Tradicional	33	33	-	-	33	33
Crédito Interno	29	18	-	-	29	18
Seguro Habitacional Apólices Mercado - Demais Coberturas	15	14	-	(4)	15	10
Terrestre (DPVAT)	14	48	-	-	14	48
Compreensivo Empresarial	13	32	-	(7)	13	25
Turístico	9	6	-	-	9	6
Vida Individual	3	4	-	-	3	4
Riscos Nomeados e Operacionais	-	152	-	(126)	-	26
Riscos de Petróleo	-	80	-	(70)	-	10
Demais Ramos	63	254	(2)	(86)	61	168
Total	5.343	5.041	(19)	(312)	5.324	4.729

c) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As Provisões Técnicas de Seguros e Previdência são calculadas de acordo com notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP e critérios estabelecidos pela legislação vigente.

I - Seguros e Previdência

- **Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG)** – constituída, com base nos prêmios de seguros, para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. O cálculo é realizado no nível de apólice ou endosso dos contratos vigentes, pelo critério *pro rata-die*. A provisão contempla estimativa para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE).
- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** - constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a pagamentos únicos e rendas vencidas de sinistros avisados até a data-base de cálculo, porém ainda não pagos. A provisão abrange os sinistros administrativos e judiciais, bruta das operações de cosseguro aceito e das operações de resseguro e líquida das operações de cosseguro cedido. A provisão contempla, quando necessário, os ajustes de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo de regulação até a sua liquidação final.
- **Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, bruta das operações de cosseguro aceito e das operações de resseguro e líquida das operações de cosseguro cedido.
- **Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC)** - constituída para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício e/ou da indenização. A provisão é calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do produto.
- **Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)** - constituída para a cobertura dos compromissos de pagamento de indenizações e/ou benefícios assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, depois de ocorrido o evento. A provisão é calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do produto.
- **Provisão de Excedentes Financeiros (PEF)** – constituída, caso haja previsão contratual, para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit financeiro. Corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida no produto.
- **Outras Provisões Técnicas (OPT)** – constituída quando constatada insuficiência de prêmios ou contribuições relacionadas ao pagamento de benefícios e indenizações.
- **Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)** – constituída por valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios ou fundos, às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a sociedade seguradora ou entidade aberta de previdência complementar receptora e aos prêmios recebidos e não cotizados.
- **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a benefícios e indenizações, em função de eventos ocorridos e a ocorrer.

II – Movimentação das Provisões de Seguros e Previdência Privada

Abaixo segue detalhes da movimentação e dos saldos das Provisões de Seguros e Previdência Privada:

II.I - Movimentação das Provisões Técnicas

	31/03/2015				31/12/2014			
	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total
	Saldo Inicial	5.872	28.228	75.678	109.778	10.275	25.252	63.496
(+) Adições Decorrentes de Prêmios / Contribuições	1.204	478	3.641	5.323	7.267	2.034	13.541	22.842
(-) Diferimento pelo Risco Decorrido	(1.425)	(57)	-	(1.482)	(7.154)	(192)	-	(7.346)
(-) Pagamento de Sinistros / Benefícios	(346)	(46)	(3)	(395)	(2.395)	(204)	(10)	(2.609)
(+) Sinistros Avisados	421	-	-	421	2.219	-	-	2.219
(-) Resgates	(1)	(403)	(2.037)	(2.441)	(1)	(1.249)	(7.929)	(9.179)
(+/-) Portabilidades Líquidas	-	70	94	164	-	266	347	613
(+) Atualização das Provisões e Excedente Financeiro	2	736	1.995	2.733	7	2.249	6.319	8.575
(+/-) Desenvolvimento de Negócios (Notas 3e e i)	-	-	-	-	(4.402)	-	-	(4.402)
(+/-) Outras (Constituição/Reversão)	(311)	13	(13)	(311)	56	72	(86)	42
Provisão de Seguros e Previdência Privada	5.416	29.019	79.355	113.790	5.872	28.228	75.678	109.778

II.II - Saldo das Provisões Técnicas

	Seguros		Previdência		Total	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Prêmios não Ganhos	3.792	4.015	13	12	3.805	4.027
Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos	13	13	106.740	102.311	106.753	102.324
Resgates e Outros Valores a Regularizar	21	21	181	168	202	189
Excedente Financeiro	1	1	528	519	529	520
Sinistros a Liquidar ⁽¹⁾	692	760	15	15	707	775
Sinistros / Eventos Ocorridos e não Avisados - IBNR	469	635	19	19	488	654
Despesas Relacionadas e Administrativas	40	42	72	70	112	112
Outras Provisões	388	385	806	792	1.194	1.177
Total ⁽²⁾	5.416	5.872	108.374	103.906	113.790	109.778

(1) A Provisão de Sinistros a Liquidar está demonstrada na Nota 30e.

(2) Este quadro contempla as alterações regulamentadas pela Circular Susep nº 462, de 01/03/2013, inclusive para fins comparativos.

d) Despesa de Comercialização Diferida

Os custos de aquisição diferidos de seguros diretos são os custos, diretos e indiretos, incorridos para vender, subscrever e iniciar um novo contrato de seguro.

Os custos diretos, basicamente, estão representados pelas comissões pagas a corretores, agenciamento e angariação e são diferidas para amortização proporcional ao reconhecimento da receita de prêmio ganho, ou seja, em função do decurso da vigência do risco, pelo prazo correspondente ao contrato de seguros, conforme normas de cálculos vigentes.

Os saldos estão registrados no ativo bruto de resseguros e sua movimentação está demonstrada no quadro a seguir:

Saldo em 01/01/2015	1.647
Constituições	288
Amortizações	(468)
Saldo em 31/03/2015	1.467
Saldo a amortizar até 12 meses	925
Saldo a amortizar após 12 meses	542
Saldo em 01/01/2014	2.205
Constituições	1.747
Amortizações	(2.263)
Reorganização Societária	31
Venda da Carteira de Grandes Riscos	(73)
Saldo em 31/12/2014	1.647
Saldo a amortizar até 12 meses	972
Saldo a amortizar após 12 meses	675

Os valores de despesas de comercialização diferida de resseguros estão demonstrados na Nota 30I.

e) Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Mudanças podem ocorrer no montante de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao final de cada fechamento anual. A tabela abaixo demonstra este desenvolvimento pelo método dos sinistros cadastrados. A parte superior da tabela abaixo ilustra como a estimativa do sinistro se desenvolve através do tempo. A parte inferior da tabela reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço.

Os valores apresentados nas tabelas expressam a posição de 31/12/2014, uma vez que os cálculos atuariais são realizados semestralmente:

I - Bruto de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar ^(*)	775
(-) Operações DPVAT	148
(-) IBNER (sinistros não suficientemente avisados)	126
(-) Retrocessão e Outras Estimativas	3
Passivo Apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (Ia + Ib)	498

(*) Sinistros a Liquidar bruto de resseguros, demonstrados na Nota 30c II.II de 31/12/2014.

Ia - Sinistros Administrativos - Bruto de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	Total
No Final do Ano de Divulgação	965	931	1.065	1.144	1.187	
1 ano depois	931	937	1.058	1.221	-	
2 anos depois	934	938	1.063	-	-	
3 anos depois	937	940	-	-	-	
4 anos depois	938	-	-	-	-	
Estimativa Corrente	938	940	1.063	1.221	1.187	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	934	931	1.057	1.210	973	5.105
Passivo Reconhecido no Balanço	4	9	6	11	214	244
Passivo em Relação a Anos Anteriores						16
Total de Sinistros Administrativos Incluso no Balanço						260

Ib - Sinistros Judiciais - Bruto de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	Total
No Final do Ano de Divulgação	19	26	47	23	22	
1 ano depois	33	52	54	47	-	
2 anos depois	45	59	63	-	-	
3 anos depois	50	66	-	-	-	
4 anos depois	54	-	-	-	-	
Estimativa Corrente	54	66	63	47	22	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	33	36	43	31	10	153
Passivo Reconhecido no Balanço	21	30	20	16	12	99
Passivo em Relação a Anos Anteriores						139
Total de Sinistros Judiciais Incluso no Balanço						238

II - Líquido de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar ⁽¹⁾	775
(-) Operações DPVAT	148
(-) IBNER	126
(-) Resseguros ⁽²⁾	27
(-) Retrocessão e Outras Estimativas	3
Passivo apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (IIa + IIb)	471

(1) Provisão refere-se a Sinistros a Liquidar demonstrados na Nota 30c II.II em 31/12/2014.

(2) Operações de resseguros demonstradas na Nota 30I III em 31/12/2014.

IIa - Sinistros Administrativos - Líquido de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	Total
No Final do Ano de Divulgação	949	917	1.022	1.112	1.165	
1 ano depois	915	917	1.012	1.188	-	
2 anos depois	922	918	1.017	-	-	
3 anos depois	925	920	-	-	-	
4 anos depois	925	-	-	-	-	
Estimativa Corrente	925	920	1.017	1.188	1.165	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	921	914	1.011	1.177	956	4.979
Passivo Reconhecido no Balanço	4	6	6	11	209	236
Passivo em Relação a anos Anteriores						9
Total de Sinistros Administrativos Incluso no Balanço						245

IIb - Sinistros Judiciais - Líquido de Resseguro

Data de Cadastro	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	Total
No Final do Ano de Divulgação	19	26	46	23	22	
1 ano depois	32	51	53	47	-	
2 anos depois	45	58	62	-	-	
3 anos depois	50	65	-	-	-	
4 anos depois	53	-	-	-	-	
Estimativa Corrente	53	65	62	47	22	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	32	36	43	31	10	152
Passivo Reconhecido no Balanço	21	29	19	16	12	97
Passivo em Relação a Anos Anteriores						129
Total de Sinistros Judiciais Incluso no Balanço						226

Na composição da tabela de desenvolvimento de sinistros foram excluídos os sinistros históricos da operação de seguros de grandes riscos conforme informado na Nota 3i.

A abertura da tabela de desenvolvimento de sinistros entre administrativo e judicial evidencia a realocação dos sinistros administrativos até determinada data base e que se tornam judiciais após, o que pode induzir a uma falsa impressão de necessidade de ajuste nas provisões em cada abertura.

f) Teste de Adequação de Passivo

Conforme estabelecido no IFRS 4 – Contratos de Seguros, a seguradora deverá realizar o Teste de Adequação de Passivos, confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa de suas obrigações futuras. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio é o requisito mínimo para realização do teste de adequação.

O Teste de Adequação de Passivo não indicou insuficiência neste período.

As premissas utilizadas no teste são revistas periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da experiência das subsidiárias, representando, desta forma, as melhores estimativas para as projeções dos fluxos de caixa.

Metodologia e Agrupamento do Teste

A metodologia para teste de todos os produtos é baseada em projeção de fluxos de caixa. Especificamente para os produtos de seguros, os fluxos de caixa foram projetados utilizando o método conhecido como triângulo de run-off com periodicidade trimestral. Para os produtos de previdência, os fluxos de caixa da fase de diferimento e da fase de concessão são testados separadamente.

O critério de agrupamento de riscos aplicado considera grupos sujeitos a riscos similares e gerenciados em conjunto como uma única carteira.

Tábuas Biométricas

As tábuas biométricas vêm a ser instrumentos para se medir o risco biométrico representado pela probabilidade de morte, sobrevivência ou invalidez de um participante.

Para as estimativas de morte e sobrevivência são utilizadas as tábuas BR-EMS vigentes, ajustadas por critério de desenvolvimento das expectativas de longevidade da Escala G, e para as estimativas de entrada em invalidez é utilizada a tábua Álvaro Vindas.

Taxa de Juros Livre de Risco

A relevante estrutura a termo de taxa de juros livre de risco (ETTJ) vêm a ser um indicador do valor puro do dinheiro no tempo usado para precificar o conjunto dos fluxos de caixa projetados.

A ETTJ foi obtida da curva de títulos considerados sem risco de crédito disponíveis no mercado financeiro brasileiro e fixada conforme metodologia interna do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, considerando a adição de spread que levou em conta o impacto do resultado de mercado dos títulos *Held to Maturity* (mantidos até o vencimento) da carteira de Ativos Garantidores.

Taxa de Conversão em Renda

A taxa de conversão em renda representa a expectativa de conversão dos saldos acumulados pelos participantes em benefício de aposentadoria. A decisão de conversão em renda por parte dos participantes é influenciada por fatores comportamentais, econômicos e tributários.

Outras Premissas

Despesas relacionadas, cancelamentos e resgates parciais, aportes e contribuições futuras, dentre outros, são premissas que impactam na estimativa de fluxos de caixa projetados à medida que representam despesas e receitas oriundas dos contratos de seguros assumidos.

g) Risco de Seguro - Efeito de Mudanças nas Premissas Atuariais

Os seguros de danos são seguros de curta duração e as principais premissas atuariais envolvidas no gerenciamento e apuração de seus riscos são frequência de sinistros e severidade. Volatilidade acima do esperado em quantidade de sinistros e/ou montante de indenizações pode resultar em perdas não esperadas.

Os seguros de vida e previdência são produtos, em geral, de média ou longa duração e os principais riscos envolvidos no negócio podem ser classificados como risco biométrico, risco financeiro e risco comportamental.

Risco biométrico refere-se a: i) aumento acima do esperado nas expectativas de longevidade em produtos com cobertura por sobrevivência (previdência, em sua maioria); ii) queda acima do esperado nas expectativas de mortalidade em produtos com cobertura por morte (seguros de vida, em sua maioria).

Produtos que oferecem uma garantia financeira predefinida em contrato envolvem um risco financeiro intrínseco ao seu risco de subscrição, sendo esse risco considerado como risco de seguro.

Risco comportamental refere-se ao aumento acima do esperado nas taxas de conversão em renda, resultando em aumento nas despesas com pagamento de benefícios de aposentadoria.

As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em *benchmarks* de mercado e na experiência do atuário.

Para mensurar o efeito de mudanças nas principais premissas atuariais, foram realizados testes de sensibilidade nos valores das estimativas correntes dos fluxos de caixa das obrigações futuras. A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio líquido na data do balanço. Este tipo de análise comumente se dá na condição *ceteris paribus*, onde se mede a sensibilidade de um sistema quando se mexe em uma variável de interesse mantidas inalteradas todas as outras. Os resultados encontrados estão evidenciados no quadro a seguir:

A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio líquido na data do balanço. Os resultados foram os seguintes:

Teste de Sensibilidade	Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido ⁽¹⁾					
	31/03/2015 ⁽²⁾			31/12/2014		
	Previdência Complementar e Vida com Cobertura por Sobrevivência	Seguros		Previdência Complementar e Vida com Cobertura por Sobrevivência	Seguros	
	Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros		Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros	
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	3	(5)	(5)	3	(5)	(5)
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	(3)	5	5	(3)	5	5
Cenário com acréscimo de 0,1% na Taxa de Juros Livre de Risco	30	7	7	30	7	7
Cenário com decréscimo de 0,1% na Taxa de Juros Livre de Risco	(31)	(7)	(7)	(31)	(7)	(7)
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	(11)	-	-	(11)	-	-
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	11	-	-	11	-	-
Cenário com acréscimo de 5% nos Sinistros	-	(62)	(59)	-	(62)	(59)
Cenário com decréscimo de 5% nos Sinistros	-	62	59	-	62	59

(1) Valores líquidos dos efeitos tributários.

(2) Os valores apresentados na tabela expressam a posição de 31/12/2014, uma vez que os cálculos atuariais são realizados semestralmente.

h) Riscos das Operações de Seguros e Previdência

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas comerciais e financeiras.

Os produtos de grandes riscos são distribuídos por corretores. No caso do produto garantia estendida, o produto é ofertado pela empresa varejista que comercializa o bem de consumo. A produção de DPVAT é oriunda da participação que as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem na Seguradora Líder dos Consórcios de DPVAT.

Não há concentração de produtos em relação ao prêmio de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de distribuição. Para os produtos de grandes riscos adotava-se a estratégia de menor retenção, conforme alguns ramos demonstrados abaixo:

	01/01 a 31/03/2015			01/01 a 31/03/2014		
	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)
Danos						
Extensão de Garantia	70	70	100,0	380	380	100,0
Prestamista	206	203	99,0	190	190	100,0
DPVAT	14	14	100,0	48	48	100,0
Pessoas						
Vida em Grupo	368	363	99,0	332	326	98,2
Acidentes Pessoais Coletivo	217	217	100,0	181	180	99,5
Acidentes Pessoais Individual	50	50	100,0	42	41	97,6
Vida Individual	3	3	100,0	4	4	100,0
Grandes Riscos						
Riscos Nomeados e Operacionais	-	-	-	152	26	17,1
Riscos de Petróleo	-	-	-	80	10	12,5
Riscos de Engenharia	-	-	-	20	2	9,2

i) Estrutura de Gerenciamento de Seguros, Previdência e Capitalização

Os produtos que compõem as carteiras das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estão relacionados aos seguros de vida e elementares, aos de previdência privada e aos produtos de capitalização. Deste modo, entendemos que os principais riscos inerentes a estes produtos são:

- Risco de subscrição é a possibilidade de perdas decorrentes de operações de seguro, previdência e capitalização que contrariem as expectativas da organização, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições e provisões.
- Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado dos ativos e passivos que compõem as reservas técnicas atuarias.
- Risco de crédito é a possibilidade de não cumprimento, por determinado devedor, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam negociação de ativos financeiros ou de resseguros.
- Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem a realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais das operações de seguros, previdência e capitalização.
- Risco de liquidez nas operações de seguros é a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar tempestivamente suas obrigações perante segurados e beneficiários de fundos de pensão decorrente da falta de liquidez dos ativos que compõem as reservas técnicas atuarias.

j) Papéis e Responsabilidades

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais e para garantir que os riscos oriundos dos produtos de seguros, previdência e capitalização sejam adequadamente identificados, mensurados, avaliados, reportados e aprovados nos fóruns pertinentes, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura de gerenciamento de riscos, cujas diretrizes são estabelecidas em normativo institucional, aprovado pelo Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias expostas aos riscos de seguros, previdência e capitalização, no Brasil e exterior.

O processo de gerenciamento dos riscos de seguros, previdência e capitalização é baseado em responsabilidades definidas e distribuídas entre as áreas de controle e de negócios, assegurando a independência entre elas.

Ainda como parte do processo de gerenciamento de riscos, existe uma estrutura de órgãos colegiados onde as decisões podem chegar às comissões superiores, garantindo assim o cumprimento das diversas exigências internas e regulatórias, bem como decisões equilibradas em relação a riscos.

A administração da empresa trabalha em conjunto com o gestor de investimentos com o objetivo de assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do seu passivo visando o seu equilíbrio atuarial e a solvência no longo prazo.

Anualmente elabora-se mapeamento detalhado dos passivos dos produtos de longo prazo que resulta em fluxos de pagamento de benefícios futuros projetados. Esse mapeamento é feito a partir de premissas atuariais.

O gestor de investimentos, de posse dessas informações, utiliza modelos de *Asset Liability Management* para encontrar a melhor composição da carteira de ativos que permita neutralizar os riscos contidos nesse tipo de produto, considerando a sua viabilidade econômico-financeira no longo prazo. As carteiras de ativos garantidores são rebalanceadas periodicamente em função das oscilações de preço no mercado de ativos, das necessidades de liquidez da empresa e das alterações nas características do passivo.

k) Risco de Mercado, Crédito e Liquidez

Risco de Mercado

As análises do risco de mercado, em relação às operações de seguros, são realizadas com base nas seguintes métricas e medidas de sensibilidade e de controle de perdas: Valor em Risco (*VaR – Value at Risk*), Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse), Sensibilidade (DV01 – *Delta Variation*) e Concentração. Para visão detalhada das métricas, consultar Nota 36 – Risco de Mercado. Na tabela, apresenta-se a análise de sensibilidade (DV01 – *Delta Variation*) em relação às operações de seguros, que demonstra o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou taxa do indexador e 1 ponto percentual no preço de ações e moedas.

Classe	(R\$ milhões)			
	31/03/2015		31/12/2014	
	Saldo Contábil	DV01	Saldo Contábil	DV01
Título Público				
NTN-C	4.346	(3,33)	4.299	(3,39)
NTN-B	2.077	(2,26)	1.950	(2,17)
LTN	-	-	0	(0,00)
Título Privado				
Indexado a IPCA	337	(0,21)	337	(0,22)
Indexado a PRE	66	(0,01)	64	(0,01)
Ações	0	0,00	2	0,02
Ativos Pós-Fixados	8.232	-	8.177	-
Compromissadas Over	5.830	-	7.746	-

Risco de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING identifica o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez para as operações de seguros é feito de forma contínua, a partir do monitoramento do fluxo de pagamentos relativo aos seus passivos, vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela carteira de ativos financeiros.

Os ativos financeiros são gerenciados com o objetivo de otimizar a relação entre o risco e o retorno dos investimentos, levando em conta, de forma parcimoniosa, as características dos seus passivos. O controle integrado de risco, leva em conta os limites de concentração por emissor e risco de crédito, as sensibilidades e limites de risco de mercado e o controle de risco de liquidez dos ativos. Dessa forma, os investimentos são concentrados em títulos públicos e privados com boa qualidade de crédito em mercados ativos e líquidos, mantendo montante considerável investido em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às necessidades regulares e contingenciais de liquidez. Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua um constante monitoramento das condições de solvência de suas operações de seguros.

Passivo	Ativo	31/03/2015			31/12/2014		
		Valor do Passivo ⁽¹⁾	DU do Passivo ⁽²⁾	DU do Ativo ⁽²⁾	Valor do Passivo ⁽¹⁾	DU do Passivo ⁽²⁾	DU do Ativo ⁽²⁾
Operações de Seguros	Ativo Garantidor						
Prêmios não Ganhos	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	3.792	15,7	12,6	4.014	15,8	12,1
IBNR, PDR e PSL	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	1.198	15,9	15,8	1.435	15,8	14,9
Outras Provisões	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	388	109,7	21,1	388	108,7	21,8
Subtotal	Subtotal	5.378			5.837		
Operações de Previdência, VGBL e Vida Individual							
Despesas Relacionadas	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	72	92,0	92,1	70	92,0	94,1
Prêmios não Ganhos	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	13	-	13,1	14	-	12,2
Sinistros Liquidar	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	17	-	13,0	17	-	12,2
IBNR	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	20	12,1	13,1	20	12,1	12,2
Resgates e Outros Valores a Regularizar	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	202	-	13,0	188	-	12,2
Matemática de Benefícios Concedidos	LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debentures	1.269	91,9	92,3	1.254	92,0	94,4
Matemática de Benefícios a Conceder-PGBL/VGBL	LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debentures ⁽³⁾	101.481	169,5	16,2	97.141	169,6	14,8
Matemática de Benefícios a Conceder-Tradicionais	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, Debentures	4.003	187,7	81,6	3.926	187,7	86,6
Outras Provisões	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures	806	187,7	81,6	791	187,7	86,6
Excedente Financeiro	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures	529	187,4	81,5	520	187,4	86,4
Subtotal	Subtotal	108.412			103.941		
Total Reservas Técnicas	Total Ativos Garantidores	113.790			109.778		

(1) Valores Brutos de Direitos Creditórios, Depósitos Judiciais e Resseguro

(2) DU = Duration em meses.

(3) Desconsidera as reservas de PGBL / VGBL alocadas em renda variável.

Risco de Crédito

I - Discriminação dos Resseguradores

A divisão dos riscos cedidos as resseguradoras e a classificação destas de acordo com a agência de rating Standard & Poor's é apresentada a seguir:

- **Operações de Seguros:** As operações de prêmios emitidos de resseguro estão representadas basicamente por: IRB Brasil Resseguros com 86,70% (38,57% em 31/12/2014) e Munich Re do Brasil com 13,23% (5,34% em 31/12/2014). Somente para 31/12/2014, Lloyd's (A+) com 17,48%, Mapfre Re, Cia de Reaseguros,S.A. (A) com 4,21% e American Home Assurance Company (A) com 4,01%.
- **Operações de Previdência:** As operações de previdência referentes aos prêmios emitidos de resseguro estão representadas em sua totalidade por General Reinsurance AG com 50% (50% em 31/12/2014) e Munich Re do Brasil com 50% (50% em 31/12/2014). Nas operações de seguros, os repasses de prêmio de resseguro estão distribuídos em Munich Re do Brasil 60,30% (55,46% em 31/12/2014) e IRB Brasil Resseguros com 39,70% (44,54% em 31/12/2014).

II - Nível de risco dos ativos financeiros

O quadro abaixo apresenta a carteira dos ativos financeiros das operações de seguros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

31/03/2015							
Classificação Interna ^(*)	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	7.816	70.776	-	105	2.434	4.020	85.151
Médio	-	1	-	-	-	-	1
Alto	-	2	-	-	-	-	2
Total	7.816	70.779	-	105	2.434	4.020	85.154
%	9,2	83,1	-	0,1	2,9	4,7	100,0

(*) A Classificação Interna dos níveis de risco, com as devidas probabilidades de inadimplência associadas, está detalhada na Nota 36.

31/12/2014							
Classificação Interna ^(*)	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	9.721	66.781	-	105	2.389	3.958	82.954
Médio	-	3	-	-	-	-	3
Alto	-	3	-	-	-	-	3
Total	9.721	66.787	-	105	2.389	3.958	82.960
%	11,7	80,5	-	0,1	2,9	4,8	100,0

(*) A Classificação Interna dos níveis de risco, com as devidas probabilidades de inadimplência associadas, está detalhada na Nota 36.

I) Resseguro

As despesas e receitas originadas na cessão de prêmios de resseguro são registradas observando assim o regime de competência não ocorrendo compensação de ativos e passivos relacionados de resseguro, salvo previsão contratual de compensação de contas entre as partes. As análises de resseguro são realizadas para atender as necessidades atuais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantendo a flexibilidade necessária caso ocorram mudanças de estratégia da administração em resposta aos diversos cenários que esta possa estar exposta.

Ativos de Resseguro

Os ativos de resseguro representam os valores estimados a recuperar das resseguradoras decorrentes das perdas ocorridas. Tais ativos são registrados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos, e para os casos de perdas efetivamente pagas são reavaliadas transcorridos 365 dias quanto a possibilidade de não recuperação destes, em casos de dúvidas tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Resseguro Cedido

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING cede, no curso normal de suas operações, prêmios de resseguros para cobertura de perdas sobre riscos subscritos aos seus segurados e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. Além dos contratos proporcionais são também firmados contratos não proporcionais que transferem parte da responsabilidade à companhia resseguradora sobre perdas que ultrapassem um determinado nível de sinistros na carteira. Os prêmios de resseguro não proporcional são incluídos em Outros Ativos - Despesas Antecipadas e amortizados em Outras Despesas Operacionais ou de acordo com o prazo de vigência do contrato pelo regime de competência diária.

I - Operações com Resseguradoras - Movimentação

	Créditos		Débitos	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	262	297	610	631
Contratos Emitidos	-	-	15	983
Sinistros a Recuperar	1	(16)	-	1
Antecipação / Pagamentos ao Ressegurador	6	-	(9)	(1.006)
Atualização Monetária e Juros de Sinistros	-	-	(1)	-
Outras Constituições / Reversões	-	(19)	(2)	1
Reorganização Societária	(248)	-	(540)	-
Saldo Final	21	262	73	610

II - Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas - Saldo

	31/03/2015	31/12/2014
Sinistros de Resseguros	58	2.456
Prêmios de Resseguros	8	949
Comissão de Resseguros	-	(37)
Saldo Final	66	3.368

III - Provisões Técnicas - Sinistros de Resseguros - Movimentação

	31/03/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	2.456	2.729
Sinistros Avisados	16	340
Sinistros Pagos	(5)	(737)
Outras Constituições / Reversões	(15)	30
Atualização Monetária e Juros de Sinistros	-	94
Reorganização Societária	(2.394)	-
Saldo Final (*)	58	2.456

(*) Inclui Provisão Despesas de Sinistros, IBNER (Provisão de Sinistros não Suficientemente Avisados), IBNR (Provisão de Sinistros não Avisados), não contemplados da tabela de desenvolvimento de sinistros líquido de resseguros Nota 30 eII.

IV - Provisões Técnicas - Prêmios de Resseguros - Movimentação

	31/03/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	949	979
Constituições	14	889
Reversões	(14)	(919)
Reorganização Societária	(941)	-
Saldo Final	8	949

V - Provisões Técnicas - Comissão de Resseguros - Movimentação

	31/03/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	(37)	(47)
Constituições	1	44
Reversões	(1)	(34)
Reorganização Societária	37	-
Saldo Final	-	(37)

m) Entidades Reguladoras

As operações de seguros são reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estas entidades são responsáveis pela regulamentação do mercado e conseqüentemente auxiliam na mitigação dos riscos inerentes do negócio.

O CNSP é o órgão normativo das atividades de seguros do país, foi criado pelo Decreto-Lei nº 73, de 21/11/1966. A principal atribuição do CNSP, na época da sua criação, era a de fixar as diretrizes e normas da política governamental para os segmentos de Seguros Privados, tendo posteriormente, com o advento da Lei nº 6.435, de 15/07/1977, suas atribuições se estendido à Previdência Privada, no âmbito das entidades abertas.

A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro e resseguro. Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21/11/1966, que também instituiu o Sistema Nacional de Seguros Privados, do qual fazem parte o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, o IRB Brasil Resseguros S.A. - IRB Brasil Re, as sociedades autorizadas a operar em seguros privados e as entidades de previdência privada aberta.

Nota 31 – Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	31/03/2015		31/12/2014	
	Valor Contábil	Valor Justo estimado	Valor Contábil	Valor Justo estimado
Ativos Financeiros				
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Banco Central	81.922	81.922	80.633	80.633
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	25.903	25.903	23.081	23.081
Aplicações no Mercado Aberto	201.307	201.307	208.918	208.918
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação ^(*)	138.260	138.260	132.944	132.944
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado ^(*)	426	426	733	733
Derivativos ^(*)	24.634	24.634	14.156	14.156
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda ^(*)	83.527	83.527	78.360	78.360
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	37.702	37.437	34.434	34.653
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	444.699	446.388	430.039	432.544
Outros Ativos Financeiros	54.301	54.301	53.649	53.649
Passivos Financeiros				
Depósitos	298.652	298.816	294.773	294.924
Captação no Mercado Aberto	293.867	293.867	288.683	288.683
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação ^(*)	359	359	520	520
Derivativos ^(*)	30.931	30.931	17.350	17.350
Recursos de Mercados Interbancários	131.108	130.389	122.586	122.016
Recursos de Mercados Institucionais	79.810	79.083	73.242	72.391
Passivos de Planos de Capitalização	3.077	3.077	3.010	3.010
Outros Passivos Financeiros	67.441	67.441	71.492	71.492

^(*) Estes ativos e passivos são registrados no balanço pelo seu Valor Justo.

Os Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial (Nota 36) são representados por Cartas de Crédito em Aberto (*standby*) e Garantias Prestadas no total de R\$ 75.289 (R\$ 73.759 em 31/12/2014) com o valor justo estimado de R\$ 1.096 (R\$ 1.140 em 31/12/2014).

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- Disponibilidades, Depósitos Compulsórios no Banco Central, Aplicações no Mercado Aberto, Captação no Mercado Aberto e Passivos de Capitalização** - O valor contábil desses instrumentos se aproxima de seu valor justo.
- Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, Depósitos, Recursos de Mercados Interbancários e Recursos de Mercados Institucionais** – ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os valores justos efetuando o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando-se as taxas de juros do mercado.
- Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, inclusive Derivativos (Ativos e Passivos), Ativos Financeiros designados ao Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação** – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Na ausência de preço cotado na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado (corretoras). Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado. Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:
 - Swaps:** Seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na BM&FBOVESPA, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de *swaps* de moeda, *swaps* de taxa de juros e *swaps* com base em outros fatores de risco (*commodities*, índices de bolsas, etc.).

- **Futuros e Termo:** Cotações em bolsas ou utilizando-se critério idêntico ao utilizado nos *swaps*.
- **Opções:** Seus valores justos são apurados com base em modelos matemáticos (como o da Black&Scholes) que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Os preços de mercado corrente das opções são utilizados para calcular as volatilidades implícitas. Todos esses dados são obtidos de diferentes fontes (geralmente a Bloomberg).
- **Crédito:** Estão inversamente relacionados à probabilidade de inadimplência (PD) em um instrumento financeiro sujeito a risco de crédito. O processo de reajuste a preço de mercado desses *spreads* se baseia nas diferenças entre as curvas de rentabilidade sem risco e as curvas de rentabilidade ajustadas pelo risco de crédito.

d) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro - O valor justo é estimado por grupos de empréstimos com características financeiras e de risco similares utilizando modelos de valorização. O valor justo dos empréstimos de taxa fixa foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros próximas as taxas atuais do ITAU UNIBANCO HOLDING para empréstimos similares. Para a maior parte dos empréstimos à taxa variável, o valor contábil foi considerado como próximo de seu valor justo. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso normal foi calculado pelo desconto dos pagamentos previstos de principal e de juros até o vencimento, com as taxas indicadas acima. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso anormal foi baseado no desconto dos fluxos de caixa previstos, com a utilização de uma taxa proporcional ao risco associado aos fluxos de caixa estimados, ou no valor da garantia subjacente. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas do tomador.

e) Depósitos - O valor justo dos depósitos de taxa fixa que possuem data de vencimento foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros próximas as taxas atuais do ITAU UNIBANCO HOLDING para captações similares. Depósitos a vista não são considerados na estimativa de valor justo. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas de cada operação.

f) Outros Ativos/Passivos Financeiros – basicamente compostos de recebíveis de emissores de cartão de crédito, depósitos em garantia de passivos contingentes e negociação e intermediação de valores mobiliários. Os valores contábeis desses ativos/passivos aproximam-se significativamente de seus valores justos, uma vez que basicamente representam valores a serem recebidos no curto prazo de titulares de cartões de crédito e a serem pagos a emissores de cartões de créditos, depósitos exigidos judicialmente (indexado a taxas de mercado) feitos pelo ITAU UNIBANCO HOLDING como garantia de ações judiciais ou recebíveis no curto prazo (geralmente com vencimento de aproximadamente 5 (cinco) dias úteis). Todos esses itens representam ativos/passivos sem riscos significativos de mercado, de crédito e de liquidez.

De acordo com o IFRS, o ITAU UNIBANCO HOLDING classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

Nível 1: As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de apreçamento continuamente.

Nível 2: As informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.

Nível 3: As informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Designados ao Valor Justo através do Resultado:

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo. Neste nível foram classificados a maioria dos títulos do governo brasileiro, outros títulos estrangeiros do governo, ações e debêntures negociados em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as informações de apreçamento não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apreçamento obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como Bloomberg, Reuters e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos por certos títulos do governo brasileiro, debêntures, alguns títulos do governo cotados em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no Nível 1, e alguns preços das ações em fundos de investimentos. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não detém posições em fundos de investimentos alternativos ou em fundos de participação em empresas de capital fechado.

Nível 3: Quando não houver informações de apreçamento em um mercado ativo, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING usa modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário. No Nível 3 são classificados alguns títulos do governo brasileiro e privados com vencimentos após 2025 e que não são geralmente negociados em um mercado ativo.

Derivativos:

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no Nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos não negociados em bolsas de valores, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima o valor justo por meio da adoção de diversas técnicas como o Black&Scholes, Garman & Kohlhagen, Monte Carlo ou até mesmo os modelos de fluxo de caixa descontados geralmente adotados no mercado financeiro. Os derivativos incluídos no Nível 2 são *swaps* de inadimplência de crédito, *swaps* de moeda cruzada, *swaps* de taxa de juros, opções de *plain vanilla*, alguns *forwards* e geralmente todos os *swaps*. Todos os modelos adotados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são amplamente aceitos na indústria de serviços financeiros e refletem os termos contratuais do derivativo. Considerando que muitos desses modelos não contêm um alto nível de subjetividade, uma vez que as metodologias adotadas nos modelos não exigem grandes decisões, e as informações para o modelo estão prontamente observáveis nos mercados ativamente cotados, esses produtos foram classificados no Nível 2 da hierarquia de avaliação.

Nível 3: Os derivativos com valores justos baseados em informações não observáveis em um mercado ativo foram classificados no Nível 3 da hierarquia de valor justo e estão compostos por opções exóticas, alguns *swaps* indexados com informações não observáveis e *swaps* com outros produtos, como *swap* com opção e com verificação, derivativos de crédito e futuros de algumas *commodities*. Estas operações têm seu apreçamento derivado de superfície de volatilidade gerada a partir de volatilidade histórica.

Todas as metodologias descritas acima para avaliação podem resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data do balanço.

Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/03/2015 e 31/12/2014 para os Ativos de Financeiros Mantidos para Negociação e Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

	31/03/2015				31/12/2014			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	95.036	42.419	805	138.260	91.024	41.130	790	132.944
Fundos de Investimento	15	596	-	611	6	864	-	870
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	87.619	2.649	-	90.268	84.265	2.128	-	86.393
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	2.748	-	-	2.748	1.914	-	-	1.914
Títulos Públicos - Outros Países	894	184	-	1.078	1.151	389	-	1.540
Argentina	807	-	-	807	628	-	-	628
Chile	-	2	-	2	-	132	-	132
Colômbia	-	48	-	48	-	88	-	88
Estados Unidos	71	-	-	71	448	-	-	448
México	13	-	-	13	3	-	-	3
Paraguai	-	83	-	83	-	128	-	128
Uruguai	-	51	-	51	-	41	-	41
Outros	3	-	-	3	72	-	-	72
Títulos de Empresas	3.760	38.990	805	43.555	3.688	37.749	790	42.227
Ações Negociáveis	2.450	-	-	2.450	2.351	-	-	2.351
Certificado de Depósito Bancário	17	3.431	-	3.448	12	3.269	-	3.281
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	-	-	1	1
Debêntures	1.227	2.857	208	4.292	1.313	2.720	210	4.243
Euro Bonds e Assemelhados	6	1.056	2	1.064	10	1.049	2	1.061
Letras Financeiras	-	31.646	-	31.646	-	30.711	-	30.711
Notas Promissórias	46	-	595	641	-	-	577	577
Outros	14	-	-	14	2	-	-	2
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	31.101	46.181	6.245	83.527	30.787	42.169	5.404	78.360
Fundos de Investimento	2	136	-	138	3	138	-	141
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	10.749	716	241	11.706	13.570	572	249	14.391
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	13.070	-	-	13.070	11.234	-	-	11.234
Títulos Públicos - Outros Países	1.276	9.314	29	10.619	1.153	7.453	13	8.619
Argentina	3	-	-	3	-	-	-	-
Bélgica	-	-	-	-	57	-	-	57
Chile	-	1.269	29	1.298	-	1.106	13	1.119
Coreia	-	2.953	-	2.953	-	1.782	-	1.782
Dinamarca	-	2.835	-	2.835	-	2.699	-	2.699
Espanha	-	1.089	-	1.089	-	783	-	783
Estados Unidos	874	-	-	874	726	-	-	726
França	143	-	-	143	133	-	-	133
Holanda	173	-	-	173	151	-	-	151
Itália	75	-	-	75	70	-	-	70
Paraguai	-	893	-	893	9	840	-	849
Uruguai	-	275	-	275	-	243	-	243
Outros	8	-	-	8	7	-	-	7
Títulos de Empresas	6.004	36.015	5.975	47.994	4.827	34.006	5.142	43.975
Ações Negociáveis	2.056	-	-	2.056	1.998	1	-	1.999
Cédula do Produtor Rural	-	1.182	58	1.240	-	1.357	51	1.408
Certificado de Depósito Bancário	-	1.462	69	1.531	-	1.223	58	1.281
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	2.431	2.431	-	-	2.522	2.522
Debêntures	3.092	17.649	712	21.453	2.732	16.807	706	20.245
Euro Bonds e Assemelhados	856	8.013	1.390	10.259	97	6.557	53	6.707
Letras Financeiras	-	7.421	329	7.750	-	7.735	270	8.005
Notas Promissórias	-	-	899	899	-	-	1.397	1.397
Outros	-	288	87	375	-	326	85	411
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	426	-	-	426	733	-	-	733
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	312	-	-	312	626	-	-	626
Títulos Públicos - Outros Países	114	-	-	114	107	-	-	107
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	280	79	359	-	448	72	520
Notas Estruturadas	-	280	79	359	-	448	72	520

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/03/2015 e 31/12/2014 para os Ativos e Passivos de Derivativos.

	31/03/2015				31/12/2014			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Derivativos - Ativo	-	24.477	157	24.634	(218)	14.253	121	14.156
Swaps - Diferencial a Receber	-	6.151	41	6.192	-	4.783	33	4.816
Opções	-	6.022	37	6.059	-	2.856	16	2.872
Termo	-	5.021	-	5.021	-	2.394	-	2.394
Derivativos de Crédito	-	220	-	220	-	122	-	122
Forwards	-	3.868	-	3.868	-	2.106	-	2.106
Verificação de Swap	-	227	-	227	-	93	-	93
Outros Derivativos	-	2.968	79	3.047	(218)	1.899	72	1.753
Derivativos - Passivo	(40)	(30.840)	(51)	(30.931)	(310)	(16.996)	(44)	(17.350)
Futuros	(40)	-	-	(40)	(354)	-	-	(354)
Swaps - Diferencial a Pagar	-	(13.631)	(44)	(13.675)	-	(9.496)	(38)	(9.534)
Opções	-	(6.132)	(7)	(6.139)	-	(3.051)	(6)	(3.057)
Termo	-	(3.052)	-	(3.052)	-	(682)	-	(682)
Derivativos de Crédito	-	(390)	-	(390)	-	(179)	-	(179)
Forwards	-	(4.231)	-	(4.231)	-	(1.693)	-	(1.693)
Swap c/ Verificação	-	(424)	-	(424)	-	(229)	-	(229)
Outros Derivativos	-	(2.980)	-	(2.980)	44	(1.666)	-	(1.622)

Não existiram transferências significativas entre Nível 1 e Nível 2 durante o período de 31/03/2015 e 31/12/2014. Transferências para dentro e fora do nível 3 são apresentadas nas movimentações do nível 3.

Mensuração de Valor Justo de Nível 2 Baseado em Serviços de Apreçamento e Corretoras

Quando informações de apreçamento não estão disponíveis para os títulos classificados como Nível 2, são utilizados serviços de apreçamento, tal como Bloomberg ou corretoras para valorizar tais instrumentos.

Em todos os casos, de forma a assegurar que o valor justo desses instrumentos seja apropriadamente classificado como Nível 2, são realizadas análises internas das informações recebidas, de modo a entender a natureza dos *inputs* que são usados na determinação de tais valores pelo prestador de serviço.

São considerados no Nível 2 os preços fornecidos pelos serviços de apreçamento que atendam aos seguintes requerimentos: os *inputs* estão prontamente disponíveis, regularmente distribuídos, fornecidos por fontes ativamente envolvidas em mercados relevantes e não são proprietários.

Do total de R\$ 94.485 milhões de instrumentos financeiros classificados como Nível 2, em 31 de Março de 2015, foi usado o serviço de apreçamento ou corretoras para avaliar títulos com valor justo de R\$ 25.662 milhões, substancialmente representados por:

- **Debêntures:** Quando disponível, são usadas informações de preço para transações registradas no Sistema Nacional de Debêntures (SND), plataforma eletrônica operada pela CETIP, que provê serviços múltiplos para as transações envolvendo debêntures no mercado secundário. Alternativamente são utilizados os preços de debêntures fornecidos pela ANBIMA. Sua metodologia inclui a obtenção diária, de preços ilustrativos, não-vinculativos, de um grupo de participantes de mercado considerados significativos. Tal informação é sujeita a filtros estatísticos definidos na metodologia, com o propósito de eliminar os *outliers*.
- **Títulos Globais e Corporativos:** O processo de apreçamento destes títulos consiste em capturar de 2 a 8 cotações da Bloomberg, conforme o ativo. A metodologia consiste em comparar os maiores preços de compra e os menores preços de venda de negociações ocorridas providas pela Bloomberg, para o último dia do mês. Comparam-se tais preços com as informações de ordens de compras que a Tesouraria Institucional do ITAÚ UNIBANCO HOLDING fornece à Bloomberg. Se a diferença entre ambos os preços for menor que 0,5%, é usado o preço médio da Bloomberg. Se maior que 0,5% ou se a Tesouraria Institucional não tiver provido informação sobre esse título específico, então é usado o preço médio coletado direto a outros bancos. O preço da Tesouraria Institucional é utilizado apenas como referência e nunca no cálculo do preço final.

Mensurações de Valor Justo Recorrentes de Nível 3

As unidades responsáveis pela definição e aplicação dos modelos de apreçamento são segregadas das áreas de negócio. Os modelos são documentados, submetidos à validação de uma área independente e aprovados por comitê específico. O processo diário de captura, cálculo e divulgação de preços são verificados regularmente com base em testes e critérios formalmente definidos e as informações são armazenadas em uma base de dados histórica única e corporativa.

Os casos mais recorrentes de ativos classificados como Nível 3 estão justificados pelos fatores de desconto utilizados. Fatores como a curva prefixada de juros em reais e curva de cupom de TR - e por consequência as suas dependentes - possuem dados com prazos inferiores aos vencimentos dos ativos de renda fixa. Nos casos de *swap*, a análise é feita por indexador de ambas as pontas. Há alguns casos em que os prazos dos dados são mais curtos do que o próprio vencimento do derivativo.

Movimentações de Valor Justo Recorrentes de Nível 3

As tabelas a seguir incluem as movimentações dos valores do Balanço Patrimonial, para instrumentos financeiros classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING no Nível 3 da hierarquia do valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos classificados no Nível 3 correspondem basicamente a Outros Derivativos indexados a ações.

	Valor justo em 31/12/2014	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/03/2015	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos ativos e Passivos ainda Detidos na Data do Relatório
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	790	802	-	(787)	-	805	-
Títulos de Dívida de Empresas	790	802	-	(787)	-	805	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1	-	-	(1)	-	-	-
Debêntures	210	208	-	(210)	-	208	-
Notas Promissórias	577	594	-	(576)	-	595	-
Euro Bonds e Assemelhados	2	-	-	-	-	2	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	5.404	279	3.113	(2.551)	-	6.245	27
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	249	(8)	-	-	-	241	(5)
Títulos Públicos - Outros Países - Chile	13	-	20	(4)	-	29	-
Títulos de Dívida de Empresas	5.142	287	3.093	(2.547)	-	5.975	32
Cédula do Produtor Rural	51	7	-	-	-	58	-
Certificado de Depósito Bancário	58	1	61	(51)	-	69	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	2.522	18	4	(113)	-	2.431	32
Debêntures	706	208	712	(914)	-	712	-
Euro Bonds e Assemelhados	53	1	1.336	-	-	1.390	5
Letras Financeiras	270	9	50	-	-	329	-
Notas Promissórias	1.397	38	899	(1.435)	-	899	-
Outros	85	5	31	(34)	-	87	(5)

	Valor Justo em 31/12/2014	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/03/2015	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos na Data do Relatório
Derivativos - Ativo	121	25	48	(37)	-	157	13
Swaps - Diferencial a Receber	33	17	12	(21)	-	41	-
Opções	16	1	36	(16)	-	37	-
Outros Derivativos	72	7	-	-	-	79	13
Derivativos - Passivo	(44)	(1)	(7)	1	-	(51)	11
Swaps - Diferencial a Pagar	(38)	-	(1)	(5)	-	(44)	-
Opções	(6)	(1)	(6)	6	-	(7)	11

	Valor Justo em 31/12/2013	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2014	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos na Data do Relatório
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	27	724	935	(896)	-	790	-
Títulos de Empresas	27	724	935	(896)	-	790	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	10	-	(9)	-	1	-
Debêntures	-	29	705	(524)	-	210	-
Notas Promissórias	27	562	230	(242)	-	577	-
Euro Bonds e Assemelhados	-	123	-	(121)	-	2	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	6.489	1.581	6.354	(9.020)	-	5.404	(5)
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	258	(272)	267	(4)	-	249	-
Títulos Públicos - Outros Países - Chile	34	(17)	40	(44)	-	13	-
Títulos de Empresas	6.197	1.870	6.047	(8.972)	-	5.142	(5)
Cédula do Produtor Rural	-	-	51	-	-	51	-
Certificado de Depósito Bancário	33	12	97	(84)	-	58	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	4.834	1.538	14	(3.864)	-	2.522	(8)
Debêntures	-	313	706	(313)	-	706	-
Euro Bonds e Assemelhados	74	23	-	(44)	-	53	3
Letras Financeiras	-	4	266	-	-	270	-
Notas Promissórias	1.227	(22)	4.858	(4.666)	-	1.397	-
Outros	29	2	55	(1)	-	85	-

	Valor Justo em 31/12/2013	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2014	Total de Ganhos (perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos na Data do Relatório
Derivativos - Ativo	126	73	92	(174)	4	121	-
Swaps - Diferencial a Receber	-	37	2	(10)	4	33	-
Opções	13	24	18	(39)	-	16	-
Termo	2	-	-	(2)	-	-	-
Outros Derivativos	111	12	72	(123)	-	72	-
Derivativos - Passivo	(5)	2	(10)	(18)	(13)	(44)	-
Swaps - Diferencial a Pagar	-	(23)	1	(3)	(13)	(38)	-
Opções	(5)	25	(11)	(15)	-	(6)	-

Não existiram transferências significativas entre Nível 1 e Nível 2 durante o período de 31/03/2015 e 31/12/2014. Transferências para dentro e fora do nível 3 são apresentadas nas movimentações do nível 3.

Análise de Sensibilidade de Operações Nível 3

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como Nível 3 (onde os preços negociados não são facilmente observáveis em mercados ativos) é mensurado utilizando-se técnicas baseadas em correlações com produtos associados e negociados em mercados ativos, estimativas internas e modelos internos.

Os dados não observáveis significativos usados na mensuração a valor justo dos instrumentos classificados como Nível 3 são: taxas de juros, preços de ativo objeto e a volatilidade. Variações significativas em quaisquer desses *inputs* isolados podem resultar em alterações significativas no valor justo.

A tabela a seguir, demonstra a sensibilidade desses valores justos em cenários de alterações nas taxas de juros, nos preços de ativos ou em cenários que variam choques nos preços e nas volatilidades para ativos não lineares:

Sensibilidade - Operações Nível III		31/03/2015	
Grupos de Fatores de Risco de Mercado	Cenários	Impactos	
		Resultado	Patrimônio
Taxa de Juros	I	(0,0)	(3,7)
	II	(0,3)	(91,1)
	III	(0,6)	(179,2)
Moedas, <i>Commodities</i> e Índices	I	-	-
	II	-	-
Não Lineares	I	(28,0)	-
	II	(49,3)	-

Na mensuração das sensibilidades são utilizados os seguintes cenários:

Taxa de Juros

Aplicação de choques de 1, 25 e 50 pontos-base (cenários I, II e III respectivamente) nas curvas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Moedas, *Commodities* e Índices

Aplicação de choques de 5 e 10 pontos percentuais (cenários I e II respectivamente) nos preços de moedas, *commodities* e índices, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Não lineares

Cenário I: Aplicação de choques de 5 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais no nível de volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Cenário II: Aplicação de choques de 10 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais no nível de volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Nota 32 – Provisões, Contingências e Outros Compromissos

Provisões	31/03/2015	31/12/2014
Cíveis	4.845	4.643
Trabalhistas	5.802	5.598
Fiscais e Previdenciárias	6.712	6.627
Outros	165	159
Total	17.524	17.027
Circulante	3.672	3.268
Não Circulante	13.852	13.759

Na execução das atividades normais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está sujeito a contingências que podem ser classificadas conforme segue:

a) **Ativos Contingentes:** não existem ativos contingentes contabilizados.

b) **Provisões e Contingências:** os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos.

- Ações Cíveis

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): a apuração da contingência é mensal e o valor esperado da perda é objeto de provisão contábil, realizada por aplicação de parâmetro estatístico elaborado tendo em conta o tipo de ação e as características do juízo (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum).

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível e, portanto, limitadas a 40 salários mínimos. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING também é parte em ações específicas referentes à cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrente de planos econômicos.

De 1986 a 1994, o Governo Federal brasileiro implementou diversos e consecutivos planos de estabilização econômica para combater a hiperinflação (PEE). Para implementar esses planos, o Governo Federal brasileiro promulgou leis baseadas no seu poder de regulamentar os sistemas monetário e financeiro conforme previsto na Constituição Federal Brasileira.

Os titulares de cadernetas de poupança em períodos em que os PEEs foram implementados questionaram a constitucionalidade das leis aplicadas por tais planos, reivindicando dos bancos nos quais tinham suas cadernetas de poupança montantes adicionais de juros com base nas taxas de inflação aplicadas às contas de depósitos, segundo os PEEs.

Somos réus em diversas ações padronizadas impetradas por pessoas físicas em relação aos PEEs, e constituímos provisões para tais ações quando do recebimento da citação. Além disso, somos réus em ações coletivas, semelhantes aos processos movidos por pessoas físicas, impetradas por (i) associações de defesa do consumidor ou (ii) Ministério Público, em nome dos titulares de cadernetas de poupança. Os titulares das cadernetas de poupança podem reivindicar qualquer valor devido, tendo em vista uma decisão final. Registramos provisões quando os reclamantes pessoas físicas exigem a execução dessas decisões, utilizando os mesmos critérios adotados para determinar as provisões das ações individuais.

O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu algumas decisões a favor dos titulares de cadernetas de poupança, mas não proferiu uma sentença final referente à constitucionalidade dos PEEs e sua aplicabilidade às cadernetas de poupança. Com relação a um questionamento judicial similar referente à constitucionalidade dos PEEs e sua aplicação a depósitos à vista e outros contratos particulares, o STF decidiu que as leis estavam em conformidade com a Constituição Federal do Brasil. Em resposta a essa discrepância, a Confederação Nacional do Sistema Financeiro, ou CONSIF, uma associação de instituições

financeiras brasileiras, moveu um processo especial junto ao STF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 165 – ADPF 165), no qual o Banco Central protocolou uma peça de assistente em processo (*amicus curiae*), argumentando que os titulares das cadernetas de poupança não sofreram danos efetivos e que os PEEs aplicáveis às cadernetas de poupança estavam em conformidade com a Constituição Federal. Como resultado, o STF suspendeu a decisão de todos os recursos relacionados a essa questão até que se tenha uma decisão final sobre ela. Além disso, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), responsável por decisões sobre a legislação federal, deve se manifestar oportunamente a respeito de vários aspectos que determinarão diretamente o valor devido, caso a sentença do STF seja contrária à constitucionalidade dos PEEs. As decisões mais importantes tratarão dos seguintes aspectos: (i) a incidência dos juros remuneratórios sobre o valor devido ao autor da ação, em ações em que não há uma reivindicação específica sobre esses juros; (ii) a data inicial da incidência dos juros de mora, referente às ações coletivas; e (iii) a possibilidade de compensar a diferença negativa proveniente do mês da implementação do PEE, entre os juros efetivamente pagos nas contas de poupança e a taxa de inflação do mesmo período, utilizando a diferença positiva resultante dos meses subsequentes à implementação do PEE, entre os juros efetivamente pagos nas contas de poupança e a taxa de inflação do mesmo período. O STJ também decidiu que o prazo para ajuizamento de ações coletivas expirou em cinco anos contados a partir da data da implementação do PEE. Dessa forma, diversas ações coletivas foram extintas pelo Judiciário como resultado dessa decisão.

Não são provisionados os valores envolvidos em ações cíveis de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 1.931 (R\$ 1.800 em 31/12/2014), sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes, sendo que neste total não existem valores decorrentes de participação em *Joint Ventures*.

- Ações Trabalhistas

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): o valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente conforme modelo estatístico que precifica as ações e é reavaliado considerando os resultados das decisões judiciais. São ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros.

Não são provisionados os valores envolvidos em ações trabalhistas de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 489 (R\$ 416 em 31/12/2014).

- Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com cobrança e créditos com Fundos de Compensações de Variações Salariais (FCVS) cedidos ao Banco Nacional.

Segue abaixo a movimentação das provisões cíveis, trabalhistas e outros e os saldos dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

	01/01 a 31/03/2015			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	4.643	5.598	159	10.400
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(132)	(1.029)	-	(1.161)
Subtotal	4.511	4.569	159	9.239
Atualização/Encargos (Nota 26)	98	149	-	247
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26)	<u>420</u>	<u>331</u>	<u>7</u>	<u>758</u>
Constituição (*)	532	365	7	904
Reversão	(112)	(34)	-	(146)
Pagamento	(318)	(317)	(1)	(636)
Subtotal	4.711	4.732	165	9.608
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	134	1.070	-	1.204
Saldo Final	4.845	5.802	165	10.812
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/03/2015 (Nota 20a)	2.016	2.586	-	4.602

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 70.

	01/01 a 31/03/2014			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	4.473	5.192	223	9.888
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(134)	(811)	-	(945)
Subtotal	4.339	4.381	223	8.943
Atualização/Encargos (Nota 26)	63	57	-	120
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26)	<u>390</u>	<u>259</u>	<u>3</u>	<u>652</u>
Constituição (*)	475	432	4	911
Reversão	(85)	(173)	(1)	(259)
Pagamento	(327)	(229)	-	(556)
Subtotal	4.465	4.468	226	9.159
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	129	810	-	939
Saldo Final	4.594	5.278	226	10.098
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/03/2014 (Nota 20a)	2.106	2.485	-	4.591

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 69.

- Ações Fiscais e Previdenciárias

As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolançamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.

Segue abaixo a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

Provisões	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014
Saldo Inicial	6.627	8.974
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	(61)	(57)
Subtotal	6.566	8.917
Atualização/Encargos (*)	95	137
Movimentação do Período Refletida no Resultado	<u>75</u>	<u>297</u>
Constituição (*)	85	616
Reversão (*)	(10)	(319)
Pagamento	(86)	(24)
Subtotal	6.650	9.327
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	62	58
Saldo Final	6.712	9.385

(*) Os valores estão contemplados nas rubricas Despesas Tributárias, Despesas Gerais e Administrativas e em Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes.

Depósitos em Garantia	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014
Saldo Inicial	4.736	5.658
Apropriação de Rendas	82	102
Movimentação do Período	<u>58</u>	<u>255</u>
Novos Depósitos	151	265
Levantamentos Efetuados	(9)	(1)
Conversão em Renda	(84)	(9)
Saldo Final (Nota 20a)	4.876	6.015
Reclassificação para Ativos Dados em Garantia de Contingências (Nota 32d)	-	1
Saldo Final após a Reclassificação	4.876	6.016

As principais discussões relativas às Provisões são descritas a seguir:

- CSLL – Isonomia – R\$ 1.023: enquanto a Lei aumentou a alíquota de CSLL das empresas financeiras e seguradoras para 15%, discutimos a ausência de respaldo constitucional e, por isonomia, defendemos a incidência à alíquota normal de 9%. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 1.005;
- PIS e COFINS – Base de Cálculo – R\$ 579: defendemos a incidência das contribuições sobre o faturamento, entendido como a receita da venda de bens e serviços. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 498;
- IRPJ e CSLL – Lucros no Exterior – R\$ 537: discutimos a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior e a inaplicabilidade da Instrução Normativa SRF 213-02 no que excede o texto legal. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 498.

Contingências não provisionadas no Balanço - Os valores envolvidos nas principais Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 14.186, estão descritas a seguir:

- INSS – Verbas não Remuneratórias – R\$ 4.334: defendemos a não incidência do tributo sobre essas verbas, principalmente participação nos lucros, nos resultados, plano para outorga de opções de ações, vale transporte e abono único;
- IRPJ e CSLL – Ágio – Dedução – R\$ 1.960: dedutibilidade do ágio na aquisição de investimentos com expectativa de rentabilidade futura, sendo que deste montante R\$ 568 estão garantidos em contratos de aquisição de empresas;
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – Indeferimento de Pedido de Compensação – R\$ 1.272: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado;
- IRPJ e CSLL – Juros sobre o Capital Próprio – R\$ 1.224: defendemos a dedutibilidade dos JCP declarados aos acionistas com base na taxa de juros TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido do ano e de anos anteriores;
- ISS – Atividades Bancárias – R\$ 798: entendemos que a operação bancária não se confunde com serviço e/ou não está listada na Lei Complementar.

c) Contas a Receber – Reembolso de Contingências

O saldo de Valores a Receber Relativo a Reembolso de Contingências totaliza R\$ 706 (R\$ 676 em 31/12/2014) (Nota 20a), representado basicamente pela garantia estabelecida no processo de privatização do Banco Banerj S.A., ocorrida em 1997, onde o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em contingências cíveis, trabalhistas e fiscais.

d) Ativos Dados em Garantia de Contingências

Os ativos dados em garantia de contingências são relativos a processos de passivos contingentes e estão vinculados ou depositados de acordo com os montantes abaixo:

	31/03/2015	31/03/2014
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Disponíveis para Venda (basicamente Letras Financeiras do Tesouro)	781	880
Depósitos em Garantia de Recursos (Nota 20a)	4.299	3.768

Em geral, os depósitos em garantia de recursos referentes às ações judiciais, no Brasil, devem ser feitos em juízo e são retidos em juízo até que seja tomada uma decisão judicial. No caso de uma decisão desfavorável ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, o valor depositado é liberado da conta de depósito em garantia de recursos e transferido para a contraparte da ação judicial. No caso de uma decisão favorável ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, o valor é liberado no montante total depositado atualizado.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são de longo prazo, considerando o tempo necessário para a conclusão dessas ações no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com a relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas, com base na opinião de seus assessores legais, não estão envolvidos em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar de forma relevante os resultados de suas operações.

e) Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas aderiram ao Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos substancialmente relacionados à esfera Federal, instituído pela Lei 13.097, de 19/01/2015 e Lei 13.043/14. O programa incluiu débitos administrados pela Receita Federal do Brasil e foi definido de acordo com os principais artigos abaixo:

- **Refis do Ganho de Capital Auferido na Incorporação de Ações da Nova Bolsa**

Lei 13.097/15 art. 145 – Decorrentes do ganho de capital ocorrido até 31 de Dezembro de 2008 pela alienação de ações que tenham sido originadas da conversão de títulos patrimoniais de associações civis sem fins lucrativos.

O efeito líquido do programa no resultado foi de R\$ 27, registrado em Outras Receitas Operacionais, Imposto de Renda e Contribuição Social.

Nota 33 – Capital Regulatório

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING está sujeito à regulamentação do Banco Central do Brasil que emite diretrizes e instruções sobre políticas monetárias e de crédito para instituições financeiras que operam no Brasil. O Banco Central também determina exigências de capital mínimo, limites para ativos fixos, limites de empréstimos, práticas contábeis e exigências de depósitos compulsórios, exigindo que os bancos cumpram a regulamentação baseada no Acordo de Basiléia sobre adequação de capital. Além disso, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e a SUSEP emitem regulamentações sobre exigência de capital, que afetam nossas operações de seguros, planos de previdência privada e de capitalização.

O Acordo de Basiléia exige que os bancos apresentem uma relação entre capital regulamentar e exposição ao risco de no mínimo 8%. O capital regulamentar é basicamente composto por dois níveis:

- Nível I: somatório do Capital Principal, apurado de modo geral pelo capital social, certas reservas e lucros retidos, menos deduções e ajustes prudenciais, e do Capital Complementar
- Nível II: inclui instrumentos elegíveis, primordialmente dívidas subordinadas, sujeitos às limitações prudenciais.

Entretanto, o Acordo de Basiléia permite que autoridades reguladoras de cada país determinem parâmetros próprios de composição do capital regulamentar e de apuração das parcelas de exposição a risco. Dentre as principais diferenças decorrentes da adoção de parâmetros próprios pela legislação brasileira estão (i) a exigência da relação entre capital regulamentar e ativos ponderados pelo risco de no mínimo 11%, com cronograma para atingir 8% em 2019 (ii) determinados fatores de ponderação de risco atribuídos a certos ativos e outras exposições. Além disso, de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, os bancos devem calcular o cumprimento da exigência mínima com base na consolidação de todas as subsidiárias financeiras regulamentadas pelo Banco Central, inclusive agências e investimentos no exterior.

A Administração gerencia o capital com a finalidade de atender aos requerimentos mínimos de capital requeridos pelo BACEN. Durante o período o ITAÚ UNIBANCO HOLDING cumpriu todos os requerimentos mínimos de capital aos quais está sujeito.

A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, o capital mínimo exigido e o índice de Basiléia, apurados de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, com base na consolidação das instituições financeiras.

	31/03/2015
	Consolidado
	Prudencial (*)
Patrimônio de Referência	
Nível I	91.501
Capital Principal	91.451
Capital Complementar	50
Nível II	29.402
Total	120.903
Exigibilidades para Cobertura dos Ativos Ponderados pelo Risco	
De Crédito	728.559
De Mercado	24.776
Operacional	35.509
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	788.844
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	86.773
Folga em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	34.130
Índice Capital/Ativos Ponderados pelo Risco - %	15,3%

(*) Demonstrações contábeis consolidadas contendo as empresas financeiras e assemelhadas. A partir da data base jan/15, conforme Circular 4.278, este passa a ser o consolidado base de apuração.

Os fundos obtidos por meio de emissão de títulos de dívida subordinada são considerados capital de Nível II, para os propósitos do índice de capital em relação aos ativos ponderados de risco, e estão descritos abaixo. Conforme legislação vigente, para o cálculo do Patrimônio de Referência de março de 2015, foi considerado o saldo das dívidas subordinadas de dezembro de 2012, com a inclusão das dívidas aprovadas após o fechamento, autorizadas pelo Bacen para compor o Nível II, totalizando R\$ 53.921.

Nome do Papel/Moeda	Valor Principal (Moeda Original)	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Saldo contábil
CDB Subordinado - BRL					
	400	2008	2015	119,8% do CDI	842
	50	2010	2015	113% do CDI	87
	466	2006	2016	100% do CDI + 0,7% (*)	1.116
	2.665	2010	2016	110% a 114% do CDI	4.622
	123			IPCA + 7,21%	237
	367	2010	2017	IPCA + 7,33%	714
	4.071			Total	7.618
Letra Financeira Subordinada - BRL					
	365	2010	2016	100% do CDI + 1,35% a 1,36%	370
	1.874			112% a 112,5% do CDI	1.900
	30			IPCA + 7%	53
	206	2010	2017	IPCA + 6,95% a 7,2%	294
	3.224	2011	2017	108% a 112% do CDI	3.393
	352			IPCA + 6,15% a 7,8%	520
	138			IGPM + 6,55% a 7,6%	211
	3.650			100% do CDI + 1,29% a 1,52%	3.742
	500	2012	2017	100% do CDI + 1,12%	521
	42	2011	2018	IGPM + 7%	53
	30			IPCA + 7,53% a 7,7%	42
	461	2012	2018	IPCA + 4,4% a 6,58%	617
	3.782			100% do CDI + 1,01% a 1,32%	3.933
	6.373			108% a 113% do CDI	6.916
	112			9,95 a 11,95%	147
	2	2011	2019	109% a 109,7% do CDI	3
	12	2012	2019	11,96%	17
	101			IPCA + 4,7% a 6,3%	136
	1			110% do CDI	1
	20	2012	2020	IPCA + 6% a 6,17%	29
	1			111% do CDI	1
	6	2011	2021	109,25% a 110,5% do CDI	9
	2.307	2012	2022	IPCA + 5,15% a 5,83%	3.112
	20			IGPM + 4,63%	23
	23.609			Total	26.043
Euronotes Subordinado - USD					
	990	2010	2020	6,20%	3.259
	1.000	2010	2021	5,75%	3.194
	730	2011	2021	5,75% a 6,2%	2.459
	550	2012	2021	6,20%	1.764
	2.600	2012	2022	5,50% a 5,65%	8.315
	1.851	2012	2023	5,13%	6.056
	7.721			Total	25.047
Total					58.708

(*) Os CDBs subordinados podem ser resgatados a partir de novembro de 2011.

Nota 34 – Informações por Segmento

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma instituição bancária que oferece a seus clientes uma diversificada gama de produtos e serviços financeiros.

A partir do primeiro trimestre de 2015 e comparativo a 2014, foi alterada a forma de apresentação dos segmentos com o intuito de adequá-la à atual estrutura organizacional do banco. Serão reportados os seguintes segmentos: Banco de Varejo, Banco de Atacado e Atividades com Mercado + Corporação. O Banco de Varejo passa a englobar os antigos segmentos Banco Comercial – Varejo e Crédito ao Consumidor – Varejo, com a transferência das operações do Private Bank e da Latam para o Banco de Atacado, sendo estas as principais alterações desta apresentação.

Os atuais segmentos de negócio do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são os descritos abaixo:

- **Banco de Varejo**

O resultado do segmento Banco de Varejo decorre da oferta de produtos e serviços bancários a uma base diversificada de clientes correntistas e não correntistas, pessoas físicas e jurídicas. O segmento engloba os clientes de varejo, clientes de alta renda (Itaú Uniclass e Personnalité) e o segmento empresas (micro e pequenas empresas). Este segmento inclui os financiamentos e a oferta de crédito realizados fora da rede de agências, a oferta de cartões de crédito, além das operações do Itaú BMG Consignado.

- **Banco de Atacado**

O resultado do segmento Banco de Atacado decorre dos produtos e serviços oferecidos às médias empresas, aos clientes com elevado patrimônio financeiro (Private Bank), das atividades das unidades da América Latina e das atividades do Itaú BBA, unidade responsável pelas operações comerciais com grandes empresas e pela atuação como Banco de Investimento.

- **Atividades com Mercado + Corporação**

Este segmento apresenta o resultado decorrente do excesso de capital, do excesso de dívida subordinada e do carregamento do saldo líquido dos créditos e passivos tributários. Evidencia, ainda, a margem financeira com o mercado, o custo da operação da Tesouraria, o resultado de equivalência patrimonial das empresas que não estão associadas a cada um dos segmentos e à participação na Porto Seguro.

Base de Apresentação das Informações por Segmento

As informações por segmento foram elaboradas com base em relatórios usados pela alta administração (Comitê Executivo) para avaliar o desempenho dos segmentos e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimento e demais propósitos.

A alta administração (Comitê Executivo) do ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza uma variedade de informações para fins gerenciais, inclusive informações financeiras e não financeiras que se valem de bases diversas daquelas informações preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil. O principal indicador utilizado para acompanhamento de performance dos negócios é o Lucro Líquido Recorrente bem como o Retorno sobre o Capital Econômico alocado para cada segmento do negócio.

As informações por segmento foram preparadas segundo as políticas contábeis adotadas no Brasil e sofreram as modificações e ajustes descritos abaixo:

- **Capital Alocado e Alíquota de Imposto de Renda**

A partir da demonstração de resultado gerencial, a preparação da informação por segmento considera a aplicação dos seguintes critérios:

Capital Alocado: Os impactos associados à alocação de capital estão considerados nas informações financeiras. Para tanto, foram feitos ajustes nas demonstrações contábeis, tendo como base um modelo proprietário. Foi adotado o modelo de Capital Econômico Alocado (CEA) para as demonstrações contábeis por segmento e a partir de 2015, alteramos a metodologia de cálculo. O CEA considera, além do capital alocado nível I os efeitos do cálculo da perda esperada de créditos, complementar ao exigido pelo Banco Central do Brasil pela Circular nº 2.682/99 do CMN. Dessa forma, o Capital Alocado incorpora os seguintes componentes: risco de crédito (incluindo perda esperada), risco operacional, risco de mercado e risco de subscrição de seguros. Com base na parcela de capital alocado nível I, determinamos o Retorno sobre o Capital Econômico

Alocado, que corresponde a um indicador de performance operacional consistentemente ajustado ao capital necessário para dar suporte ao risco das posições patrimoniais assumidas, em conformidade com o apetite de risco da instituição.

Alíquota de Imposto de Renda: É considerada a alíquota total do imposto de renda, líquida do impacto fiscal do pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio (JCP), para os segmentos Banco de Varejo, Banco de Atacado e Atividades com Mercado. A diferença entre o valor do imposto de renda calculado por segmento e o valor do imposto de renda efetivo, indicado na demonstração contábil consolidada, é alocada na coluna Atividades com Mercado + Corporação.

- **Reclassificações e Aplicações de Critérios Gerenciais**

A demonstração de resultado gerencial foi utilizada para a preparação da informação por segmento. Essa demonstração foi obtida tendo como base a demonstração de resultado contábil ajustada pelo impacto dos eventos não recorrentes e reclassificações gerenciais no resultado.

A partir do primeiro trimestre de 2013, foram promovidas algumas alterações nos critérios de consolidação dos resultados gerenciais apresentados no intuito de refletir melhor a forma como a administração acompanha os números do banco. Esses ajustes alteram somente a abertura das linhas e, portanto, não afetam o lucro líquido divulgado. Por meio destas reclassificações, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca alinhar a forma de apresentação dos resultados e permitir maior comparabilidade e compreensão na avaliação do desempenho do banco.

Abaixo são descritas as principais reclassificações entre o resultado contábil e o gerencial:

Produto Bancário: O produto bancário considera em cada operação o custo de oportunidade. As demonstrações contábeis foram ajustadas para que o patrimônio líquido contábil fosse substituído por *funding* a preços de mercado. Posteriormente, as demonstrações contábeis foram ajustadas para incorporar as receitas vinculadas ao capital alocado a cada segmento. O custo das dívidas subordinadas e a respectiva remuneração a preços de mercado foram proporcionalmente alocados aos segmentos, de acordo com o capital econômico alocado.

Efeitos Fiscais do Hedge: Foram ajustados os efeitos fiscais do *hedge* dos investimentos no exterior – originalmente contabilizados nas linhas de despesas tributárias (PIS e COFINS) e de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – que são reclassificados para a margem. A estratégia de gestão do risco cambial do capital investido no exterior tem por objetivo não permitir efeitos decorrentes de variação cambial no resultado. Para que seja alcançada essa finalidade, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais, por meio da utilização de instrumentos financeiros derivativos. A estratégia de *hedge* dos investimentos no exterior também considera o impacto de todos os efeitos fiscais incidentes.

Seguros: As receitas e despesas do negócio de seguros foram concentradas no Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização. As principais reclassificações de receitas referem-se às margens financeiras obtidas com as reservas técnicas de seguros, previdência e capitalização além da receita de administração de recursos de previdência.

Demais Reclassificações: As Outras Receitas, Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas, Resultado não Operacional, Participação no Lucro de administradores e as despesas do programa de recompensa de cartão de crédito foram reclassificados para as linhas que representam a forma como a instituição gere seus negócios, permitindo maior compreensão na análise de desempenho. Dessa forma, por exemplo, o resultado de equivalência patrimonial do investimento no Banco CSF S.A. (“Banco Carrefour”) foi reclassificado para a linha de margem financeira. Adicionalmente, para melhor comparabilidade com os novos critérios de consolidação, foram consolidados 100% dos resultados de parcerias (anteriormente consolidadas proporcionalmente) e foram reclassificadas as despesas de provisões associadas a títulos e valores mobiliários e derivativos (originalmente classificadas em Despesas não Decorrentes de Juros, para Despesa de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa).

Na coluna de ajustes são apresentados os efeitos das diferenças existentes entre as políticas contábeis utilizadas na apresentação de informações por segmentos - que estão basicamente de acordo com as práticas contábeis adotadas por instituições financeiras no Brasil, salvo os ajustes descritos acima - e os princípios aplicados na preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS. Os principais ajustes são:

- Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa, que no IFRS (IAS 39) devem ser constituídas quando constatada evidência objetiva de que operações de crédito estejam em situação de perda por

redução do seu valor recuperável (Perda Incorrida) e nas normas adotadas no Brasil é utilizado o conceito de Perda Esperada;

- Ações e cotas classificadas como investimento permanente foram mensuradas a valor justo no IFRS (IAS 39 e 32) e seus ganhos e perdas registradas diretamente no Patrimônio Líquido, não transitando pelo resultado do período;
- Taxa efetiva de juros, os ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros, apropriando as receitas e os custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, emissão ou alienação pelo prazo da operação nas normas adotadas no Brasil o reconhecimento das despesas e das receitas de tarifa ocorre no momento da contratação destas operações.
- Combinação de Negócios é contabilizada pelo método da compra no IFRS (IFRS 3), no qual o preço de compra é alocado entre os ativos e passivos da empresa adquirida e o montante, se houver, não passível de alocação é reconhecido como ágio, não sendo amortizado, mas sujeito a teste de *impairment*.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/01 a 31 de Março de 2015
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco Comercial Varejo	Banco de Atacado	Atividade com o Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	17.197	5.798	1.951	24.946	(4.868)	20.078
Margem Financeira ⁽¹⁾	10.098	3.955	1.910	15.963	(4.961)	11.002
Receita de Prestação de Serviços	5.106	1.735	25	6.866	244	7.110
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	1.993	108	16	2.117	(491)	1.626
Outras Receitas	-	-	-	-	340	340
Perdas com Créditos e Sinistros	(2.878)	(1.984)	39	(4.823)	(227)	(5.050)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.503)	(2.051)	39	(5.515)	(231)	(5.746)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	984	76	-	1.060	4	1.064
Despesas com Sinistros / Recuperação de Sinistros com Resseguros	(359)	(9)	-	(368)	-	(368)
Margem Operacional	14.319	3.814	1.990	20.123	(5.095)	15.028
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(8.465)	(2.649)	(489)	(11.603)	(552)	(12.155)
Despesas Não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(7.435)	(2.376)	(336)	(10.147)	(853)	(11.000)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(1.030)	(273)	(153)	(1.456)	170	(1.286)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	131	131
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	5.854	1.165	1.501	8.520	(5.647)	2.873
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.051)	(256)	(300)	(2.607)	5.517	2.910
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(104)	-	(1)	(105)	(5)	(110)
Lucro Líquido	3.699	909	1.200	5.808	(135)	5.673

⁽¹⁾ Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 19.174, receita de dividendos R\$ 2, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ 1.665 e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ (9.839).

⁽²⁾ Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 399, de amortização de R\$ 211 e despesas de comercialização de seguros de R\$ 281.

Ativo Total ⁽¹⁾	822.434	485.466	117.636	1.294.613	(125.174)	1.169.439
Passivo Total	785.173	448.137	93.574	1.195.960	(128.581)	1.067.379

⁽¹⁾ Inclui:

Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	961	-	2.145	3.106	1.009	4.115
Ágio	225	-	-	225	1.774	1.999
Imobilizado, Líquido	6.759	762	-	7.521	1.138	8.659
Intangível, Líquido	7.879	783	-	8.662	(2.448)	6.214

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/01 a 31 de Março de 2014
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco Comercial Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	15.363	4.722	578	20.663	1.916	22.579
Margem Financeira ⁽¹⁾	8.870	3.112	506	12.488	2.015	14.503
Receita de Prestação de Serviços	4.478	1.509	70	6.057	144	6.201
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	2.015	101	2	2.118	(458)	1.660
Outras Receitas	-	-	-	-	215	215
Perdas com Créditos e Sinistros	(3.057)	(580)	(14)	(3.651)	(354)	(4.005)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.634)	(604)	(14)	(4.252)	(354)	(4.606)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	1.051	37	-	1.088	-	1.088
Despesas com Sinistros / Recuperação de Sinistros com Resseguros	(474)	(13)	-	(487)	-	(487)
Margem Operacional	12.306	4.142	564	17.012	1.562	18.574
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(7.971)	(2.213)	(280)	(10.464)	(916)	(11.380)
Despesas não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(7.040)	(1.993)	(271)	(9.304)	(783)	(10.087)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(931)	(220)	(9)	(1.160)	(208)	(1.368)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	75	75
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	4.335	1.929	284	6.548	646	7.194
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.475)	(617)	137	(1.955)	(638)	(2.593)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(59)	-	(5)	(64)	14	(50)
Lucro Líquido	2.801	1.312	416	4.529	22	4.551

(1) Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 13.285, receita de dividendos R\$ 12, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ 105 e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 1.101.

(2) Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 408, de amortização de R\$ 207 e despesas de comercialização de seguros de R\$ 336.

Ativo Total ⁽¹⁾ - 31/12/2014	811.185	436.872	107.174	1.208.702	(81.499)	1.127.203
Passivo Total - 31/12/2014	770.528	399.544	86.897	1.110.439	(83.853)	1.026.586

⁽¹⁾ Inclui:

Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	982	-	2.117	3.099	991	4.090
Ágio	204	-	-	204	1.757	1.961
Imobilizado, Líquido	6.693	868	-	7.561	1.150	8.711
Intangível, Líquido	7.841	791	-	8.632	(2.498)	6.134

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

Abaixo seguem informações das receitas de intermediação financeira e os ativos não correntes por área geográfica:

	01/01 a 31/03/2015			01/01 a 31/03/2014		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Receitas da Intermediação Financeira ^{(1) (2)}	40.006	2.056	42.062	26.165	2.523	28.688
Ativos não Correntes ⁽³⁾	13.744	1.129	14.873	13.872	973	14.845

(1) Inclui Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos e Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior.

(2) O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não tem clientes que representem 10% ou mais das receitas.

(3) Os valores comparativos referem-se à 31/12/2014.

Nota 35 – Partes Relacionadas

a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação (Nota 2.4a) foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- O Itaú Unibanco Participações S.A. (IUPAR) a Companhia E. Johnston de Participações S.A. (Acionista da IUPAR) e a ITAÚSA, acionistas diretos e indiretos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- As controladas não financeiras da ITAÚSA, destacando-se: Itautec S.A., Duratex S.A., Elekeiroz S.A., ITH Zux Cayman Company Ltd e Itaúsa Empreendimentos S.A.;
- A Fundação Itaú Unibanco – Previdência Complementar, o FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, a Fundação Bemgeprev, UBB Prev - Previdência Complementar e Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social, entidades fechadas de previdência complementar que administram planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e/ou por suas controladas;
- A Fundação Itaú Social, o Instituto Itaú Cultural, o Instituto Unibanco, Instituto Assistencial Pedro Di Perna, Instituto Unibanco de Cinema e a Associação Itaú Viver Mais, entidades mantidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas para atuação nas suas respectivas áreas de interesse; e
- Os investimentos na Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e BSF Holding S.A.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO					
	Taxa Anual	Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)	
		31/03/2015	31/12/2014	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		21	-	1	-
Itaú Unibanco S.A.		21	-	1	-
Captações no Mercado Aberto		(196)	(142)	(6)	(4)
Duratex S.A.	100% a 101,5% da Selic	(99)	(100)	(3)	(3)
Elekeiroz S.A.	100% da Selic	-	(6)	-	(1)
Itautec S.A.	100% da Selic	(2)	(2)	-	-
Itaúsa Empreendimentos S.A.	100% da Selic	(95)	(26)	(3)	-
Outras		-	(8)	-	-
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas / Receitas (Despesas) de Prestação de Serviços		(108)	(13)	16	(1)
Itaú Unibanco S.A.		3	-	7	-
Itaúsa Empreendimentos S.A.		-	-	(2)	-
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar		(11)	(13)	8	8
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado		-	-	1	1
Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social		(100)	(93)	-	-
Outras		-	(3)	2	(10)
Receitas (Despesas) com Aluguéis		-	-	(13)	(13)
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar		-	-	(10)	(10)
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado		-	-	(3)	(3)
Despesas com Doações		-	-	(27)	(21)
Instituto Itaú Cultural		-	-	(27)	(21)
Despesas de Processamento de Dados		-	-	-	(62)
Itautec S.A.		-	-	-	(62)

Além das operações acima discriminadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e partes relacionadas em associadas e entidades controladas em conjunto, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, registraram em Despesas Gerais e Administrativas - Outros, o valor de R\$ 1 (R\$ 2 de 01/01 a 31/03/2014) em função da utilização da estrutura comum.

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:

- quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a Instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal ou membros da família imediata de tais pessoas físicas;
- qualquer entidade controlada pela Instituição; ou
- qualquer entidade da qual o banco detenha, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital social.

Dessa forma, não são efetuados empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores executivos, membros do Conselho de Administração ou seus familiares.

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período aos Administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são compostos conforme segue:

	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014
Remuneração	155	97
Conselho de Administração	8	3
Administradores	147	94
Participações no Lucro	36	61
Conselho de Administração	-	1
Administradores	36	60
Contribuições aos Planos de Aposentadoria	4	2
Administradores	4	2
Plano de Pagamento em Ações - Administradores	54	41
Total	249	201

Nota 36 – Gerenciamento de Riscos Financeiros

Risco de Crédito

1. Mensuração do Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor, da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é responsabilidade primária de todas as Unidades de Negócio e visa a manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco da instituição para cada segmento de mercado em que opera.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece sua política de crédito com base em fatores internos, como os critérios de classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e o capital econômico alocado; e fatores externos, relacionados ao ambiente econômico, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação e variação do consumo.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui um processo estruturado para manter uma carteira diversificada considerada adequada pela instituição. O monitoramento contínuo do grau de concentração de suas carteiras, avaliando os setores de atividade econômica e maiores devedores, possibilita a tomada de medidas preventivas de modo a evitar que os limites estabelecidos sejam violados.

O processo de avaliação de políticas e produtos possibilita ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING identificar os riscos potenciais, a fim de certificar-se de que as decisões de crédito fazem sentido, por uma perspectiva econômica e de risco.

O processo centralizado de aprovação das políticas e validação de modelos de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING garante a sincronização das ações de crédito.

A tabela abaixo demonstra a correspondência entre os níveis de risco atribuídos pelos modelos internos de todos os segmentos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (baixo, médio, alto e *impairment*) e a probabilidade de inadimplência associada a cada um desses níveis, e os níveis de risco atribuídos pelos respectivos modelos de mercado.

Classificação Interna	PD	Classificação Externa		
		Moody's	S&P	Fitch
Baixo	Menor ou igual a 4,44%	Aaa até B2	AAA até B	AAA até B-
Médio	Maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95%	B3 até Caa3	B- até CCC-	CCC+ até CCC-
Alto	Maior que 25,95%	Ca1 até D	CC+ até D	CC+ até D
<i>Impairment</i>	Operações <i>Corporate</i> com PD maior que 31,84% Operações em Atraso >90 dias Operações Renegociadas com atraso superior a 60 dias	Ca1 até D	CC+ até D	CC+ até D

A classificação de crédito no segmento de atacado baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira da contraparte, sua capacidade de geração de caixa, o grupo de crédito a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas.

Em relação ao varejo (pessoas físicas, pequenas e médias empresas), a classificação é atribuída com base em modelos estatísticos de *application* e *behaviour score*. As decisões são tomadas tendo como base esses modelos, que são continuamente monitorados, por uma estrutura independente. Excepcionalmente, também pode haver análise individualizada de casos específicos, em que a aprovação de crédito é submetida às alçadas competentes.

Os títulos públicos e outros instrumentos de dívida são classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING de acordo com sua qualidade de crédito, visando a administrar suas exposições.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 de 30 de abril de 2009 do CMN, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura e normativo institucional de gerenciamento do risco de crédito, aprovados pelo seu Conselho de Administração, aplicáveis às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

2. Gerenciamento de Risco de Crédito

O controle centralizado do risco de crédito é realizado pela área executiva independente responsável pelo controle de riscos, segregada das unidades de negociação, conforme exigido pela regulamentação vigente.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, podem ser adotadas medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

3. Garantias e Política de Mitigação do Risco de Crédito

Como forma de controle do risco de crédito, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui um normativo institucional que define as diretrizes gerais e responsabilidades relativas à utilização de garantias, além disso, cada unidade de negócio, responsável pela gestão do risco de crédito, formaliza a utilização das garantias em suas políticas de crédito.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para aumentar sua capacidade de recuperação em operações dotadas de risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser fidejussórias, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação.

Para que as garantias sejam consideradas como instrumento de redução de risco é necessário que cumpram as exigências e determinações das normas que as regulam, sejam internas ou externas e que sejam juridicamente exercíveis (eficazes), exequíveis e regularmente avaliadas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza ainda derivativos de crédito, tais como CDS único-nome (*single name*), para mitigar o risco de crédito de suas carteiras de títulos. Estes instrumentos são apreçados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como *spreads* de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros.

Os limites de crédito são monitorados continuamente e alterados em função do comportamento dos clientes. Assim, os valores potenciais de perda representam uma fração do montante disponível.

4. Política de Provisionamento

A política de provisionamento adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING está alinhada com as diretrizes do IFRS e do Acordo da Basileia. Desse modo, as provisões para operações de crédito são constituídas a partir do momento em que houver sinais de deterioração da carteira, tendo em vista um horizonte de perda adequado às especificidades de cada tipo de operação. Consideram-se como *impairment* os créditos com atraso superior a 90 dias, créditos renegociados com atraso superior a 60 dias e operações *corporate* com classificação interna inferior a um certo nível. As baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou após 540 dias, no caso de empréstimos com vencimento acima de 36 meses.

5. Exposição ao Risco de Crédito

	31/03/2015			31/12/2014		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	7.489	18.414	25.903	7.875	15.206	23.081
Aplicações no Mercado Aberto	200.682	625	201.307	208.751	167	208.918
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	129.927	8.333	138.260	124.391	8.553	132.944
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	426	426	-	733	733
Derivativos	13.767	10.867	24.634	7.385	6.771	14.156
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	54.101	29.426	83.527	55.686	22.674	78.360
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	25.354	12.348	37.702	24.102	10.332	34.434
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	321.536	123.163	444.699	324.021	106.018	430.039
Outros Ativos Financeiros	42.346	11.955	54.301	44.072	9.577	53.649
<i>Off Balance</i>	283.324	28.266	311.590	280.640	25.708	306.348
Avais e Fianças	69.682	5.607	75.289	68.416	5.343	73.759
Cartas de Crédito a Liberar	12.097	-	12.097	11.091	-	11.091
Compromissos a Liberar	201.545	22.659	224.204	201.133	20.365	221.498
Crédito Imobiliário	8.387	-	8.387	9.087	-	9.087
Cheque Especial	77.903	-	77.903	78.461	-	78.461
Cartão de Crédito	106.802	979	107.781	103.092	873	103.965
Outros Limites Pré-Aprovados	8.453	21.680	30.133	10.493	19.492	29.985
Total	1.078.526	243.823	1.322.349	1.076.923	205.739	1.282.662

A tabela apresenta a exposição máxima em 31/03/2015 e 31/12/2014, sem considerar qualquer garantia recebida ou outras melhorias de crédito agregadas.

Para os ativos registrados no Balanço Patrimonial, as exposições descritas são baseadas em valores contábeis líquidos. Esta análise somente inclui os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito. Eles excluem ativos não financeiros.

Os valores contratuais de avais e fianças e de cartas de crédito representam o potencial máximo de risco de crédito caso a contraparte não cumpra com os termos do contrato. A grande maioria dos compromissos a liberar (crédito imobiliário, conta garantida e outros limites pré-aprovados) vence sem ser sacado, já que a sua renovação é mensal e temos poder de efetuar o cancelamento a qualquer momento. Consequentemente, o valor contratual não representa nossa real exposição futura ao risco de crédito e nem a necessidade de liquidez proveniente desses compromissos.

Como descrito no quadro anterior, a exposição mais significativa é derivada de Operações de Crédito, Ativos Mantidos para Negociação, Aplicações no Mercado Aberto, além de Avais, Fianças e Outros compromissos assumidos.

A qualidade dos ativos financeiros descritos na exposição máxima resultam em:

- 86,5% das Operações de Crédito e demais ativos financeiros (Quadros 6.1 e 6.1.2) são categorizados como baixa probabilidade de inadimplência de acordo com a classificação interna.
- somente 3,9% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são representados por créditos vencidos sem evento de perda.
- 4,7% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são créditos vencidos com eventos de perda.

5.1) Exposição Máxima dos Ativos Financeiros Segregados por Setor de Atividade

a) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

	31/03/2015	%	31/12/2014	%
Setor Público	5.230	1,1	4.389	1,0
Indústria e Comércio	124.990	26,7	116.506	25,7
Serviços	101.591	21,7	99.855	22,1
Setor Primário	24.449	5,2	23.345	5,2
Outros Setores	2.367	0,5	2.242	0,5
Pessoa Física	210.136	44,8	206.094	45,5
Total	468.763	100,0	452.431	100,0

b) Demais Ativos Financeiros (*)

	31/03/2015	%	31/12/2014	%
Setor Primário	3.387	0,7	2.444	0,5
Setor Público	159.305	31,1	152.770	31,0
Indústria e Comércio	14.831	2,9	12.722	2,6
Serviços	104.643	20,4	90.630	18,4
Outros Setores	2.044	0,4	1.665	0,3
Pessoa Física	339	0,1	396	0,1
Financeiras	227.210	44,4	231.999	47,1
Total	511.759	100,0	492.626	100,0

(*) Inclui Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Derivativos, Ativos Designados a Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto.

c) Os riscos de créditos dos *Off Balance* (Avais e Fianças, Cartas de Crédito e Compromissos a Liberar) não são categorizados e nem gerenciados por setor de atividade.

6. Qualidade de Crédito dos Ativos Financeiros

6.1 A tabela abaixo apresenta a segregação de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, considerando: créditos ainda não vencidos e créditos vencidos com ou sem evento de perda:

Classificação Interna	31/03/2015				31/12/2014			
	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos
Baixo	333.635	4.442	-	338.077	324.908	4.042	-	328.950
Médio	83.365	7.460	-	90.825	81.994	6.989	-	88.983
Alto	11.679	6.302	-	17.981	11.439	5.853	-	17.292
<i>Impairment</i>	-	-	21.880	21.880	-	-	17.206	17.206
Total	428.679	18.204	21.880	468.763	418.341	16.884	17.206	452.431
%	91,4%	3,9%	4,7%	100,0%	92,5%	3,7%	3,8%	100,0%

A tabela abaixo apresenta a segregação de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por portfólio de área e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

	31/03/2015					31/12/2014				
	Baixo	Médio	Alto	<i>Impairment</i>	Total	Baixo	Médio	Alto	<i>Impairment</i>	Total
Pessoas Físicas	100.916	64.104	12.498	9.569	187.087	102.184	62.020	12.022	9.727	185.953
Cartão de Crédito	37.525	13.121	2.477	3.208	56.331	39.417	14.234	2.338	3.332	59.321
Crédito Pessoal	7.762	9.309	8.284	3.961	29.316	7.253	8.932	7.882	3.886	27.953
Crédito Consignado	8.810	34.308	701	786	44.605	8.113	31.090	696	626	40.525
Veículos	18.939	5.208	974	1.325	26.446	20.570	5.791	1.053	1.633	29.047
Crédito Imobiliário	27.880	2.158	62	289	30.389	26.831	1.973	53	250	29.107
Grandes Empresas	134.992	7.856	-	8.561	151.409	132.866	8.295	-	3.749	144.910
Micros/Pequenas e Médias Empresas	58.552	14.808	4.677	3.133	81.170	56.917	15.171	4.599	3.225	79.912
Unidades Externas América Latina	43.617	4.057	806	617	49.097	36.983	3.497	671	505	41.656
Total	338.077	90.825	17.981	21.880	468.763	328.950	88.983	17.292	17.206	452.431
%	72,1%	19,4%	3,8%	4,7%	100,0%	72,7%	19,7%	3,8%	3,8%	100,0%

A tabela abaixo apresenta a segregação das operações de Créditos e Arrendamento Mercantil Financeiro não Vencidos e Sem Evento de Perda, por portfólio de área e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

	31/03/2015				31/12/2014			
	Baixo	Médio	Alto	Total	Baixo	Médio	Alto	Total
I - Operações Avaliadas Individualmente								
Grandes Empresas	134.515	7.717	-	142.232	132.117	8.093	-	140.210
II - Operações Avaliadas Coletivamente								
Pessoas Físicas	98.775	58.751	7.833	165.359	100.252	56.890	7.746	164.888
Cartão de Crédito	37.095	12.105	1.644	50.844	39.097	13.385	1.632	54.114
Crédito Pessoal	7.697	8.762	5.561	22.020	7.186	8.447	5.469	21.102
Crédito Consignado	8.698	33.554	516	42.768	8.000	30.445	523	38.968
Veículos	17.976	3.140	99	21.215	19.616	3.509	104	23.229
Crédito Imobiliário	27.309	1.190	13	28.512	26.353	1.104	18	27.475
Micro/Pequenas e Médias Empresas	57.796	13.360	3.328	74.484	56.221	13.885	3.277	73.383
Unidades Externas América Latina	42.549	3.537	518	46.604	36.318	3.126	416	39.860
Total	333.635	83.365	11.679	428.679	324.908	81.994	11.439	418.341

6.1.1 As Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, por portfólio de área e por classes, estão assim classificadas pelo seu vencimento (Créditos Vencidos sem Evento de Perda):

	31/03/2015				31/12/2014			
	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total
Pessoas Físicas	7.391	3.247	1.521	12.159	7.105	2.818	1.414	11.337
Cartão de Crédito	1.269	509	499	2.277	990	461	423	1.874
Crédito Pessoal	1.985	930	420	3.335	1.837	756	371	2.964
Crédito Consignado	596	297	159	1.052	631	176	126	933
Veículos	2.578	1.011	317	3.906	2.781	1.051	353	4.185
Crédito Imobiliário	963	500	126	1.589	866	374	141	1.381
Grandes Empresas	415	74	127	616	758	193	1	952
Micros/Pequenas e Médias Empresas	2.163	891	499	3.553	2.137	767	400	3.304
Unidades Externas América Latina	1.464	286	126	1.876	974	221	96	1.291
Total	11.433	4.498	2.273	18.204	10.974	3.999	1.911	16.884

6.1.2 O quadro abaixo apresenta a carteira dos demais ativos financeiros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

31/03/2015							
Classificação Interna	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	227.210	138.251	426	24.556	82.022	37.702	510.167
Médio	-	6	-	75	1.424	-	1.505
Alto	-	3	-	3	67	-	73
<i>Impairment</i>	-	-	-	-	14	-	14
Total	227.210	138.260	426	24.634	83.527	37.702	511.759
%	44,4	27,0	0,1	4,8	16,3	7,4	100,0

31/12/2014							
Classificação Interna	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	231.999	132.934	733	14.106	78.213	34.434	492.419
Médio	-	7	-	46	68	-	121
Alto	-	3	-	4	65	-	72
<i>Impairment</i>	-	-	-	-	14	-	14
Total	231.999	132.944	733	14.156	78.360	34.434	492.626
%	47,1	27,0	0,1	2,9	15,9	7,0	100,0

6.1.3 Garantias de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

Efeito financeiro da garantia	31/03/2015				31/12/2014			
	(I) Ativos com Excesso de Garantia		(II) Ativos com Insuficiência de Garantia		(I) Ativos com Excesso de Garantia		(II) Ativos com Insuficiência de Garantia	
	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia
Pessoas Físicas	56.483	138.394	564	508	57.340	137.641	720	627
Crédito Pessoal	533	1.172	282	259	561	1.160	214	182
Veículos	25.697	64.468	248	220	27.869	66.366	458	403
Crédito Imobiliário	30.253	72.754	34	29	28.910	70.115	48	42
Micros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas	182.971	467.265	9.265	4.140	175.357	454.709	6.416	3.035
Unidades Externas América Latina	48.015	65.568	705	2	40.690	57.058	666	2
Total	287.469	671.227	10.534	4.650	273.387	649.408	7.802	3.664

A diferença entre o total da carteira de crédito e a carteira de crédito com garantia é gerada por empréstimos não garantidos R\$ 170.760 (R\$ 171.242 em 31/12/2014).

ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações com risco de crédito, gerenciando suas garantias de modo que elas sejam sempre suficientes, legalmente executáveis (efetivas) e viáveis, sendo revisadas regularmente. Assim, a garantia é utilizada para maximizar o potencial de recuperação de crédito em caso de inadimplemento, e não para reduzir o valor da exposição de clientes ou contrapartes.

Pessoas Físicas

Crédito Pessoal - Esta categoria de produtos de crédito geralmente requer garantias, com foco em avais e fianças.

Veículos - Neste tipo de operação, os ativos dos clientes funcionam como garantia, assim como os ativos arrendados nas operações de arrendamento.

Crédito Imobiliário - Os próprios imóveis são dados em garantia.

Micros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

Unidades Externas América Latina - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

7. Bens Retomados

Os ativos são classificados como bens apreendidos e reconhecidos como ativo quando da efetiva posse.

Os ativos recebidos quando da execução de empréstimos, inclusive imóveis, são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil do empréstimo.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos.

A política de venda destes bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado além de considerar a restrição para a manutenção em propriedade da Instituição pelo prazo máximo de um ano, expedidas pelo órgão regulador brasileiro (Banco Central do Brasil). Este prazo pode ser prorrogável a critério do referido regulador.

Os saldos apresentados abaixo representam o total de bens retomados no período:

	01/01 a 31/03/2015	01/01 a 31/03/2014
Imóveis Não de Uso	97	1
Imóveis Habitacionais - Crédito Imobiliário	29	14
Veículos - Vinculado a Operações de Crédito	5	1
Outros (Veículos/móveis/Equipamentos) - Dação	20	1
Total	151	17

Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (commodities), entre outros índices sobre estes fatores de risco.

A gestão de risco de mercado é o processo pelo qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING monitora e controla os riscos de variações nas cotações dos instrumentos financeiros devidas aos movimentos de mercado, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, alertas, modelos e ferramentas de gestão adequadas.

A política institucional de Gerenciamento de Risco de Mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING encontra-se em linha com os princípios da Resolução nº 3.464 de 26/06/2007 do CMN e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia do ITAÚ UNIBANCO HOLDING no controle e Gerenciamento de Risco de Mercado de todas as suas unidades de negócio e suas entidades organizacionais.

O documento que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado pode ser visualizado no site www.italu-unibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado.

A estratégia de gerenciamento de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Carteira de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

O processo de gerenciamento de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ocorre dentro da governança e hierarquia de órgãos colegiados e limites aprovados especificamente para este fim, sensibilizando diferentes níveis e classes de risco de mercado. Esta estrutura de risco mercado inclui limites que envolvem o monitoramento dos indicadores (em nível de carteira) e ampliam a sua cobertura para níveis mais granulares (o nível individual da mesa de operações) com limites específicos, a fim de melhorar o processo de entendimento e monitoramento de risco e também de evitar a concentração de risco. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, tamanho do patrimônio, liquidez, complexidade e volatilidades de mercado e o apetite de risco da instituição. Os limites são monitorados e controlados diariamente e os excessos são reportados e discutidos por órgãos colegiados competentes. Além disso, relatórios diários de risco, utilizados pelas áreas de negócios e de controle, são emitidos para os executivos. O processo de estabelecimento desses níveis de limites e notificação das violações segue a governança aprovada pelas políticas internas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

A estrutura de limites e alertas segue as diretrizes do Conselho de Administração e é aprovada por órgãos colegiados compostos por membros da alta administração. Esta estrutura de limites e alertas promove a eficácia e a cobertura do controle e é revisada, no mínimo, anualmente.

A estrutura de controle de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação, monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, aplicação, análise e testes de cenários de estresse, reporte de resultados de risco para os responsáveis dentro das unidades de negócios de acordo com a governança estabelecida e monitoramento de ações necessárias para reajuste de posições e/ou nível de risco para fazê-los viáveis. Além disto, a área oferece apoio para o lançamento de novos produtos financeiros.

Para isto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING conta com um processo estruturado de comunicação e fluxo de informações que fornece subsídios para acompanhamento dos órgãos colegiados, assim como para o atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e agentes regulatórios no exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza hedge de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos preços de fatores de risco de mercado e a manutenção do enquadramento das operações nos limites de exposição vigentes. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de hedges. Nas situações em que essas operações se configuram como hedge contábil, gera-se documentação comprobatória específica, inclusive com o acompanhamento contínuo da efetividade do hedge (retrospectivo e prospectivo) e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos de hedge contábil e econômico são regidos por normativos institucionais no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O tema *hedge* contábil é tratado em detalhe nas notas explicativas das Demonstrações Contábeis.

A estrutura de risco de mercado segrega suas operações em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução CMN 3.464 e Circular BACEN 3.354 de 27/06/2007.

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação.

A carteira de não negociação caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição. Tem, como princípios gerais, a não intenção de revenda e horizonte de tempo de médio e longo prazos.

As exposições a risco de mercado inerentes aos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em vários fatores de risco. Fatores de risco de mercado são componentes primários do mercado na formação dos preços. Os principais grupos de fatores de risco mensurados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são:

- Taxas de Juros: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas de juros;
- Cupons Cambiais: risco de perda nas operações sujeitas às variações das taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
- Variação Cambial: risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial;
- Índices de Preços: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas dos cupons de índices de preços;
- Renda Variável: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de ações e *commodities*.

O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado, no mínimo, nas seguintes categorias: taxas de juros, taxas de câmbio, ações e *commodities*. Os índices de inflação brasileiros são tratados como um grupo de fatores de risco e recebem o mesmo tratamento dos outros fatores de risco, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, etc., e seguem a estrutura de governança de limites de risco adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING para o gerenciamento de risco de mercado.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco calculada a valor de mercado ("*MtM - Mark to Market*"); e
- *VaR Estressado*: métrica estatística derivada do cálculo de *VaR*, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira atual, levando-se em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;

- Sensibilidade (*DV01- Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (Gregas): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre principalmente em São Paulo, em ambiente com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

VaR - Consolidado ITAÚ UNIBANCO HOLDING

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aprimorou recentemente sua metodologia interna para cálculo do VaR Consolidado, migrando da abordagem Paramétrica para a “Simulação Histórica”. Esta nova metodologia efetua o reapreçamento integral de todas as posições, usando a real distribuição histórica dos ativos.

A tabela de VaR Total Consolidado propicia a análise da exposição ao risco de mercado das carteiras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de suas subsidiárias no exterior, demonstrando onde se encontram as maiores concentrações de risco de mercado (subsidiárias no exterior: Itaú BBA *International* PLC, Banco Itaú Argentina S.A., Banco Itaú Chile S.A., Banco Itaú Uruguai S.A., Banco Itaú Paraguai S.A. e Itaú BBA Colômbia S.A. – Corporación Financiera).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, mantendo sua gestão conservadora e diversificação da carteira, seguiu com sua política de operar dentro de limites reduzidos em relação a seu capital no período.

De 01/01 a 31/03/2015, o VaR Total Médio em simulação histórica foi de R\$ 203,7 milhões ou 0,20% do patrimônio líquido total (em todo o ano de 2014 foi de R\$ 131,9 milhões ou 0,13% do patrimônio líquido total).

(em milhões de R\$)

	VaR Total (Simulação Histórica)							
	31/03/2015				31/12/2014			
	Média	Mínimo	Máximo	VaR Total	Média	Mínimo	Máximo	VaR Total
Grupo de Fatores de Risco								
Taxas de Juros	127,2	93,4	169,1	166,5	92,4	37,0	161,8	124,8
Cupons Cambiais	85,4	75,1	102,6	89,9	60,4	21,1	93,2	83,6
Varição Cambial	64,8	20,0	118,6	40,4	36,1	3,6	141,2	26,5
Índices de Preços	120,5	103,9	142,6	110,0	99,1	45,9	162,9	115,7
Renda Variável	19,5	17,2	24,5	19,2	22,8	10,4	60,7	22,5
Unidades Externas ⁽¹⁾								
Itaú BBA <i>International</i> ⁽²⁾	1,9	1,0	4,3	3,6	1,1	0,4	2,3	1,6
Itaú Argentina ⁽³⁾	3,3	1,9	5,9	5,9	4,0	0,9	18,8	1,9
Itaú Chile ⁽³⁾	9,4	6,5	14,0	11,1	3,3	1,3	5,5	5,3
Itaú Uruguai ⁽²⁾	1,7	1,5	2,4	1,8	1,6	0,8	2,6	2,1
Itaú Paraguai ⁽²⁾	3,5	2,6	4,6	3,7	1,3	0,6	3,6	3,5
Itaú BBA Colômbia ⁽³⁾	1,0	0,7	1,6	1,6	0,4	0,1	1,2	0,5
Efeito de Diversificação				(231,8)				(194,9)
Risco Total	203,7	179,1	236,6	221,7	131,9	59,0	227,7	193,1

(1) Apurado na moeda local e convertido para reais pela cotação de cada dia.

(2) VaR calculado na abordagem Paramétrica.

(3) VaR calculado por simulação histórica a partir deste trimestre. De 01/01 a 31/03/2015, os valores do VaR Total Médio Paramétrico destas unidades foram R\$ 2,4 milhões, R\$ 4,4 milhões e R\$ 0,2 milhões, respectivamente.

Taxa de Juros

A tabela de posição de contas sujeitas a risco de taxa de juros agrupa por produtos o valor contábil das contas distribuído por vencimento. Esta tabela não é usada diretamente para fins de gestão de riscos de taxas de juros, sendo bastante utilizada para permitir a avaliação de descasamentos entre as contas e os produtos a elas associados bem como para identificar possíveis concentrações de risco.

A tabela a seguir demonstra a posição contábil dos nossos ativos e passivos que rendem juros e assim não refletem as diferenças de posição de taxa de juros que possam existir em qualquer outra data. Adicionalmente, variações na sensibilidade das taxas de juros podem existir dentro dos períodos de reprecificação apresentados por conta de diferentes datas de reprecificação durante o período.

Posição de Contas Sujetas a Risco de Taxa de Juros ⁽¹⁾

	31/03/2015						31/12/2014					
	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos Remunerados	297.288	234.633	101.290	271.825	134.389	1.039.425	305.708	226.073	97.686	257.420	117.884	1.004.771
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	16.669	5.699	2.746	789	-	25.903	15.879	2.259	3.997	946	-	23.081
Aplicações no Mercado Aberto	123.112	74.221	3.974	-	-	201.307	146.898	62.020	-	-	-	208.918
Depósitos Compulsórios no Banco Central	58.903	-	-	-	-	58.903	59.714	-	-	-	-	59.714
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	13.410	21.456	13.658	60.209	29.527	138.260	10.142	25.770	17.539	57.074	22.419	132.944
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Designados a Valor Justo Através do Resultado	-	112	200	114	-	426	-	322	171	240	-	733
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	6.358	9.129	7.409	32.508	28.123	83.527	5.251	9.679	7.290	29.743	26.397	78.360
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	137	671	201	14.721	21.972	37.702	44	264	672	13.609	19.845	34.434
Derivativos	5.550	6.899	4.194	5.293	2.698	24.634	2.408	4.073	2.238	3.682	1.755	14.156
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	73.149	116.446	68.908	158.191	52.069	468.763	65.372	121.686	65.779	152.126	47.468	452.431
Passivos Remunerados	282.441	96.998	63.434	281.751	56.520	781.144	270.976	85.050	60.179	277.952	57.274	751.431
Depósitos de Poupança	117.357	-	-	-	-	117.357	118.449	-	-	-	-	118.449
Depósitos a Prazo	10.354	18.959	7.781	58.003	1.403	96.500	11.705	23.656	7.775	61.794	3.536	108.466
Depósitos Interfinanceiros	9.689	17.469	588	389	-	28.135	4.687	13.173	762	503	-	19.125
Mercado Aberto	132.490	12.834	17.300	115.564	15.679	293.867	125.663	11.280	15.150	120.639	15.951	288.683
Mercado Interbancário	6.027	36.404	25.667	57.375	5.635	131.108	8.043	31.076	29.699	44.367	9.401	122.586
Mercado Institucional	821	4.231	7.562	35.664	31.532	79.810	624	2.520	3.910	39.516	26.672	73.242
Derivativos	5.703	7.089	4.534	11.381	2.224	30.931	1.728	3.205	2.880	8.001	1.536	17.350
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	12	2	298	47	359	77	140	3	122	178	520
Passivos de Planos de Capitalização	-	-	-	3.077	-	3.077	-	-	-	3.010	-	3.010
Diferença Ativo/Passivo ⁽²⁾	14.847	137.635	37.856	(9.926)	77.869	258.281	34.732	141.023	37.507	(20.532)	60.610	253.340
Diferença Acumulada	14.847	152.482	190.338	180.412	258.281		34.732	175.755	213.262	192.730	253.340	
Índice da Diferença Acumulada para o Total de Ativos Remunerados	1,4%	14,7%	18,3%	17,4%	24,8%		3,5%	17,5%	21,2%	19,2%	25,2%	

(1) Prazos contratuais remanescentes;

(2) As diferenças decorrem de descasamento de prazos entre o vencimento de todos os ativos e passivos remunerados na respectiva data-base, considerando os prazos acordados contratualmente.

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Moeda

Ativo	31/03/2015				
	Dólar	Euro	Peso Chileno	Outros	Total
Disponibilidades	7.682	1	791	3.297	11.771
Depósitos Compulsórios no Banco Central	289	-	305	5.113	5.707
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	13.000	-	1.788	3.626	18.414
Aplicações em Mercado Aberto	495	-	1	129	625
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	7.309	-	18	1.006	8.333
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	426	-	-	-	426
Derivativos	9.513	-	1.292	62	10.867
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	25.069	-	2.891	1.466	29.426
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	12.348	-	-	-	12.348
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquida	72.926	-	31.283	18.954	123.163
Total do Ativo	149.057	1	38.369	33.653	221.080

Passivo	31/03/2015				
	Dólar	Euro	Peso Chileno	Outros	Total
Depósitos	64.250	-	23.679	35.224	123.153
Captações no Mercado Aberto	20.799	-	194	293	21.286
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	359	-	-	-	359
Derivativos	10.030	-	1.517	28	11.575
Recursos de Mercados Interbancários	48.148	-	3.170	761	52.079
Recursos de Mercados Institucionais	37.261	-	5.225	291	42.777
Total do Passivo	180.847	-	33.785	36.597	251.229

Posição Líquida	(31.790)	1	4.584	(2.944)	(30.149)
------------------------	-----------------	----------	--------------	----------------	-----------------

Ativo	31/12/2014				
	Dólar	Euro	Peso Chileno	Outros	Total
Disponibilidades	6.607	-	656	2.872	10.135
Depósitos Compulsórios no Banco Central	292	-	303	4.035	4.630
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	12.274	1	1.055	1.876	15.206
Aplicações em Mercado Aberto	166	-	1	-	167
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	7.469	-	144	940	8.553
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	733	-	-	-	733
Derivativos	5.632	-	1.030	109	6.771
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	18.897	-	2.435	1.342	22.674
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	10.332	-	-	-	10.332
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquida	63.371	-	26.490	16.157	106.018
Total do Ativo	125.773	1	32.114	27.331	185.219

Passivo	31/12/2014				
	Dólar	Euro	Peso Chileno	Outros	Total
Depósitos	57.875	-	19.929	28.813	106.617
Captações no Mercado Aberto	14.913	-	181	250	15.344
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	520	-	-	-	520
Derivativos	5.402	-	1.088	28	6.518
Recursos de Mercados Interbancários	39.935	-	2.823	540	43.298
Recursos de Mercados Institucionais	31.519	-	4.425	286	36.230
Total do Passivo	150.164	-	28.446	29.917	208.527

Posição Líquida	(24.391)	1	3.668	(2.586)	(23.308)
------------------------	-----------------	----------	--------------	----------------	-----------------

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na Nota 7, referente a Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, e Nota 10, referente a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Políticas e Procedimentos

O gerenciamento do risco de liquidez busca garantir liquidez suficiente para suportar potenciais saídas de recursos em situações de estresse de mercado, bem como a compatibilidade entre as captações e os prazos e a liquidez dos ativos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura dedicada ao monitoramento, controle e análise do risco de liquidez, utilizando-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva em moeda local ou estrangeira.

O documento que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Liquidez.

O processo de mensuração do risco de liquidez faz uso de sistemas corporativos e de aplicativos próprios desenvolvidos internamente. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING administra sistemas de informática proprietários para atendimento aos processos de mensuração de risco de liquidez.

Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece diretrizes e limites cujo cumprimento é analisado periodicamente em comitês técnicos e que visam a garantir uma margem de segurança adicional às necessidades mínimas projetadas. As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da alta administração.

Estes cenários podem ser revistos à luz das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Em observância às exigências da Resolução nº 4.090, de 24/05/2012, do CMN e da Circular nº 3.393, de 03/06/2008, do BACEN, é enviado mensalmente ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) e periodicamente são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários projetados para a evolução da liquidez;
- Planos de contingência para situações de crise;
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco;
- Avaliação do custo de captação e fontes alternativas de captação;
- Acompanhamento da diversificação de captação por meio de um controle constante de fontes de captação, considerando tipo do investidor e prazo, entre outros fatores.

Fontes Primárias de *Funding*

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R\$ 545,6 bilhões (R\$ 538,1 bilhões 31/12/2014), com destaque para as captações de depósitos a prazo. Parte considerável destes recursos – 36,5% do total, ou R\$ 199,2 bilhões - tem disponibilidade imediata para o cliente. No entanto, o comportamento histórico do saldo acumulado dos dois maiores itens - depósito à vista e poupança - é relativamente consistente: a soma dos seus saldos cresce ao longo do tempo e há excesso de entradas de caixa sobre as saídas na comparação das médias mensais dos fluxos.

Recursos de Clientes	31/03/2015			31/12/2014		
	0-30 dias	Total	%	0-30 dias	Total	%
Depósitos	194.060	298.652		183.574	294.773	
Recursos à Vista	56.660	56.660	10,4	48.733	48.733	9,1
Recursos de Poupança	117.357	117.357	21,5	118.449	118.449	22,0
Recursos a Prazo	10.354	96.500	17,7	11.705	108.466	20,2
Outros Recursos	9.689	28.135	5,2	4.687	19.125	3,5
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽¹⁾	2.317	50.753	9,3	3.959	47.750	8,9
Recursos de Emissão Própria ⁽²⁾	2.472	136.714	25,1	2.840	139.910	26,0
Dívida Subordinada	320	59.528	10,9	174	55.617	10,3
Total	199.169	545.647		190.547	538.050	

(1) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios, Financeiras e Certificados de Operações Estruturadas registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(2) Referem-se a Captações no Mercado Aberto com títulos de emissão própria.

Controle de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING gerencia suas reservas de liquidez mediante estimativas dos recursos que estarão disponíveis para aplicação, considerando a continuidade dos negócios em condições de normalidade.

Durante o período de 2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING manteve níveis adequados de liquidez no Brasil e no exterior. Os ativos líquidos (Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada e Títulos Públicos – Livres, conforme quadro Fluxos Futuros - Ativos Financeiros) totalizavam R\$ 121,1 bilhões e representavam 60,8% dos recursos resgatáveis a curto prazo, 22,2% do total de recursos e 14,4% dos ativos totais.

A tabela abaixo apresenta os indicadores utilizados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING na gestão de riscos de liquidez:

Indicadores de Liquidez	31/03/2015	31/12/2014
	%	%
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Recursos de Clientes em até 30 dias ⁽²⁾	60,8	72,1
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Recursos de Clientes Totais ⁽³⁾	22,2	25,5
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Ativos Financeiros Totais ⁽⁴⁾	14,4	17,0

(1) Ativos Líquidos são: Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada e Títulos Públicos - Livres. Estão detalhados no quadro de Fluxos Futuros não Descontados - Ativos Financeiros

(2) Quadro Recursos de Clientes (Total Recursos de Clientes 0-30 dias)

(3) Quadro Recursos de Clientes (Total Recursos de Clientes)

(4) Detalhados no quadro de Fluxos Futuros não Descontados - Ativos Financeiros, totalizam a valor presente R\$ 843.263 (R\$ 809.448 em 31/12/2014).

Adicionalmente, apresenta-se os ativos e os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados.

Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos	31/03/2015					31/12/2014				
	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias	Total
Ativos Financeiros ⁽¹⁾										
Disponibilidades	18.687	-	-	-	18.687	17.527	-	-	-	17.527
Aplicações em Instituições Financeiras	150.454	66.169	925	22	217.570	170.482	51.967	1.097	32	223.578
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada ⁽²⁾	28.918	-	-	-	28.918	74.275	-	-	-	74.275
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Financiada	104.880	57.382	-	-	162.262	80.085	45.512	-	-	125.597
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	16.656	8.787	925	22	26.390	16.122	6.455	1.097	32	23.706
Títulos e Valores Mobiliários	80.453	17.536	16.992	105.180	220.161	55.315	19.009	15.470	106.023	195.817
Títulos Públicos - Livres	73.463	-	-	-	73.463	45.587	-	-	-	45.587
Títulos Públicos - Compromissadas de Recompra	83	4.562	4.710	41.098	50.453	3.440	5.491	5.473	41.548	55.952
Títulos Privados - Livres	6.907	12.974	12.282	64.082	96.245	6.102	10.520	8.750	57.179	82.551
Títulos Privados - Compromissadas de Recompra	-	-	-	-	-	186	2.998	1.247	7.296	11.727
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.550	9.367	1.864	5.192	21.973	2.408	5.342	1.167	3.719	12.636
Posição Bruta	-	-	-	18	18	-	-	-	19	19
Swap de Moeda (Cross Currency Swap Deliverable) - Posição Ativa	-	-	-	888	888	-	-	-	560	560
Swap de Moeda (Cross Currency Swap Deliverable) - Posição Passiva	-	-	-	(870)	(870)	-	-	-	(541)	(541)
Posição Líquida	5.550	9.367	1.864	5.174	21.955	2.408	5.342	1.167	3.700	12.617
Swaps	163	1.011	1.278	3.740	6.192	448	812	643	2.913	4.816
Opções	1.252	3.873	362	572	6.059	481	1.720	308	363	2.872
Contratos a Termo	3.345	1.675	1	-	5.021	846	1.548	-	-	2.394
Demais Derivativos	790	2.808	223	862	4.683	633	1.262	216	424	2.535
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro ⁽³⁾	58.791	175.322	88.523	201.936	524.572	56.652	169.230	90.854	180.050	496.786
Total de Ativos Financeiros	313.935	268.394	108.304	312.330	1.002.963	302.384	245.548	108.588	289.824	946.344

(1) A carteira ativa não considera os saldos dos depósitos compulsórios no Banco Central que montam em R\$ 63.235 (R\$ 63.106 em 31/12/2014) cuja liberação desses recursos está atrelada ao vencimento das carteiras passivas. Os valores dos fundos PGBl e VGBl não são considerados na carteira ativa pois estão contemplados na Nota 30.

(2) Subtraído o valor de R\$ 8.503 (R\$ 5.945 em 31/12/2014), cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na BM&FBovespa S.A. e no Banco Central.

(3) Subtraído o valor de pagamentos ao lojista R\$ 36.002 (R\$ 39.386 em 31/12/2014) e o valor das Obrigações Vinculadas a Cessão de Crédito R\$ 4.798 (R\$ 4.336 em 31/12/2014).

Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos	31/03/2015					31/12/2014				
	0 - 30 dias	31 - 365 dias	365 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	365 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total
Passivos Financeiros										
Depósitos	194.167	47.205	11.970	70.360	323.702	182.849	47.531	14.851	58.881	304.112
Depósito a Vista	56.660	-	-	-	56.660	48.733	-	-	-	48.733
Depósito Poupança	117.357	-	-	-	117.357	118.449	-	-	-	118.449
Depósito a Prazo	10.466	28.654	11.582	70.110	120.812	10.867	33.601	14.521	58.564	117.553
Depósito Interfinanceiros	9.684	18.551	388	250	28.873	4.800	13.930	330	317	19.376
Depósitos Compulsórios	(44.087)	(5.895)	(2.247)	(11.006)	(63.235)	(42.811)	(6.455)	(2.190)	(11.650)	(63.106)
Depósito a Vista	(9.397)	-	-	-	(9.397)	(7.404)	-	-	-	(7.404)
Depósito Poupança	(32.515)	-	-	-	(32.515)	(33.084)	-	-	-	(33.084)
Depósito a Prazo	(2.175)	(5.895)	(2.247)	(11.006)	(21.323)	(2.323)	(6.455)	(2.190)	(11.650)	(22.618)
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	172.011	31.554	55.551	101.472	360.588	164.309	28.544	57.449	108.099	358.402
Títulos Públicos	145.717	5.229	3.994	17.912	172.852	143.717	2.161	3.888	20.227	169.992
Títulos Privados	5.341	26.324	51.557	83.401	166.623	6.383	25.924	53.561	87.324	173.192
Exterior	20.953	1	-	159	21.113	14.210	460	-	548	15.218
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽²⁾	3.395	28.516	9.541	14.934	56.386	4.054	24.017	10.777	14.319	53.167
Obrigações por Empréstimos e Repasses ⁽³⁾	4.902	43.536	18.310	34.295	101.043	4.290	37.668	19.414	31.890	93.262
Dívidas Subordinadas ⁽⁴⁾	342	11.259	10.475	57.991	80.067	191	6.537	12.979	56.349	76.056
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.703	9.897	2.272	10.398	28.270	1.728	5.116	1.318	7.668	15.830
Posição Bruta	-	201	1	3	205	-	31	-	-	31
Swap de Moeda (Cross Currency Swap Deliverable) - Posição Ativa	-	(1.726)	(12)	(53)	(1.791)	-	(969)	(10)	-	(979)
Swap de Moeda (Cross Currency Swap Deliverable) - Posição Passiva	-	1.927	13	56	1.996	-	1.000	10	-	1.010
Posição Líquida	5.703	9.696	2.271	10.395	28.065	1.728	5.085	1.318	7.668	15.799
Swaps	326	2.988	1.579	8.782	13.675	241	1.761	778	6.754	9.534
Opções	1.263	3.829	416	631	6.139	431	1.853	353	420	3.057
Contratos a Termo	3.052	-	-	-	3.052	681	1	-	-	682
Demais Derivativos	1.062	2.879	276	982	5.199	375	1.470	187	494	2.526
Total Passivos Financeiros	336.433	166.072	105.871	278.445	886.821	314.610	142.958	114.599	265.556	837.723

(1) Inclui Carteira Própria e de Terceiros.

(2) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios, Financeiras e Certificados de Operações Estruturadas registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(3) Registradas em Recursos de Mercados Interbancários.

(4) Registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

Compromissos Off Balance	31/03/2015					31/12/2014				
	0 - 30 dias	31 - 365 dias	365 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	365 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total
Avais e Fianças	1.957	13.905	5.442	53.985	75.289	2.003	14.721	4.207	52.828	73.759
Compromissos a Liberar	74.613	52.321	21.813	75.457	224.204	73.356	60.785	17.980	69.377	221.498
Cartas de Crédito a Liberar	12.097	-	-	-	12.097	11.091	-	-	-	11.091
Compromissos Contratuais - Imobilizado e Intangível (Nota 15 e 16)	-	199	309	-	508	-	267	308	-	575
Total	88.667	66.425	27.564	129.442	312.098	86.450	75.773	22.495	122.205	306.923

Nota 37 – Informações Suplementares

Lei nº 12.973: em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627 de 11/11/2013, que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A referida Lei nº 12.973/14 dispõe, entre outros assuntos, sobre:

- a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior.

Estimamos que a referida Lei nº 12.973/14 não acarrete efeitos contábeis relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.